

Neuma Aguiar

Gênero e Ciências Humanas

desafio às ciências desde a
perspectiva das mulheres



CIP-Brasil Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

G29 Gênero e ciências humanas: desafio às ciências
desde a perspectiva das mulheres / organizado por
Neuma Aguiar. - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos
Tempos, 1997.
(Coleção Gênero; v. 5)

Inclui bibliografia
ISBN 85-01-04950-6

1. Feminismo. 2. Mulheres - Estudos. I. Aguiar,
Neuma. II. Série.

97-1626

CDD - 305.42
CDU - 396

Copyright © 1997 by Neuma Aguiar

Direitos exclusivos de publicação desta edição
adquiridos pela
EDITORA ROSA DOS TEMPOS
Um selo da
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 - Rio de Janeiro, RJ -20921-380 - Tel.: 585-2000

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-04950-6

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ -20922-970

*À nova geração de estudantes
de gênero e de mulheres*

Sumário

Introdução — PARA UMA REVISÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES — *Neuma Aguiar* 9

A PROBLEMATIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO E A ANTROPOLOGIA — *Mireya Suárez* 31

AMBIVALÊNCIA SOBRE OS CONCEITOS DE SEXO E GÊNERO NA PRODUÇÃO DE ALGUMAS TEÓRICAS FEMINISTAS — *Adriana Piscitelli* 49

DEMOGRAFIA E FEMINISMOS: OS DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO — *Ana Maria Goldani* 67

O CÂNONE LITERÁRIO E A AUTORIA FEMININA — *Constância Lima Duarte* 85

HISTÓRIA, MULHERES, GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE — *Rachel Soihet* 95

ARTICULAÇÕES PSICANÁLISE/FEMINISMO: DIFICULDADES E
NOVAS PERSPECTIVAS — *Anna Carolina lo Bianco e Marlise
Míriam de Matos Almeida* 115

A MULHER COMO OBJETO DA TEORIA ECONÔMICA — *Hildete
Pereira de Melo e Franklin Serrano* 137

PERSPECTIVAS FEMINISTAS E O CONCEITO DE PATRIARCADO
NA SOCIOLOGIA CLÁSSICA E NO PENSAMENTO SOCIOPOLÍTICO
BRASILEIRO — *Neuma Aguiar* 161

Introdução

PARA UMA REVISÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES

A pesquisa associada ao ensino, que em nível de graduação teria reduzido a propensão para a militância política estudantil, é hipótese comum enunciada em alguns departamentos de Ciências Humanas no Brasil. Do mesmo modo, analisa-se a relação existente entre pesquisa e estudos universitários de mulheres, quando se discute a melhor maneira de observar o lugar das mulheres nas Ciências Humanas, se por intermédio da pesquisa, do ensino, ou de ambos. A pesquisa reduziria o interesse político de estudantes na militância feminista? Curiosamente esta interpretação vem sendo formulada tanto no meio acadêmico quanto no movimento social. Associar desinteresse político com o conhecimento científico, no entanto, representa uma simplificação dos fatos. Novas questões, contudo, necessitam ser levantadas, antes que se procure uma resposta para esta indagação inicial.

Seria o feminismo uma ideologia política ou uma perspec-

tiva crítica do conhecimento que, superando os preconceitos de gênero nas relações sociais, teria um lugar importante na revisão de ciências que omitem as mulheres. Nesta situação, isto é, enquanto ideologia, estaria o feminismo divorciado do conhecimento científico? Por outro lado, enquanto crítica do pensamento excludente, não seria esta mesma perspectiva uma contribuição à análise das ideologias, possibilitando um distanciamento dos preconceitos e, portanto, um aprimoramento das práticas científicas? Subjacente a essas perguntas encontra-se uma outra: vencida a etapa de politização nas universidades, haveria lugar para o feminismo na formação em nível superior? Seria esta uma nova forma de militância política semelhante à do passado? Ou um arranjo derivado de condições fragmentárias correntes no processo de participação política?

A visão de que o feminismo não tem lugar no espaço institucional das universidades é uma perspectiva que se apreende tanto no movimento feminista quanto na área acadêmica. Encontram-se, atualmente, pelo menos duas posições no movimento social referentes às contribuições de feministas para a educação de terceiro grau. A primeira lança suspeitas sobre qualquer relação entre práticas institucionalizadas—nas universidades ou em outros espaços — e o feminismo, endossando a perspectiva de que a razão derrota a paixão. A segunda postura admite a participação das mulheres universitárias no feminismo, uma vez que nem sempre a paixão dá conta da diversidade encontrada em um país do porte do Brasil, notório por suas desigualdades sociais. Assim sendo, só uma aliança com professoras e pesquisadoras universitárias poderia colocar em relevo toda a variedade de condições de vida das mulheres, subsumindo essa outra posição no mote de que a paixão desinformada não enxerga muito longe.

Já nas universidades, enfatiza-se a possibilidade de o conhecimento despertar um desejo de mudança, por intermédio da

consciência de gênero que este evocaria nas mulheres, com as utopias libertárias vigentes nesse contexto — embora observe-se dois tipos de tendência: uma que rejeita o iluminismo como formulador de ideais enfiados por um recorte masculino; e outra que observa a importância destas visões emancipadoras para que as demandas por elas suscitadas resultem no crescimento da participação das mulheres na sociedade civil. Quaisquer das estratégias têm resultado em substantiva produção de novas perspectivas. O conhecimento, portanto, também é gerador de utopias e de paixões.

A última leva do movimento feminista no Brasil estabelece-se com a criação de grupos de consciência — uma proposta de auto-reflexão, por intermédio da qual as mulheres rompem as barreiras da privacidade nas relações de gênero, quando trocam experiências com as demais participantes nessa forma de organização. A contribuição mais importante da estratégia consiste em se ter por base um elo pragmático e expressivo entre as esferas pública e privada. Tornar público aquilo que fica oculto na subjetividade, ou recluso entre as quatro paredes da vida cotidiana, institui uma proposta de construção de nova identidade da mulher brasileira, não apenas como perspectiva individual — pertinente a cada participante da experiência — mas também como projeto coletivo, sendo esta uma das bases do movimento social. A perspectiva de erguimento de um novo sujeito traz à tona alguns projetos políticos, em que se destaca o de apropriação, pelas mulheres, da gestão sobre seus corpos. Na prática, para o caso brasileiro, em um primeiro momento, isto representa um combate à violência doméstica, resultante de crimes praticados contra mulheres e movidos por ciúme, em que criminosos saem impunes por serem esses atos caracterizados, por seus advogados, como legítima defesa da honra, com base no Código Civil vigente. Tirar a vida é diagnosticado, pelo movimento, como uma forma de apropriação do destino destas mulheres por seus maridos, ou companhei-

ros, que se representam como donos-do-corpo de suas cônjuges. A gestão sobre o próprio corpo ainda é parte da agenda política do movimento de mulheres, e fonte de conflitos, até o momento, como, por exemplo, na proposta de descriminalização do aborto. O projeto libertário ignora as fronteiras políticas e, através de discussões que se processam no âmbito das democracias liberais, as perspectivas do liberalismo político são retomadas, criticadas e reativadas no âmbito do movimento internacional de mulheres.

A emergência de grupos de consciência com uma agenda política para a mudança de práticas que permanecem na reclusão doméstica, bem como o projeto de reapropriação do próprio corpo pelas mulheres, são temas resultantes do movimento feminista em muitas partes do mundo, assumindo diferentes características em cada lugar e em cada espaço social, incluindo-se, aí, a universidade. Paralelamente ao processo de reflexão em grupos e da politização do privado, observamos, no contexto universitário internacional, o nascimento de pelo menos dois processos influenciados pelo feminismo: o primeiro refere-se à constituição de novas práticas pedagógicas que recriam a questão da consciência de gênero nas atividades de ensino, e utiliza-se da experiência das alunas e alunos, para preencher os vazios de ordem teórica e empírica sobre o tema. Desta maneira, foram levantadas questões sobre os limites do conhecimento humano para dar conta da condição de vida das mulheres, bem como do relacionamento de gênero, uma vez que essas mulheres pouco foram contempladas no âmbito das Ciências Humanas, apesar dos pressupostos universalistas que geralmente incorporam os campos teóricos de suas disciplinas. Essas práticas de ensino incluem a democratização da sala de aula, quando o corpo docente busca encorajar a criatividade e a independência analítica de estudantes, e se depara com a omissão das mulheres, excluídas dos vários campos de conhecimento.

As pedagogias feministas originam-se dos programas universitários de estudos de mulheres no contexto norte-americano, e não possuem equivalência no Brasil. Neste, as metodologias de transmissão de informações ocorrem principalmente dentro do próprio movimento de mulheres, fora do espaço institucional acadêmico. As vezes, ministradas em cursos de pequena duração e levadas adiante em diferentes contextos como sindicatos, agências de fomento ao desenvolvimento, delegacias de polícia etc, às vezes, por meio de inúmeras outras formas populares de transmissão de conhecimento, como cartilhas, histórias em quadrinhos e recursos audiovisuais de tecnologia variada, essas informações quase sempre redundam num conteúdo de tal maneira simplificado que chegam a estereotipá-lo, sendo, assim, malvistas pela prática acadêmica, como inibidoras da reflexão. O contexto universitário, no caso brasileiro, serviu mais para deflagrar questões de identidade, gerando, assim, poucas iniciativas de alteração radical das práticas de ensino. Pode-se afirmar, até mesmo, que existe, no Brasil, um rechaço à própria noção de Pedagogia, identificada, de antemão, por alguns, com o poder autoritário do sistema de formação escolar; o segundo processo refere-se ao movimento feminista tomado como objeto de reflexão acadêmica, fato que ocorre em muitos países, particularmente naqueles de origem anglo-saxã como é o caso dos EUA, Inglaterra e Austrália. É nestes países que surge a indagação, desde a Academia, das bases do pensamento sociopolítico que origina a proposta do movimento de mulheres de apropriação do próprio corpo, e de uma redefinição das relações entre público e privado.

Já no Brasil a última leva do feminismo começa a se expressar no contexto da ditadura militar, época em que se expande o sistema universitário e as mulheres ampliam, de forma marcante, seu ingresso nos estabelecimentos de ensino superior em busca de uma formação. Essa também é a época da institucionalização do divórcio, o que situa novos parâmetros

de vida para as mulheres da classe média brasileira, à procura de um projeto de identidade e autonomia. Num estudo recente de Jenny Vaitsman intitulado *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas* (Rio de Janeiro: Rocco, 1994), a autora demonstra a relação entre formação universitária e projeto feminista, propondo, ainda, que o meio acadêmico leva a uma reflexividade sobre a condição feminina, inclusive quanto ao casamento e a um novo projeto de identidade social para as mulheres. Esta forma de problematização adquire um caráter distinto daquele que ocorre nos contextos universitários de outros países, quando a própria universidade se transforma mediante o questionamento feminista.

O processo de expurgo das atividades políticas no meio universitário pode agora ser lembrado como um contexto para a análise desta discussão. A Reforma Universitária ocorre em 1968, durante um dos governos militares que edita, logo em seguida, o Ato Institucional Número 5, inaugurando o período mais repressivo com relação às liberdades individuais. Pelo mecanismo de reestruturação das universidades, é decretado o desaparecimento do sistema de cátedras, e fixado o de departamentos, buscando a combinação de ensino e pesquisa. Nesta mesma ocasião, são reorganizados os cursos de graduação que passam a compreender um ciclo de formação básica e um de profissionalização. Junto a este último são concedidos incentivos à pesquisa, de tal modo que a universidade passa a priorizar a formação de pesquisadores e pesquisadoras, nas mais diversas áreas do conhecimento. Seguindo esta trajetória, é criado um grande número de núcleos de estudos, voltados a temas especializados de pesquisa. As mulheres não ficam de fora deste processo, formando-se então núcleos para estudar mulheres/relações de gênero — que já somam mais de quarenta em todo o país. A iniciativa ganhou impulso graças ao patrocínio de diversas instituições nacionais e internacio-

nais que a endossam e apóiam financeiramente. Um bom exemplo do estímulo à pesquisa reside na criação, pela Fundação Carlos Chagas, de concursos de pesquisas sobre a mulher, o que inspira o surgimento de vários outros, como o da Capes (Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que criou um concurso, embora de curta duração, de teses de mestrado e doutorado sobre mulheres e relações de gênero.

Não obstante a imensa produção de trabalhos de pesquisa, os núcleos de estudos de mulheres têm tido pouco sucesso na modificação dos currículos universitários, particularmente na dos cursos teóricos. A universidade urge reconhecer a pesquisa como uma contribuição significativa para a comunicação mais ampla do conhecimento científico, com a incorporação das diferenças de gênero, dos estudos de mulheres, bem como das análises de constituição das subjetividades (feminina ou masculina). Uma das questões, levantadas em debate e originária do presente texto, reside nas opções para o avanço do conhecimento sobre a temática, entre estudos de mulheres e de relações de gênero. Priorizar este último tema, acreditam algumas, evitaria lançar as mulheres num campo sem interlocução, isto é, isolado. Todavia, os estudos de gênero com frequência também são vistos como estudos de mulheres, apesar de seu enfoque relacional. A dificuldade atual consiste, qualquer que seja a opção — estudos de mulheres ou de relações de gênero —, em evitar um diálogo com o corpo teórico substantivo das disciplinas em que essas áreas de conhecimento se inserem. Esquivar-se deste desafio consiste em deixar as mulheres à margem das Ciências Humanas, sem conseguir demonstrar os particularismos e preconceitos que permeiam o conhecimento tradicional. Portanto, o isolamento existe e continuará a existir a não ser que surja uma crítica construtiva das Ciências Humanas, a partir dos estudos de mulheres e de gênero.

Desde o período de imenso crescimento econômico vivenciado pela sociedade brasileira, durante os governos militares, as mulheres começam a ingressar em massa nas universidades. Várias carreiras, como nos casos da Medicina, Farmácia e Comunicação, invertem seu recrutamento preferencial por homens, e passam a incorporar um número crescente de mulheres — embora este recrutamento se distribua de forma desigual, no interior das especialidades. Disciplinas como as de Serviço Social, Letras, Enfermagem e Pedagogia, que já contavam com um contingente feminino substantivo, passam a ampliar ainda mais seu recrutamento de mulheres.

O recrutamento feminino tem sido mais amplo em carreiras com baixo valor de mercado, levando à conclusão apressada de que a formação buscada pelas mulheres estaria sendo colocada em segundo plano. Possivelmente as prioridades ainda sejam por elas concedidas ao casamento, apesar da lei do divórcio já ter mais de uma década. O desempenho acadêmico das mulheres tem sido melhor do que o dos homens. Essa expansão no recrutamento feminino permanece apenas como um potencial de mudança, caso não ocorra simultaneamente a abertura dos currículos, com o sentido de incluir as mulheres no conhecimento.

As carreiras feminizadas têm apresentado um desempenho diferenciado: vistas como adequadas às mulheres, com frequência exibem um excesso de demanda, o que representaria sua menor valorização. Algumas, tipicamente femininas, no entanto, têm sido objeto de ampla criatividade como, por exemplo, pelas contribuições para o movimento pós-modernista na Literatura, despertado com a obra de Clarice Lispector, a partir da análise desta e de outras narrativas.

Participantes dos núcleos de estudos de mulheres passam, então, a oferecer prioridade à questão do ensino como fator acadêmico de relevância, buscando inovar o conhecimento, e criar uma comunidade de referência, para debater os resul-

tados de suas reflexões. Para estas mulheres é de grande importância a oportunidade de desenvolver cursos sobre o conteúdo teórico das disciplinas, avaliando em que medida os autores clássicos possibilitaram remeter as mulheres ao centro de interesse do conhecimento. Sabe-se que esta prioridade, subsequentemente, terá repercussões positivas sobre as pesquisas.

Como as disciplinas acadêmicas lecionadas (muitas vezes pelas próprias participantes dos núcleos) analisam as mulheres? Há margem para o tratamento do contingente feminino?

Um seminário que resultou na criação de uma rede de intercâmbio entre núcleos de estudos, professoras(es) e pesquisadoras(es) participantes destes núcleos e pesquisadoras(es) independentes possibilitou enfrentar a questão sobre a falta de uma discussão teórica sobre os conteúdos das disciplinas e sobre a aplicação das teorias à pesquisa, o que resulta em uma dificuldade de reconhecimento das disciplinas sobre as contribuições do feminismo para o conhecimento acadêmico.

Outra dificuldade identificada por ocasião do seminário reside na confusão entre a aplicação do conhecimento, por intermédio das organizações de serviço, e a atividade dos núcleos de estudos de mulheres. Sem descurar da importância das organizações não-governamentais, como elementos importantes para a difusão de práticas democráticas, a ausência de uma diferenciação entre estas e os núcleos de estudos tem desviado a atenção da contribuição principal que o feminismo pode representar para as universidades que é a de repensar a ciência do ponto de vista das mulheres. Lourdes Bandeira analisa a questão em um texto publicado com o *Relatório Final* das atividades da RedeFem intitulado "O Fiel da Balança: O Papel dos Núcleos de Estudos de Mulheres nas Universidades".

Inicia-se, então, um balanço das disciplinas em que tem surgido uma produção significativa: Sociologia, Antropologia, Demografia, Economia, História, Psicanálise e Literatura. Além disso, um debate teórico possibilita a inclusão de uma análise sobre os conceitos de sexo, gênero e mulher, discutindo as ambiguidades, dificuldades e avanços que cada um destes conceitos possibilita enunciar para o feminismo. Outras carências foram identificadas nos campos da Pedagogia, Geografia, Arquitetura, Ciência Política, Serviço Social, Enfermagem e, até mesmo, Engenharia de Produção, que precisam ser enfrentadas. O esforço evidencia distinções e paralelismos teóricos entre os vários levantamentos e possibilita observar a importância do estabelecimento de novos encontros, em um trabalho constante de discussão das premissas do feminismo nas universidades.

Podemos revisar as contribuições substantivas trazidas para o debate e sua importância para a construção de um currículo sobre estudos de mulheres. Um dos recursos utilizados para identificar as questões substantivas, necessitando de aprofundamento, reside em averiguar como cada campo disciplinar permite a aproximação das mulheres como sujeito e objeto do conhecimento. Outro recurso consiste em debater os enfoques de gênero e o das diferenças para efetuar este mesmo percurso.

Vários textos interpretaram a natureza das dificuldades encontradas: (1) Os teóricos clássicos avançaram categorias bipolares que não dão conta da variedade de condições de vida das mulheres. As principais oposições discutidas são os pares — natureza e cultura (Suárez; Piscitelli); público e privado (Aguiar; Soihet); doméstico e mercado (Aguiar; Melo e Serrano); micro e macro (Goldani; Soihet) — que são superpostos às categorias de masculino e feminino. (2) Os mesmos textos que empregam essas categorias bipolares também priorizam a família, a reprodução ou o parentesco, compreendendo as

mulheres por suas funções biológicas e não por seu lugar social, ou, melhor dizendo, subsumindo o lugar social ao das funções biológicas. Por vezes a dificuldade apontada não se refere a um dualismo da natureza humana, mas a um monismo explicativo, cuja resultante é a mesma omissão, ou redução teórica empobrecedora, que esconderia, assim, a *persona* feminina (Lo Bianco e Almeida).

Uma saída mais contemporânea tem sido a de trabalhar com o conceito de gênero (Soihet; Goldani). Todavia, como este compreende as relações de poder que se estabelecem socialmente entre homens e mulheres, seu emprego deixa intocado o conceito de sexo que também é socialmente construído, não devendo, portanto, representar uma reafirmação da oposição entre natureza e cultura (Piscitelli). Outra limitação constituiu-se no fato de que o conceito geralmente é empregado como substituto de um outro, o de família, e raramente se destina a reunir as dimensões micro e macro do comportamento social (Soihet). O conceito de gênero, portanto, poderia estabelecer pontes com a teoria clássica, desde que se tivesse conhecimento de suas limitações.

Uma visão alternativa, endossada por participantes do seminário, consiste em trabalhar com a diferença do outro. Todavia, um dos riscos principais deste enfoque está no restabelecimento da oposição entre natureza e cultura/sexo e gênero (Goldani) sem problematizar a construção dos conceitos de sexo e natureza (Piscitelli). Outra dificuldade, ainda, reside na extrema fragmentação que pode ocorrer, em função de intermináveis diferenças que enumeram os elementos da identidade social, até chegarem, no limite, a um sujeito único, empírico, sem elementos em comum com outros sujeitos e com a vida social.

Enfoques Feministas e a Antropologia

O campo da Antropologia é examinado por Mireya Suárez quando observa que a distinção entre homens e mulheres é objeto central da disciplina, embora o recorte empregado seja o da classificação elementar desta diferença, possibilitadora da vida social, e não como elemento explicador da construção dessas distinções sociais entre homens e mulheres. A visão influenciou o marxismo, quando a civilização é atingida, no dizer de Engels, reinterpretando Morgan, na medida em que os membros das gens passam a ser definidos através da descendência masculina. Sendo assim, ao matriarcado suceder-se-ia o patriarcado. Já Lévi-Strauss, lembra a autora, tomaria as diferenças entre homens e mulheres como a base de um sistema de comunicação, em que as trocas matrimoniais representam o princípio da organização social. As mulheres aparecem como domesticadas nessa análise, sendo assim invisibilizadas, como um sujeito englobado, no dizer de Dumont. Dessa forma Mireya Suárez enseja o exame da literatura antropológica clássica desde os primórdios da análise de parentesco, possibilitando caminhar pelas correntes marxistas e estruturalistas em Antropologia Social. Outros percursos, aponta a autora, são empreendidos por Malinowski, Bateson e Margareth Mead. Malinowski chega às diferenças entre homens e mulheres pela tematização da cultura da sexualidade. O conceito de gênero, todavia, não havia ainda sido cunhado e a diferença entre o biológico e o cultural fica apenas sugerida por aquele clássico. Bateson elabora os conceitos de feminilidade e masculinidade, contrastando a casa cerimonial com a casa de moradia como espaços culturais diferenciados, com significações destacadas para homens e mulheres. Finalmente, nos lembra Suárez, Margareth Mead analisa distintas atitudes sociais em diversas sociedades, baseadas nas diferenças sexuais. De Morgan até Margareth Mead, temos um elenco de autores e correntes que,

aos poucos, se aproximam da sexualidade e da relação entre os princípios masculino e feminino como elementos fundantes da organização social.

Os estudos de gênero, todavia, enfatiza a autora, consagram o princípio de entender o outro a partir do próprio ponto de vista. Desta forma, em lugar de princípios universais, destacam-se os elementos locais como base para a compreensão da sociedade. A autora examina ainda o significado do conhecer as culturas pelos textos etnográficos. Nesse caso a etnografia é compreendida como um desempenho em que estão contidas as representações do etnógrafo. O local, neste caso, é a base para o acesso ao outro.

Uma última dificuldade da Antropologia é apresentada: como o gênero é experimentado e estruturado pela cultura? A solução é a de escutar as mulheres e refletir sobre o que dizem e pensam, abrindo espaço para os que não são normalmente designados como portadores da cultura.

No contexto do debate teórico sobre a Antropologia, outra autora, Adriana Piscitelli, levanta a existência de duas perspectivas que retomam a discussão de gênero no âmbito da oposição natureza/cultura. Ela aponta a limitação do conceito que, ao separar gênero de sexo, deixa intacto o conceito de sexo, em lugar de caracterizá-lo historicamente, operando, assim, com categorias bipolares, com baixo poder explicativo. A autora primeiramente segue Haraway nesse desafio, buscando desenvolver a categoria de aparato de produção corporal, para gerar os corpos como objeto de conhecimento científico. Outros esforços como o de Strathern, mais situados dentro da própria Antropologia, indica Piscitelli, também discutem a oposição natureza/cultura e debatem a idéia de que o sexo seja tomado como categoria pré-cultural, buscando empregar o gênero como categoria empírica ou ponto de referência que se expressaria em todas as culturas, porém com um significado específico em cada contexto.

Enfoques Feministas e a Demografia

A relação do feminismo com a Demografia é levantada por Ana Maria Goldani, que observa a convergência entre o feminismo das diferenças e a análise demográfica quando aponta que a Demografia sempre se preocupou com as diferenças entre homens e mulheres no que se refere a fatos vitais como o nascimento, o casamento e a morte. A autora discute a atribuição pelos demógrafos da reprodução humana exclusivamente às mulheres, destacando a necessidade de uma teoria que vincule as relações de gênero aos fatos demográficos e de uma perspectiva que associe o nível micro com os fatos que transparecem nos dados agregados. As mulheres, assim, só teriam relevância para a Demografia depois da menarca e antes da menopausa. Outros fatos destacados referem-se à natalidade e à mortalidade, quando se observa o maior índice de nascimentos de crianças do sexo masculino e as maiores esperanças de vida das mulheres. Goldani avança a idéia de que, para um encontro com o feminismo, os dados deveriam ser muito mais desmembrados, possibilitando introduzir fatores já enunciados por pesquisas qualitativas, oriundas de outras disciplinas. A Demografia teria a lucrar com a possibilidade de vincular as mulheres à sociedade, uma vez que o destaque que concede às funções de reprodução dificulta observar o lugar dos homens nesse mesmo sistema. Pela ótica de gênero seria possível conceder atenção ao lugar que os homens ocupam na determinação da fecundidade e observar a resistência às políticas oficiais de controle da natalidade pelas mulheres (evidenciadas por estudos etnográficos em vários países).

Enfoques Feministas e a Literatura

A autoria feminina em Literatura é objeto do exame de Constance Lima Duarte, que demonstra, por intermédio de casos

ilustrativos, a dificuldade que as mulheres encontravam para expressar sua identidade como criadoras de obras. A autora toma como ponto de partida o cânone literário, conceito que vem do grego *Kanon* e que significa vara de medir, princípio de seleção e de exclusão, conforme explica Sylvia Paixão em seu texto *Literatura Feminina e o Cânone: Uma Fala a Mais?*, apresentado ao mesmo seminário, fazendo parte dos anais eletrônicos estabelecidos pela RedeFem. Sendo assim, Lima Duarte discute os casos em que os trabalhos de autoria feminina ou são destruídos, ou desencorajados, ou incorporados às obras dos maridos. Algumas das estratégias empregadas pelas literatas incluem a de assumir a identidade masculina, a de se esconder sob o anonimato e a de adotar percursos literários considerados mais adequados para mulheres, como a especialização em crítica — embora essa atividade também seja bastante desenvolvida pelos homens. Apesar de apontar para muitos dos obstáculos em assumir um percurso literário, o texto demonstra o sucesso de várias iniciativas. Todavia, Lima Duarte também revela que uma das dificuldades encontradas para a produção literária consiste nas restrições ao estilo empregado por mulheres que sofrem e temem a crítica masculina. Face a invisibilidade do passado, a autora propõe um trabalho de recuperação dessa História para a construção de um novo currículo em Literatura.

Enfoques Feministas e a História

Já a análise dos enfoques feministas e a História realizada por Rachel Soihet começa por discutir os pressupostos de um pretenso universalismo das análises que preconizam a existência de um sujeito da História, incapaz de estabelecer a diferença entre feminino e masculino. As periodizações tradicionais da História, define a autora, não funcionam se as mulheres

são levadas em conta. As experiências de inclusão das mulheres trazem à tona as dificuldades conceituais, fragmentando as identidades coletivas, concedendo destaque às diferenças entre homens e mulheres, em favor da transitoriedade dos valores, em lugar de sua generalização.

Para a inclusão das mulheres, a autora destaca a importância do enfoque na vida cotidiana, um movimento iniciado na historiografia na década de 1930 e que abre possibilidades para novas formas de se considerar o papel da agência humana nos processos de transformação social, enquanto simultaneamente busca uma ênfase nos sujeitos concretos, em lugar de idealizações abstratas. Isto introduz um novo relativismo na análise, dando margem para a integração da experiência das mulheres na História.

Refere-se, então, ao novo campo da História Cultural que se apóia na Literatura, na Linguística, na Psicanálise e na Antropologia, embora considerando também a dimensão da História Social. Neste caso Soihet esclarece as vantagens e desvantagens de empregar a representação sobre mulheres ou, contrariamente, de trabalhar com as representações do masculino pelas mulheres, como recurso para colocar homens e mulheres em relação.

Rachel Soihet discute as visões de mulheres, desenvolvidas pela análise da História, iniciando-se com as que dela estão ausentes, passando à posição de vítimas, para serem então retratadas como rebeldes.

A autora passa, daí, a debater o conceito de gênero quanto às possibilidades de que este ofereça um substrato teórico para rever e mudar os paradigmas históricos existentes, observando, todavia, que isto ainda representa um desafio para a discussão de temas como a guerra, a diplomacia e o poder político estatal, sendo portanto limitado, uma vez que a análise de gênero tem sido restringida às relações entre homens e mulheres na família. Todavia, Soihet propõe uma saída metodológica

para o impasse, relacionando as esferas pública e privada. Ao fazer isto, contudo, desta feita em escala micro, discute ainda outra limitação para o conceito de gênero que não levaria em consideração o poder das mulheres — embora subordinado — exercido com relação aos filhos, ou às outras mulheres.

Enfoques Feministas e a Psicanálise

O trabalho com a Psicanálise e suas articulações com o feminismo é desenvolvido por Anna Carolina Lo Bianco e Marlise Míriam de Matos Almeida. Após destacarem o fato de que, no Brasil, a relação entre Psicanálise e Feminismo é unilateral: este busca inspiração na Psicanálise, mas é por ela ignorado. As autoras atribuem este silêncio ao machismo da sociedade brasileira que perpassa culturalmente pela Psicanálise exercida no Brasil. Categorias como gênero, dominação masculina, arranjos sociais excludentes das mulheres, relações de poder entre homens e mulheres são estranhas ao discurso psicanalítico que, todavia, lida com a sexualidade e a feminilidade, temas centrais para o feminismo.

Ante a carência de trabalhos no Brasil, as autoras pesquisam a literatura psicanalítica internacional de inspiração feminista, observando que Chasseguet-Smirgel retoma a posição clássica de uma única libido; Juliet Mitchell aponta para a forma como cada indivíduo adquire a lei patriarcal e como essa aquisição determina a estrutura psíquica e social; Dinnerstein e Chodorow apontam para a mulher como responsável pela identificação de gênero. Estas autoras são debatidas pelo afastamento ou proximidade com a dimensão cultural, e a manutenção ou revisão da relação tensional entre a libido e a cultura patriarcal.

Sendo assim, as autoras realizam uma pesquisa pela teoria freudiana, chegando a uma perspectiva sobre a feminilidade a

partir da relação entre mãe e filha. Na relação pré-edípica, a mãe, pelo desejo da maternagem, forneceria os elementos centrais para a constituição da identidade feminina, e, assim, o desejo pela maternagem se reproduziria nas filhas.

Enfoques Feministas e a Economia

O levantamento do campo da Economia é elaborado por Melo e Serrano, que destacam os diferenciais de horas trabalhadas, renda e propriedade, por si só, como justificadores de análise das relações de gênero pela Economia. Os autores procuram traçar os rumos de três perspectivas influentes na teoria econômica: o liberalismo, o marxismo e o racionalismo, observando a influência da primeira corrente, com sua separação entre família, Estado e economia, reforçando os pressupostos da autonomia do econômico com relação a outros aspectos da vida social. A própria teoria liberal, entretanto, apontam os autores, estabeleceu pontes entre o público e o privado, graças às contribuições de John Stuart Mill e Charlotte Perkins Gilman.

Os autores retomam a questão do trabalho doméstico e sua associação com o sistema capitalista e a economia de mercado, discutindo dois enfoques teóricos no que diz respeito a esta relação: a tradição marxista e a neoclássica. No que se refere à primeira, apontam para a ambiguidade de Marx ao considerar a força de trabalho como uma mercadoria. Duas perspectivas feministas e marxistas são então examinadas. Numa delas, o trabalho doméstico é considerado um produtor/reprodutor dessa mercadoria especial que é a força de trabalho; já pela outra, aquele é considerado equivalente ao trabalho assalariado. Os autores destacam que o trabalho doméstico não satisfaz às condições, enumeradas por Marx, para classificar os bens por ele produzido como sendo uma mercadoria. Já no que se refere ao outro argumento, os autores observam que a troca

desigual de tempo de trabalho doméstico por subsistência não é equivalente à extração de mais-valia, uma vez que o trabalho doméstico é um processo externo à produção capitalista.

Quanto à tradição neoclássica, os autores examinam a perspectiva de Gary Becker, em que o casamento, a geração de filhos e o trabalho doméstico são vistos como parte de uma relação contratual em que os membros do casal buscam atingir utilitariamente uma situação melhor para ambos. Os autores argumentam que os pressupostos de concorrência, oferta e procura, entre outros, são inaplicáveis para compreender a decisão de ter filhos e de criá-los, ou de exercer atividades domésticas, uma vez que comportamentos altruístas e não apenas utilitários ou egoístas devem ser considerados, e também os do primeiro tipo não são objeto de atenção pelos neoclássicos.

Enfoques Feministas e a Sociologia

Aqui examino a produção da Sociologia, quer em sua vertente clássica, quer em sua versão brasileira ou local, particularmente no que diz respeito à análise do patriarcado nas concepções das Ciências Sociais, em contraste com as que vêm sendo avançadas pelo feminismo. Demonstro como estas duas interpretações se cruzam sem entrar em diálogo, cada uma produto de uma tradição intelectual que segue isoladamente seu percurso, sem tomar em consideração as proposições da outra — por conceder-lhe pouca importância, ou por constituir o sujeito do conhecimento de forma autônoma ou separada, pouco debatendo os pressupostos de suas visões —, evitando, assim, a comunicação. Enquanto os teóricos clássicos das Ciências Sociais vêem o capitalismo como um sistema que transforma as relações patriarcais e patrimoniais, o feminismo analisa a continuidade entre patriarcado e capitalismo, apontando como as relações pessoais se tornam mais exclusivas no espaço domés-

tico, quando as atividades remuneradas são excluídas do mesmo. A revolução liberal, aponta a análise feminista, libertou os filhos do jugo absolutista dos pais, mas não modificou a condição de subordinação das mulheres.

No pensamento social brasileiro, ante a presença do patriarcalismo, seja pela forma de ordenamento econômico, seja pelas operações da esfera política, atribui-se à esfera produtiva e à organização corporativa da sociedade a forma de representação de interesses que possibilitaria o rompimento com o patriarcado. Esta perspectiva analítica, todavia, compatível com o autoritarismo do poder público, exclui as mulheres do sistema político. Neste trabalho aponto, ainda, para formas de rebelião das mulheres com relação ao patriarcado, no controle da sexualidade e da reprodução, como possibilidades de democratização conjunta dos âmbitos doméstico e de representação política.

A partir da visão feminista do patriarcado, a mudança nas relações privadas resultaria na transformação do arbítrio que tem caracterizado o poder do marido no espaço doméstico. Desta maneira, práticas relacionais de dependência econômica e de sujeição sexual seriam substituídas por relações democráticas, de diálogo e comunicação. Relações estas que representariam novas possibilidades de homens e mulheres compartilharem cargos públicos, obtidos, autonomamente, pela competência de cada membro do casal sem que isso caracterizasse uma prática nepotista.

Os trabalhos dos núcleos de estudos de mulheres e de relações de gênero contribuem para elucidar teorias e conceitos que dificultam a apreensão das mulheres, bem como as perspectivas feministas, avançadas para lidar com estas limitações. Ante a invisibilidade feminina, as autoras analisam a contribuição de diversas correntes clássicas, no interior de cada disciplina, e verificam o potencial de cada campo, para produzir conhecimento sobre mulheres, relações de gênero e subjetividades (fe-

minina e masculina). No processo, verificam-se as correntes que mais se aproximam dessa possibilidade, enveredando-se por duas vertentes: uma que trabalha as especificidades (bem como as variações) do feminino e a outra que as situa no contexto, permitindo observar, na relação com o outro masculino — nas esferas da política e do mercado —, o que há de analiticamente distinto e comum entre mulheres e homens.

NEUMA AGUIAR

Universidade Federal de Minas Gerais

A PROBLEMATIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO E A ANTROPOLOGIA

Mireya Suárez
Universidade de Brasília

Dentre as evoluções mais marcantes da antropologia durante os últimos vinte anos, contam-se os avanços na problematização das diferenças e das relações entre homens e mulheres que, embora ainda insuficientes e pouco prestigiados, vêm inquietando o conhecimento antropológico. Neste artigo se focaliza o modo como a Antropologia tem tratado essas diferenças e relações bem como os novos problemas e linhas de indagações que o emprego do conceito *gênero* vem suscitando.

A Construção do Feminino pela Antropologia Clássica

Nada é mais recorrente no estudo da organização social e do parentesco, recorte presente desde a fundação da disciplina, do que a distinção dos sexos, entendidos como classificadores naturais e portanto universais. Neste tipo de recorte, a oposição homem/mulher e seu desempenho social diferenciado estão sempre presentes, porém não como objeto de estudo

ou assunto a ser analisado mas como fatos que substantivam a problematização da organização social e do parentesco. Possivelmente é por essa razão que os estudiosos desse tema, grandes mestres do estranhamento da idéia de que o parentesco é natural, nunca também estranharam a idéia de que o desempenho social de mulheres e homens é natural, contribuindo, desse modo, para com o fortalecimento do sexismo naturalizante (Scheffler, 1991).

Na mudança da descendência pela linha feminina para a masculina, por exemplo, Morgan encontra os fatos que abriram o caminho para a emergência da "civilização", a nova ordem social. A esse respeito ele afirma que:

O processo foi simples e natural, visto que o motivo da mudança era geral, urgente e imperioso. Quando se levou a efeito, num determinado momento e por resolução pré-ajustada, somente foi necessário convir em que todos os atuais membros de "gens" permanecessem como membros mas que, daí por diante, unicamente as criaturas cujos pais pertenciam à "gens" pertenceriam a ela e levariam seu nome gentílico, enquanto que os filhos dos descendentes femininos ficavam excluídos... desde então, retiveram-se na "gens" todas as criaturas que, até esse momento, haviam estado excluídas e excluíram-se dela aquelas que antes se retinham (Morgan, 1970, p. 295).

A leitura do subtexto, que é a apreensão dos valores veiculados pelo texto por desígnio dos ordenamentos culturais do autor e não das culturas que descreve — neste caso, a dos povos "gentílicos" — mostra que a descendência pela linha materna foi uma organização eficiente nos estágios menos avançados do progresso, porém incompatível com a ordem civilizada. A civilização somente pode ser alcançada quando os membros da "gens" passaram a ser definidos através da descendência masculina, ficando então excluída toda criatura que até esse momento estava incluída através da descendência feminina.

As idéias de Morgan estimularam a imaginação de Engels e serviram-lhe de base científica para reanimar o mito do matriarcado primitivo. Comparando-o com o mito tucano dos *juruparis* e o ritual *kina* dos terrafoquinos, Bamberger escreve que:

Os mitos e os rituais têm sido interpretados como lembretes constantes de que as mulheres possuíram e perderam o poder (...) Os mitos repetem constantemente que as mulheres não sabem como administrar o poder quando o possuem (...) Em vez de transmitir um futuro promissor, o Governo Feminino retorna a um passado obscurecido pelos repetidos fracassos. De fato, se as mulheres algum dia irão governar, elas precisam desvencilhar-se do mito que determina que elas foram consideradas incapazes de desempenhar papéis de liderança (Morgan, 1979, p. 252).

Muito posteriormente e dentro de uma tradição acadêmica bem distinta da de Morgan, Lévi-Strauss encontra na diferença homem/mulher e, mais especificamente na troca de mulheres (que, em termos formais, nada impede de ser vista também como troca de homens) através do casamento, a invenção mais básica para garantir a aliança dos grupos de parentesco e constituir a sociedade. A esse respeito, ele afirma que qualquer que seja a forma assumida pela troca:

(...) é a troca, sempre a troca, que aparece como base fundamental e comum de todas as modalidades de instituição matrimonial(...) A troca, e por conseguinte a regra de exogamia que a exprime, tem por si mesma um valor social. Fornece o meio de ligar os homens entre si e de superpor aos laços naturais do parentesco os laços daí em diante artificiais, porque libertados do acaso dos encontros ou da promiscuidade da existência familiar (Morgan, 1976, pp. 519-520).

Sem retirar a pertinência do pensamento de Lévi-Strauss no que se refere à importância das trocas matrimoniais (de homens e de mulheres) para garantir a aliança social, é importante notar que tanto texto quanto subtexto revelam uma celebração entusiasmada da função comunicativa e lúdica desempenhada pelas mulheres no mundo dos homens. Nesses mundos, afirma ele, as mulheres são

(...) um dos presentes, o presente supremo, entre aqueles que podem ser obtidos somente em forma de dons recíprocos. Não devemos portanto nos espantar ao ver as mulheres compreendidas entre as alocações recíprocas, pois têm esse caráter em grau máximo, ao mesmo tempo que outros bens, materiais e espirituais (Morgan, 1976, p. 105).

Como Morgan e Lévi-Strauss, a maior parte dos antropólogos clássicos observaram e descreveram cuidadosamente o comportamento dos homens e das mulheres nas diversas esferas de atividade, seus desempenhos no ritual e sua presença no imaginário mítico. Porém, sem a intenção de problematizar os fatos que acreditam observar, um viés etnocêntrico, e portanto altamente sexista, marca as interpretações que os etnólogos fizeram sobre as diferenças entre homens e mulheres e os papéis sociais por eles desempenhados.

Levando em conta que as mulheres estiveram sempre presentes nos relatos etnográficos e outros textos antropológicos, o problema que se coloca à crítica feminista não é sua invisibilidade mas o modo como foram representadas nesses textos. Referindo-se à subjetividade, ao indivíduo e à História, Cardoso de Oliveira (1986) afirma que sempre estiveram presentes, domesticados, nos paradigmas da ordem através de sua negação. Nessa linha de raciocínio pode-se pensar que a integridade social, psíquica e emocional das mulheres sempre esteve presente no pensamento antropológico clássico, porém,

como disse Oliveira, "através de sua negação" sistemática e persistente. A integridade feminina foi, ainda parafraseando o autor, domesticada, com a ideia de que a mulher — em singular — é um sujeito subordinado ou, como prefere Dumont, englobado.

Na passagem do século 18 para o 19, reagindo aos movimentos revolucionários, surge a noção de que a desigualdade humana é o fundamento de toda sociedade adequada. As sociedades, afirma Saint-Simon, são conjuntos associativos e cooperativos de homens essencialmente desiguais (Manuel, 1991). Este pensamento conservador nutre, modificado, a abordagem antropológica das diferenças de gênero do século 20, exposta com brilho e sem ambiguidades na obra de Louis Dumont. Sendo a hierarquia — não mais considerada natural mas construída ideologicamente — uma pré-condição social, todas as sociedades produzem idéias/valor com as quais incorporam ou englobam os elementos diferenciados — tais como gêneros, raças, castas, classes etc. — dentro do conjunto social. O elemento incorporado é, por um lado, idêntico ao todo e, por outro, opõe-se a ele. Para ilustrar o princípio da hierarquia, Dumont recorre ao mito cristão da criação:

Deus criou primeiro Adão, ou seja, o homem indiferenciado, protótipo da espécie humana. Depois, numa segunda etapa, extraiu de algum modo desse ser indiferenciado um ser de sexo diferente. Eis, face a face, Adão e Eva, agora como macho e fêmea da espécie humana. Nessa curiosa operação, Adão, em suma, mudou de identidade, ao mesmo tempo que aparecia um ser que é membro da espécie humana e diferente do representante principal dessa espécie. Adão ou, em nossa linguagem, o homem, é duas coisas ao mesmo tempo: o representante da espécie humana e o protótipo masculino dessa espécie. Num primeiro nível, homem e mulher são idênticos; num segundo nível, a mulher é o oposto ou o contrário do homem. Essas duas relações, tomadas em conjunto, caracterizam a relação hierárquica, a qual

não pode ser melhor simbolizada do que pelo englobamento material da futura Eva no corpo do primeiro Adão (Dumont, 1985, p. 129).

O trabalho de Dumont tem a virtude de desvendar o fato de que a existência das mulheres, enquanto sujeitos sociais completos, sempre foi "domesticada" pelo pensamento antropológico clássico através da idéia de que o homem engloba, representa ou incorpora a mulher. Ele é a totalidade suficiente, ela é a parte insuficiente. Mas, curiosamente, nem mesmo ele é inteligível isoladamente.

Podemos aborrecer-nos pelo fato de Dumont, fazendo uso da autoridade da ciência, contribuir com o aperfeiçoamento da idéia de que "o feminino é englobado pelo masculino". Porém, se nosso objetivo é produzir conhecimento através da desconstrução, seria perigoso ignorar que o imaginário revelado por Dumont povoa realmente tanto o entendimento sociológico quanto o senso comum¹.

A representação das mulheres como sujeitos incompletos também tem repercussões na condução da pesquisa e na produção dos textos etnográficos. Os antropólogos têm preferido examinar os modelos sociais masculinos ou exprimidos pelos homens, os sujeitos completos socialmente e portanto autorizados para se explicarem, evitando examinar as expressões das mulheres. Harris e Young (1979) comentam que os textos não prestam atenção aos modelos sociais exprimidos pelas mulheres porque os antropólogos, mesmo podendo e desejando assim o fazer, sentem-se obrigados a observar o comportamento correto. Também Moore (1988) sublinha que

¹Ocorre com a obra de Dumont o que ocorre com a de Freud: elas são etnografias competentes da cultura ocidental que, entretanto, carecem de apreciação crítica sobre a mesma. Freud (1986, p. 31-32) aponta sensatamente que as mulheres representam "...os interesses da família, da vida sexual, enquanto a obra cultural torna-se cada vez mais uma tarefa masculina...". Entretanto, naturalizando as diferenças apontadas, prossegue dizendo que a obra cultural impõe "...aos homens dificuldades crescentes, obrigando-os a sublimar seus instintos; sublimação para a qual as mulheres estão escassamente dotadas".

as mulheres são, para os etnógrafos, *mute groups* pelo fato deles partirem do suposto de que os homens controlam a informação em outras culturas — como acreditamos que é o que acontece na nossa — e de que, em toda parte, as diferenças de gênero tornam-se desigualdades e, conseqüentemente, subordinação feminina.

Desvios Significativos na Antropologia Gássica

Afirmei que a oposição homem/mulher e seu desempenho social diferenciado não foram problematizados pelos antropólogos clássicos, mas que sempre foram — e ainda são — os fatos privilegiados para se estudar outros problemas como a organização social e o parentesco. Entretanto, existem algumas exceções altamente significativas. Trata-se de três clássicos cujos desvios temáticos merecem atenção especial, porque estabelecem uma certa continuidade entre a Antropologia dos anos 30 e os enfoques feministas da atualidade. Bronislaw Malinowski e Gregory Bateson, na Inglaterra, e Margareth Mead, nos Estados Unidos, foram pioneiros no desenvolvimento de temáticas privilegiadas na atualidade pelo pensamento feminista, tais como a sexualidade e a construção do feminino e do masculino.

Malinowski define seu objeto de pesquisa como sendo a sexualidade. Entretanto, em *A Vida Sexual dos Selvagens*, ao examiná-la como uma força sociológica e cultural que, entre outras coisas, fundamenta o amor, o namoro, o casamento e a família, ele alonga seu tema, incorporando as relações de gênero. A fase erótica, afirma Malinowski (1983, p. 29), "...não pode ser desligada do estatuto legal do homem e da mulher, de suas relações domésticas e da distribuição de suas funções econômicas".

Entretanto, a abordagem de gênero de Malinowski viu-se

limitada conceitualmente. Por um lado, sua concepção de gênero permite a inclusão do par dicotômico homem/mulher, deixando de lado as relações que se estabelecem entre homens e entre mulheres. Essa concepção é limitante não apenas no âmbito da sexualidade como também no das outras relações sociais. Por outro lado, não tinha separado conceitualmente o sexo do gênero. Desse modo, qualquer tipo de relação entre homens e mulheres era considerada sexual, sendo a sexualidade a mais óbvia.

Bateson, contemporâneo de Malinowski e bem menos sucedido que este em seu tempo, realiza um trabalho verdadeiramente pioneiro ao examinar a construção simbólica da feminilidade e da masculinidade entre o povo *Iatmul* de Nova Guiné. Ele apresenta a etnografia, dizendo que seu objetivo é descrever a cerimônia chamada *naven* (na qual homens vestem-se de mulheres e mulheres vestem-se de homens) para mostrar que as diferenças entre homens e mulheres são a base de toda a estrutura social e do *ethos* da cultura *Iatmul*. Numa das passagens mais expressivas lê-se que:

De qualquer ângulo que se veja, a partir de qualquer instituição que estudemos, encontramos o mesmo tipo de contraste entre a vida dos homens e a das mulheres. Generalizando, podemos dizer que os homens ocupam-se em atividades espetaculares, dramáticas e violentas que têm seu centro na casa cerimonial, enquanto as mulheres se ocupam das rotinas necessárias e úteis de coleta de alimento, cozinha e criação dos filhos — atividades centradas em torno das moradias e das hortas. O contraste entre a casa cerimonial e a casa de moradia é fundamental para a cultura (Bateson, 1965, p. 124).

Bateson entende, entretanto, que essa extrema diferenciação na construção simbólica e na conduta dos homens e das mulheres deve-se ao fato de se tratar de uma sociedade simples. Desse modo, ele próprio limitou as possibilidades de fa-

zer da construção do gênero um tema de amplo escopo antropológico, como a organização social ou a hierarquia.

Como Bateson, Mead também fez da construção social das diferenças sexuais um objeto de estudo. Mas, contrariamente a Bateson, entendeu claramente que não apenas os povos primitivos que ela estudou, mas também seus concidadãos norte-americanos, marcavam fortemente a diferença entre homem e mulher e levavam a masculinidade e a feminilidade para muito além de sua aparência biológica.

Corning of Age in Samoa, publicado em 1928, não é apenas um relato sobre um povo diferente mas também uma crítica à moralidade do povo americano. Mead usou declaradamente a etnografia para dirigir mensagens aos norte-americanos e produzir novas idéias no que se refere à construção de gênero e à sexualidade. Por essa razão seus escritos foram largamente ignorados por seus pares e tornaram-se *best-sellers*. A respeito de Mead, e também de Ruth Benedict, Clifford (1986) observa que foi considerada construtora de "fábulas de identidade" porque seus textos tinham um propósito pedagógico e ético explícito. Apresentando *Sexo e Temperamento*, Mead afirma que não está interessada na existência ou inexistência de diferenças universais entre os sexos nem, tampouco, nas bases do feminino, mas em comparar como três sociedades primitivas desenvolveram diferentes atitudes sociais com relação ao temperamento baseando-se nas diferenças sexuais:

Estudei essa questão nos plácidos montanhesees Arapesh, nos ferozes canibais Mundugumor e nos elegantes caçadores de cabeça de Tchambuli. Cada uma dessas tribos dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social, que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente

irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo (Mead, 1988, p. 22).

Inventando ou não fábulas de identidade, a obra de Mead vincula-se estreitamente com a antropologia do gênero desenvolvida a partir da década de 1970. Juntamente com Malinowski e Bateson, Mead pode ser considerada precursora dos estudos que problematizam a construção do gênero e as relações que nela se baseiam.

Crítica Feminista e Novas Perspectivas

Os estudos de gênero apresentam uma longa descontinuidade entre a década de 1930 e 1960. Sua ampliação dentro da comunidade antropológica é recente, iniciando-se como uma resposta ao desafio colocado pelo forte movimento feminista da década de 1970 e fortalecendo-se pouco depois por sua contribuição crítica à ciência. Dentro desse cenário controvertido, muitas pesquisadoras e alguns pesquisadores esforçam-se em repensar os pressupostos dos paradigmas tradicionais e em encontrar linhas de indagação capazes de responder novas perguntas. Mencionei, a seguir, alguns dos problemas que se colocam.

A comunidade antropológica, mais acostumada a lidar com as diferenças de gênero do que qualquer outra comunidade das Ciências Sociais, enfrenta, entretanto, várias dificuldades para assimilar sua problematização. A primeira delas, já mencionada aqui, tem a ver com o fato de que as diferenças de gênero observadas continuam largamente a serem tratadas como *dados* que informam o tratamento de outras temáticas — tais como parentesco, casamento, religião, movimentos sociais, relações étnico-raciais etc. — em vez de *tema* de pesquisa e reflexão em si próprias. O fato de que, neste momento, as dife-

renças de gênero informam muitas outras temáticas além da clássica "organização social e parentesco" é, sem dúvida, um grande avanço. Assim mesmo, o tratamento das diferenças de gênero apenas *enquanto dados* limita severamente as possibilidades de estranhar a ideologia de que o desempenho social de mulheres e homens é natural. Acredito que a desconstrução dessa ideologia, dominante e equivocada, requer não apenas o relato etnográfico das formas que as diferenças de gênero assumem mas seu tratamento *enquanto tema* a ser problematizado.

Referindo-se às dificuldades de fazer uma antropologia feminista, Moore (1988, p. 188) escreve que o equacionamento do feminismo com o princípio antropológico de entender o outro a partir de seu próprio ponto de vista torna-se difícil devido a que aquele "pressupõe que há uma perspectiva ou ponto de vista de mulher que, sendo único, pode ser considerado como evidência de que existe uma inequívoca categoria sociológica de *mulher*". É verdade que o feminismo universaliza o conceito *mulher* e que a Antropologia particulariza tanto este como qualquer outro conceito. Porém, as coisas são bem mais complicadas porque também é verdade que o universalismo feminista é desafiado, embora sustentado, pela diversidade de formas específicas de ser mulher dos feminismos locais e que o particularismo antropológico defronta-se, incorporando-os, com uma série de fatos percebidos como recorrentes em tempos e espaços diferentes. Guardadas as devidas diferenças, o feminismo e a Antropologia são similares, em razão de que, partindo da especificidade, são empreendimentos universalizantes e, frequentemente, essencialistas.

O pensamento essencialista concebe as diferenças de gênero como sendo fixas e não se limita à fixidez determinada biologicamente, mas inclui também a fixidez ontologicamente determinada, como no mito cristão da criação de Adão e Eva, e o universalismo sociológico que é a fixidez descoberta na recor-

rência dos mesmos fatos no tempo e no espaço, como em Lévi-Strauss e Dumont.

A crítica ao essencialismo é um dos problemas centrais e de mais difícil resolução não apenas porque deve enfrentar a razão da fixidez descoberta mas, principalmente, porque deve passar pelo melhor entendimento da relação entre o significado e o referente. Existe algum tipo de conjunção entre os fatos sexuais — externos, de natureza biológica, fisiológica e reprodutiva — e os fatos simbólicos que constroem a mulher e o homem?

Entretanto, manter a tensão de conhecimento de que, por um lado, o gênero é uma construção exclusivamente simbólica — local e mutável — e, por outro, de que se trata de um fenômeno recorrente — universal e imutável em algum nível de compreensão —, não é nada alheio ao pensamento antropológico. Esta é, na realidade, parte da tensão mais ampla que a disciplina conserva entre o particular e o universal.

Outro problema que se coloca na atualidade é o etnocentrismo do relato etnográfico. Como os textos antropológicos clássicos representam as mulheres das "outras culturas" de uma maneira que sempre parece-nos inesperadamente familiar, é necessário indagar até que ponto esses textos descrevem essas mulheres e/ou constroem o feminino entre e para os portadores da cultura ocidental. Essa preocupação, exprimida pela crítica feminista, vem sendo importante para substantivar a crítica mais geral à pretensão antropológica de entender "a alteridade" em seus próprios termos e de poder comunicar esse entendimento em textos etnográficos objetivos.

Um quarto problema, de natureza mais moral do que teórica, é o da conciliação do objetivo antropológico de entender as "culturas em seus próprios termos" e fazer narrativas objetivas com a intenção feminista de desconstruir a desigualdade. Se os textos etnográficos descrevem "o outro" ao mesmo tempo que constroem "o nós", acredito que essa dificuldade deve

ser aceita como uma condição inerente ao modo como os antropólogos podem conhecer.

Clifford (1986) entende a Etnografia como sendo uma *performance* cuja trama projeta histórias poderosas. Comunicadas em informes escritos, estas tanto descrevem eventos culturais reais quanto fazem afirmações morais, ideológicas e cosmológicas. Para ilustrar, Clifford, bem no início de seu texto, introduz um longo parágrafo de *Niza*, de Marjorie Shostak, para mostrar a necessidade de assumir que a etnografia pode ser abertamente alegórica em vez de procurar ser um informe sobre os significados imediatos — ou colados — aos eventos observados, como pretendiam os clássicos.²

Entretanto, o que me parece ser mais importante é o fato de que se os textos etnográficos somente podem descrever a situação observada através de imagens — ou padrão de idéias e eventos — que não estão contidas nela mas na representação do etnógrafo; ao fazer Etnografia estaremos sempre testando nossos próprios conceitos em outra realidade cultural e produzindo significados de gênero para nós próprios. A este respeito, Strathern (1988) entende que o conceito "gênero", sendo exclusivamente ocidental, não pode ser procurado em outras culturas sem reificá-lo. A utilidade deste conceito — como de resto de todos os outros conceitos antropológicos — na pesquisa etnográfica é metafórica, no sentido de que é possível conhecer como as idéias das outras culturas aparecem quando pensadas com esse conceito. Referindo-se a sua pesquisa na Melanésia, Strathern escreve que:

²Publicado em 1981, *Niza* é um texto que se propõe descrever os eventos observados e também a experiência pessoal e moral vivida pela autora. O texto apresenta três tipos de narrativa: 1) a descrição de uma cultura diferente, marcando fortemente suas particularidades, 2) a tematização do gênero, desenvolvida através da história contada por Niza e interpretada por Marjorie Shostak de modo a produzir significados de gênero para o Ocidente, e 3) o diálogo íntimo entre duas pessoas como uma forma de fazer Etnografia.

Não apresentei as idéias melanésicas, mas uma análise do que as idéias melanésicas poderiam parecer no caso delas surgirem na forma das preocupações feministas e antropológicas ocidentais. O relato, portanto, não foi fenomenológico no sentido ordinário, já que não pretendi elucidar as coisas do modo como elas parecem aos atores (Strathern, 1988, p. 309).

Outro problema ao qual quero me referir é que o conceito de cultura minimiza ou nega qualquer outra diferença que não seja cultural, na medida em que o conceito de cultura não apenas pressupõe a diferença entre os povos mas destaca a homogeneidade interna de cada um deles. Desse modo, as diferenças de gênero e de raça, entre várias outras, aparecem desvanecidas ao nível teórico e largamente ignoradas ao nível etnográfico.

Os antropólogos vêm respondendo de maneira bastante satisfatória à pergunta "como é que a Economia, o parentesco e o ritual são estruturados pelas diferenças de gênero?" A resposta a essa pergunta resultou numa extensa bibliografia sobre os papéis sexuais. Entretanto, a pergunta "como o gênero é experienciado e estruturado pela cultura?" raramente se coloca, justamente porque, acredito, se parte do suposto de que a cultura homogeniza. Assim, as diferenças de gênero e também as de raça têm sido largamente invisibilizadas (Di Leonardo, 1991).

A solução deste problema parte da própria experiência etnográfica. É preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam em vez de escutar o que outros dizem que elas fazem e pensam. Dito de outro modo, como a autoridade da fala não é igualmente distribuída, o etnógrafo precisa abrir o espaço de fala para aqueles que não o possuem por desígnios culturais. Tal recomendação se fundamenta no entendimento, hoje em dia bastante claro, de que as diferenças nas possibilidades que homens e mulheres têm de se ex-

primirem publicamente é uma das circunstâncias que — juntamente com a divisão do trabalho e as imagens do feminino e do masculino — intervêm na reprodução ou mudança das relações de gênero. Apresentando sua pesquisa comparativa sobre as práticas verbais vigentes em diferentes partes do mundo, Gal escreve que:

Eu recorro aos estudos sociolinguísticos sobre a fala cotidiana para fornecer evidência de que é, em parte, através das práticas verbais da interação social que as relações estruturais de gênero e dominância são perpetuadas e às vezes subvertidas: em instituições sociais tais como as escolas, cortes e assembléias políticas, a fala é frequentemente utilizada para julgar, definir e legitimar os falantes... Meu segundo objetivo é mostrar como a interação verbal, quaisquer, sejam seus outros propósitos, é frequentemente o sítio da luta pelas definições de gênero e poder (Gal, 1991:176).

A presença calada das mulheres quando se entrevistam grupos que incluem mulheres e homens ou quando se observam eventos públicos é uma das experiências mais familiares aos etnógrafos. O silêncio delas e a fala deles configuram uma ocorrência que tem sido encarada como dado não problemático ou, quando problematizado, tem sido interpretada como evidência da aceitação, por parte das mulheres, de seu papel subordinado. Estas formas de lidar com o silêncio têm implicações teóricas importantes. De um lado, a atitude de que se trata de uma situação normal, não problemática, não apenas reconhece como legítimo que as vozes das diversas mulheres não sejam ouvidas mas também, por não ouvi-las, conduz os antropólogos a subestimar a diversidade introduzida nas culturas pelas diferenças e divergências de gênero e, conseqüentemente, a superestimar a similaridade intracultural. De outro lado, a interpretação de que o silêncio é de imediato passividade e subordinação impede perceber suas qualidades linguísticas ou

expressivas. Ficar calada/o pode ser uma forma diferente e mais sutil de atuar e de reagir, especialmente quando exprime a recusa a participar da troca coloquial ou a denúncia de que aquilo que se tem para dizer não é aceito socialmente enquanto discurso significativo (Gal, 1991).

Para finalizar cabe ainda notar que a antropologia do gênero tem dado importantes contribuições à crítica das concepções tradicionais sobre ciência e conhecimento. Dentre essas contribuições merecem especial destaque a crítica à desqualificação da subjetividade como forma de conhecimento e, em seu bojo, a crítica ao pensamento dicotômico.

Baseando-se em sua experiência etnográfica junto aos caçadores de cabeça Ilongot, Rosaldo (1984) mostra que os hábitos afetivos — como a "raiva" entre os Ilongot e a "vergonha" entre os ocidentais — que os etnógrafos percebem e observam durante o tempo em que fazem seus trabalhos de campo, desaparecem, enquanto fatos a serem analisados, nas etnografias que escrevem posteriormente. Isto acontece, acrescenta a autora, porque a emoção é percebida como o termo privado e menor, por ser pré-social, da dicotomia que a opõe ao pensamento já que o termo público é mais importante por ser evidentemente social. Porém, os hábitos afetivos não são privados e, sim, socialmente modelados. Por essa razão, além de serem fatos observáveis e descritíveis em si, não apenas marcam o sujeito mas também as intuições, as concepções e as condutas que se supõe que os etnólogos não só observam como inclusive descrevem e analisam.

Argumentos similares aos de Rosaldo, porém muito mais politizados, vêm sendo desenvolvidos através de uma linha de indagação que focaliza a construção do sítio da emissão da voz ou "do lugar da fala", como mais frequentemente é referido. A idéia central é que a narrativa etnográfica que privilegia o lugar de onde os sujeitos falam é necessariamente a narrativa do modo como se constroem e institucionalizam as diferenças, as

desigualdades e também os desejos. Essa linha de indagação vem articulando de um modo muito persuasivo formas de exclusão tão diversas como o sexismo, o racismo, a homofobia e o neocolonialismo.

Não há dúvida de que nos últimos vinte anos se observaram claros avanços na problematização das diferenças de gênero no âmbito da Antropologia. Esses avanços se evidenciam tanto na colocação de novos problemas quanto na criação de linhas de indagação mais compatíveis com a desconstrução das idéias naturalizantes que a disciplina alimentou por muito tempo e que, em medida e forma diferentes, ainda conserva.

Entretanto, a problematização mais decidida e competente dessas diferenças e relações passa pela elevação do prestígio da área, de modo a que melhores recursos humanos e maiores recursos econômicos possam ser disponíveis para o ensino e para a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- BAMBERGER, Joan (1979), "O Mito do Matriarcado: Por que os Homens Dominavam as Sociedades Primitivas?", in M. Z. Rosaldo e L. Lamphere (orgs.), *A Mulher, a Cultura, a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BATESON, Gregory (1965), *Naven: A Survey of the Problems Suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe Drawn from Three Points of View*. Califórnia, Stanford University Press.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1987), "A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-Modernidade da Antropologia", in *Anuário Antropológico/86*.
- CLIFFORD, James (1986), "On Ethnographic Allegory", in J. Clifford, e J. Marcus (orgs.), *Writing Cultures: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London, University of Califórnia Press.
- DUMONT, Louis (1985), "Uma Variante Nacional. O Povo e a Nação em Herder e Pichte", in L. Dumont (org.), *O Individualismo*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DI LEONARDO, Micaela (1991), "Introduction: Gender, Culture and Political Economy", in Micaela di Leonardo (org.), *Gender at the Crossroads of Knowledge*. Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press.

- FREUD, Sigmund (1968), "El Malestar en la Cultura" *Obras Completas*. Madrid, Editora Biblioteca Nueva.
- GAL, Susan (1991), "Between Speech and Silence: The Problematics of Research on Language and Gender", in di Leonardo, Micaela (org.), *Gender at the Crossroads of Knowledge*. Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press.
- HARRIS, Olivia e YOUNG, O. (1979), "Introducción" in Harris e K. Young (orgs.), *Antropología y Feminismo*. Barcelona, Editorial Anagrama.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1976), *As Estruturas Elementares do Parentesco*. São Paulo, Vozes.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1983), *A Vida Sexual dos Selvagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- MANUEL, Frank E. (1991), "From Equality to Organicism" in Horowitz (org.), *Race, Class and Gender in 19th-Century Culture*. Rochester, University of Rochester Press.
- MEAD, Margaret (1988), *Sexo e Temperamento*. São Paulo, Perspectiva.
- MORGAN, Lewis (1970), *La Sociedad Primitiva*. Madrid, Aldus.
- MOORE, Henrietta L. (1988), *Feminism and Anthropology*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ROSALDO, Michelle (1984), "Toward an Anthropology of Self and Feeling", in R. Schweder e R. A. LeVine (orgs.), *Culture Theory: Essays on Mind, Self and Emotion*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHEFFLER, Harol W. (1991), "Sexism and Naturalism in the Study of Kinship", in M. di Leonardo (org.), *Gender at the Crossroads of Knowledge*. Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press.
- STRATHERN, Marilyn (1988), *The Gender of the Gift*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.

AMBIVALÊNCIA SOBRE OS CONCEITOS DE SEXO E GÊNERO NA PRODUÇÃO DE ALGUMAS TEÓRICAS FEMINISTAS

Adriana Piscitelli
Universidade de Campinas

Este texto é, sobretudo, produto de minha própria ambivalência ante a maneira como o conceito de gênero está sendo tratado em parte da produção teórica feminista contemporânea. No Brasil, apenas recentemente o conceito de gênero tem sido trabalhado e concebido como um avanço teórico importante em relação aos estudos de, ou sobre, "mulheres". Ao mesmo tempo em que se torna evidente a crescente preocupação em orientar pesquisas e discussões com aproximações teóricas desenvolvidas a partir do conceito de gênero, este passa por um processo de desconstrução, na produção de algumas teóricas feministas, que chega a questionar sua viabilidade como ferramenta útil para análise. Tendo isto em conta, minha intenção aqui é acompanhar, atenta aos limites e possibilidades do conceito, alguns dos argumentos apresentados nesta discussão.

O conceito de gênero, considerado em princípio como um desnaturalizador potencialmente poderoso e como um conceito a partir do qual seria possível questionar posições teóricas estabelecidas, se impôs distinguindo-se do sexo. No começo da

década de 1980, Judith Shapiro sintetizava a distinção entre ambos os termos: sexo e gênero.

Ao contrastar um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais, eles servem (sexo e gênero) para uma proposta analítica útil. Sendo escrupulosa em meu uso das palavras, utilizaria o termo "sexo" apenas para falar da diferença biológica entre macho e fêmea, e "gênero" quando me referisse às construções sociais, culturais, psicológicas que se impõem sobre essas diferenças biológicas. Gênero designa um conjunto de categorias às quais outorgamos a mesma etiqueta (crosslinguistically, ou crossculturally), porque elas têm alguma conexão com diferenças sexuais. Estas categorias, no entanto, são convencionais ou arbitrárias. Elas não são redutíveis e não derivam diretamente de fatos naturais, biológicos, e variam de uma linguagem a outra, de uma cultura a outra, na maneira em que ordenam experiência e ação.' (Shapiro, 1981.)

A distinção sexo/gênero, expressa nesta citação, remete a certos pressupostos que constituem os nós do debate sobre o conceito de gênero na beirada dos anos 90. Ela já implica uma postura crítica ao permitir explicar e deslegitimar a suposta *homologia entre diferenças biológicas e sociais*². No entanto, o faz utilizando vários elementos que são hoje seriamente atacados e, entre esses particularmente, a distinção dual entre natureza e cultura utilizada à maneira de explicação universal.

As posturas das autoras que discutem atualmente o conceito de gênero, muitas das quais estão imersas no que se convencionou chamar de pós-modernismo, são extremamente

¹Tradução e sublinhado meus.

²Para algumas teóricas, a distinção sexo/gênero já colocava uma ruptura com o ideário modernista uma vez que as diferenças de gênero emergiam dela com características altamente significativas: homens e mulheres distintos e divididos, já não podiam conformar, indistintamente, a humanidade. Veja-se Di Stefani, Cristina: *Dilemmas of Difference*, 75-76, citado em Harding, 1992, p. 183.

variadas. Elas oscilam entre realizar uma crítica a várias das ideias associadas à distinção sexo/gênero, procurando saídas sem abandonar, porém, princípios associados à noção de gênero, ou, ao contrário, desistir dele, pensando-o como par inseparável numa distinção binária. Este movimento, que questiona o conceito de gênero, está, por seu lado, associado a uma reelaboração, muitas vezes conflitiva, dos pressupostos teóricos e políticos feministas.

A produção feminista recente que trata desta discussão é imensa e não pretendo abarcá-la neste texto. Minha intenção é, apenas, levantar algumas questões que me parecem significativas, centrando-me nos escritos de algumas autoras contemporâneas. Donna Haraway é interessante na medida em que expressa uma posição particularmente crítica em relação ao conceito de gênero, embora seja ambivalente no que se refere a seu uso.³ A autora aponta um problema central que considera inerente ao próprio conceito.⁴ Ele remeteria, necessariamente, a uma distinção com o sexo, na qual nem o sexo nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro deste par seriam situados historicamente e relativizados.

Segundo a autora, na insistência no caráter de construção social do gênero, o sexo e a natureza não foram historiados e, com isso, ficaram intactas idéias perigosas relacionadas com identidades essenciais, tais como "mulheres" ou "homens". Desta maneira, assumindo a distinção sexo/gênero, se perderia o poder de desconstruir como os *corpos*, sexualizados e racializados, que aparecem como objetos de conhecimento e

³Não ignoro que, em função de outros pressupostos, há outras posições críticas ao conceito de gênero. Carole Pateman, por exemplo, em *O Contrato Sexual* (1993), p. 330, texto particularmente popular entre cientistas políticos, critica o conceito de gênero, argumentando em torno do reforço que o gênero faria à linguagem do civil, do público e do indivíduo — linguagem que dependeria da supressão do "contrato sexual".

⁴Referir-me-ei basicamente a dois dos artigos desta autora: "Gender for a Marxist Dictionary. The Sexual Politics of a Word" e "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and The Privilege of Partial Perspective" (Haraway, 1991).

espaços de intervenção na Biologia. Além disto, Haraway considera que a categoria de gênero obscurece ou subordina todas as outras; "outras", que emergem nitidamente das "políticas da diferença".

Para Haraway, a categoria de gênero adquiriria *poder explicativo e político* se historiasse outras categorias — sexo, carne (*flesh*), corpo, Biologia, raça e natureza —, de tal maneira que a oposição binária e universalizante, elaborada em algum momento e lugar na teoria feminista, explodisse em teorias da corporificação (*embodiment*) articuladas, diferenciadas e localizadas, nas quais a natureza não fosse mais imaginada e atuada (*enacted*) como um recurso (*ressource*) para a cultura, ou como o sexo para o gênero. *O problema reside no gênero como identidade global.*

Os desacordos que Haraway tem com o conceito de gênero são sublinhados de maneira talvez mais explícita em "Situated Knowledges..." (Haraway, 1991, pp. 197-199). Aqui a autora explica os motivos pelos quais o conceito de gênero provoca "nervosismo". No contexto de uma crítica à objetividade como "visão fixa sobre o que conta como objeto..." afirma que o sexo — esse sexo que para ela é deixado intato pelo conceito de gênero — aparece como objeto de conhecimento da Biologia, numa particular tradição ocidental, em que o corpo é apenas uma página em branco para inscrições sociais, incluindo as do discurso biológico.

O sexo seria assim parte da tradição analítica que converte tudo num recurso para a "apropriação". Nesta tradição, um objeto de conhecimento é apenas matéria para o ato de quem conhece e a natureza é somente a matéria-prima da cultura. De maneira análoga, dentro de uma lógica "producionista" da qual parece impossível escapar, o sexo é a matéria-prima para o gênero. Segundo Haraway, na distinção sexo/gênero, o sexo seria um "recurso" para sua re-(a)apresentação como gênero, integrando-se, assim, na linhagem generativa do binarismo

natureza/cultura e embasado pela mesma lógica de apropriação da dominação.

Haraway propõe uma categoria alternativa que, "útil para uma teoria feminista de conhecimentos situados", seja utilizada no lugar de gênero: "*o apparatus de produção corporal*" (*apparatus of bodily production*) que permitiria compreender a geração — produção e reprodução — de corpos e outros objetos de valor nos projetos de conhecimento científicos. Numa analogia com os poemas — objetos de valor literário, lugares de produção literária onde a linguagem é também um ator, independente de intenções e autores—, os corpos como objetos de conhecimento são pensados como nós materiais e semióticos generativos. Seus limites, que se materializariam na interação social, se modificariam, porém, desde o interior. Isto porque o que eles contêm é produtor de significados e corpos (Haraway, 1991, pp. 200-201).

A utilização desta categoria de análise "alternativa", menos limitada pelos pressupostos que contaminam o conceito de gênero, possibilitaria superar os problemas colocados por este conceito, tais como as limitações em situar historicamente outras categorias, os pressupostos universalizantes e caracterizadores de identidade associados ao conceito, os dualismos nele embutidos e suas características "colonizadoras".

No entanto, alguns destes problemas também são tidos em conta, dentro do espaço disciplinar da Antropologia, por autoras que conseguem transpor vários destes limites, orientadas, precisamente, por princípios associados à categoria de gênero.

Um breve percurso por textos que contemplam esta problemática mostra uma produção heterogênea que, nos primeiros momentos, articulou um novo interesse político feminista — desestabilizar posições teóricas existentes, outorgando ao gênero um lugar central — às explicações universalistas e totalizantes da Antropologia "tradicional". Em outros mo-

mentos, no entanto, esta produção, levando a sério a preocupação com a diferença, inerente ao pensamento antropológico, chegou a socavar as bases de categorias analíticas e conceitos amplamente aceitos na disciplina e na teoria social. Devo esclarecer, no entanto, que esta alusão a momentos não pretende sugerir o desenvolvimento de uma linha evolutiva ou sequencial na produção das antropólogas feministas. Coexistem simultaneamente diferentes tendências na diversidade das teorias feministas — entre elas as antropológicas. As publicações mais recentes mostram a permanência do trabalho com papéis sexuais ao lado do desconstrucionismo mais radical.

Na segunda metade da década de 1970, a preocupação em articular Antropologia e feminismo se expressou numa questão que foi amplamente debatida: *a subordinação universal das mulheres*. Este problema inspirou uma série de artigos reunidos numa coletânea que se tornou um dos clássicos da antropologia feminista da época: *Antropologia e feminismo*. A introdução à coletânea, escrita por Olivia Harris e Kate Young, é particularmente interessante na medida em que expressa vários dos pressupostos presentes nos primeiros momentos de elaboração dos estudos sobre mulheres.

As autoras criticam diversas tradições do pensamento antropológico considerando-as incapazes de incluir, de maneira adequada, *as mulheres* na análise social. Consideram que essas perspectivas apresentam as mulheres apenas como seres *marginais* ou *intermediadores* numa *sociedade* concebida como exclusivamente masculina (Harris e Young, 1979, pp. 19-20).

Harris e Young introduzem sistematicamente, e isto é uma novidade inquestionável que a Antropologia deve aos estudos feministas, a dimensão política na relação entre os sexos. Ao mesmo tempo, as autoras assumem uma série de *universais* — tais como natureza/cultura — aos quais associam as novas preocupações com as relações de poder entre os sexos. A subordi-

nação das mulheres passa a ser pensada também como um universal, passível de ser explicado pela associação das mulheres à natureza e dos homens à cultura.

Este estilo de pensamento tem conseqüências na maneira de compreender o gênero. As diferenças biológicas são localizadas na natureza e pensadas como um *dado objetivo inquestionável* — o sexo dado como fato pré-cultural, que tanto irrita a Haraway — que informa *uma série de atributos morais que não tem relação direta com a Biologia*. Estes, pensados como variáveis, são remetidos ao plano da cultura. As *diferenças* entre as culturas são consideradas importantes, uma vez que a tarefa da Antropologia é realizar generalizações sobre a sociedade humana, outorgando, porém, especial importância à observação das *diferenças reais* entre as sociedades. Estas adquirem particular relevância para as autoras, pois elas consideram que, olhando apenas para os *universais*, as mulheres são jogadas numa esfera a-histórica que não possibilita observar mudanças. No entanto, essas diferenças são consideradas variáveis que não alteram os quadros explicativos.

O que me interessa reter destes primeiros textos, é que, fortemente influenciados pelas preocupações feministas, procuraram questionar alguns aspectos das tradições de pensamento antropológico. No entanto, a incorporação das "experiências femininas" e a politização das relações entre os sexos não foram suficientes para aprofundar esses questionamentos, uma vez que deixava intactos os pressupostos fundamentais das mesmas tradições que criticavam.

Outras vertentes dentro do debate das antropólogas inspiradas pelo feminismo chegaram, porém, a questionar as categorias universais da análise antropológica antecipando-se às preocupações presentes nos recentes estudos de gênero. Vários dos artigos, publicados pouco tempo depois daqueles anteriormente mencionados, apontam nesta direção.

Nos textos publicados em *Nature, Culture and Gender: A*

Critique (MacCormack e Strathern, 1980), diversas autoras partiram de perspectivas orientadas pelo questionamento aos pressupostos envolvidos nas discussões sobre as conceitualizações de gênero. Elas consideraram seriamente *todos* os modelos de natureza, cultura e gênero expressos nas sociedades — inclusive os dos próprios cientistas sociais — como modelos nativos (*folk*), recusando a universalização das dicotomias do pensamento ocidental. Isto teve consequências importantes na maneira de pensar o gênero.

As autoras, que trabalham com os modelos *conscientemente* expressos nas diversas sociedades, não chegam a questionar a importância dos contrastes binários para o pensamento humano. Criticam, no entanto, os significados atribuídos universalmente a algumas categorias, mostrando que símbolos, tais como "natureza" ou "mulher", adquirem significados que são culturalmente relativos. MacCormack contesta a ênfase leivistraussiana na dominação do *social sobre* o biológico e do cultural *sobre* o natural, ao operar com o contraste natureza/cultura, afirmando que se trata de "um modelo atemporal e avalo-rativo". A autora questiona também a redução dos muitos significados implícitos nas palavras que, como "natureza", são polissêmicas e a universalização imperialista dos significados de cultura e sociedade, na qual os conceitos europeus universalizam a visão europeia do mundo (MacCormack e Strathern, 1980, p. 6).

As autoras que publicaram nesta coletânea chegam à conclusão de que não há maneira de verificar que a existência da oposição natureza/cultura é uma característica essencial da estrutura universal inconsciente. Partindo da análise de diversos casos empíricos, chegam também à conclusão que esta oposição, na forma em que atualmente os europeus a concebem, tampouco é uma característica universal dos modelos *folk* conscientes.

Entre os diversos casos empíricos analisados, os desenvolvi-

dos por Maurice e Jean Bloch e por Marilyn Strathern são particularmente interessantes. Os Bloch exploraram os significados atribuídos à mulher e à natureza no pensamento da França do século 18, prestando atenção a sua diversidade e ambiguidade.⁵ O interessante é que estes autores percebem que traçar o percurso da oposição natureza/cultura implica perscrutar a dinâmica de um discurso no qual os significados estão longe de ser absolutos. Portanto, esses significados estão distantes da possibilidade de serem incorporados em definições fixas.

Os Bloch realizam uma observação importante para a discussão sobre os pressupostos aos quais está associada a distinção sexo/gênero. A constituição geral e ambígua do conceito "natureza" relaciona-se com o fato de que ele é definido basicamente em oposição a alguma outra coisa. Mas essa outra coisa é extremamente variada: a sociedade em geral, a sociedade corrompida, particularmente a sociedade francesa, as artes e as ciências, a lei, a cultura, no sentido dos "modos" da classe superior, a cultura, no sentido em que a palavra é utilizada pelos antropólogos, e a civilização. Esta diversidade de elementos de oposição se explicaria por que natureza, no fundo, seria mais uma categoria de contestação do que um elemento em um contraste binário estável.

Os autores chegam à conclusão que, ao olhar outras culturas em termos destas noções de natureza, seria mais importante prestar atenção aos tipos de polêmicas das quais surgem noções como esta, do que enveredar pela tentativa estéril de adequar as categorias dos "outros" às "próprias".

⁵Analisando a obra de diversos escritores da *Ilustração Francesa* os Bloch distinguem quatro áreas principais de significado em relação à "natureza": o "estado de natureza" como estado cronologicamente pré-social; a natureza concebida como processos internos do corpo humano; a natureza pensada como ordem universal que implica a coexistência harmônica da natureza humana com o mundo externo — das plantas, animais e o "campo" — e, finalmente, a natureza pensada como a maneira de viver dos homens primitivos, fossem reais, imaginários, ou uma mistura dos dois (MacCormack e Strathern, 1980, pp. 25-41).

Strathern, na mesma coletânea, analisando as noções de "natureza" e "cultura" entre os Hagen da Nova Guiné, chega a conclusões análogas, no sentido de desestabilizar a universalidade da oposição natureza/cultura e de questionar a extensão dos dualismos "ocidentais" a outras culturas.

Partindo da comparação entre "nossas" noções de natureza e cultura e as crenças dos Hagen, e prestando atenção ao simbolismo de gênero, Strathern põe em destaque os conteúdos do simbolismo de gênero ocidental. A autora discute a maneira como "nossos" estereótipos sobre homens e mulheres incorporam uma dicotomia entre sujeito e objeto. Esta dicotomia, por sua vez, deriva tanto de noções de "propriedade" como de uma visão do mundo "natural" como algo sobre o qual se atua.

No entanto, entre os Hagen não há uma concepção de cultura no sentido de trabalhos cumulativos do homem, nem de natureza, no sentido de algo a ser domesticado e tornado produtivo. Estas ideias—ocidentais—não podem ser referenciais para o imaginário sexual da Melanésia. Os Hagen utilizam expressões idiomáticas de gênero para falar sobre o social como algo oposto aos interesses pessoais e sobre o "cultivado" como distinto do selvagem. No entanto, os dois domínios não são colocados numa relação sistemática: falta a metáfora — ocidental — do domínio da cultura sobre a natureza (MacCormack e Strathern, 1981, pp. 216-219).

E interessante perceber a distância entre as primeiras produções da Antropologia feminista e os textos que acabo de apresentar. Estes últimos são resultado da análise de trabalhos empíricos, orientados pela preocupação com conceitualizações de gênero e com os pressupostos aos quais estão associadas. Eles apresentam a particularidade de questionar alguns dos pressupostos que incomodam a Haraway. Nestes textos já há discussões sobre os significados fixos outorgados aos elementos que constituem os pares binários. Eles apresentam críticas à

universalização dos dualismos e, o que talvez seja mais importante, colocam em questão a necessidade de contextualização dos pressupostos do pensamento ocidental.

Uma diversidade de autoras passaram, dentro da Antropologia, a trabalhar com estas preocupações: questionando dicotomias analíticas no estudo do gênero — particularmente natureza/cultura, noções que foram seriamente situadas na história —, questionando as diferenças biológicas como base universal para as categorias *male e female*; discutindo as posições que consideram que as diferenças de gênero *têm uma raiz fixa*, e insistindo em que o gênero, assim como o parentesco foram definidos como campos de estudo por nossa concepção *folk* de uma mesma coisa: os fatos biológicos da reprodução biológica (Yanagisako e Collier, 1987).

Haraway não ignora este percurso. Ela menciona a rápida "evolução" dentro das teorias antropológicas: desde as primeiras formulações, "profundamente influenciadas pelas teorias universalizantes de sexo e gênero", às reformulações críticas que orientaram o estudo extensivo dos simbolismos de gênero nas diferentes culturas e acabaram rejeitando a aplicabilidade universal do par natureza/cultura. Haraway não as ignora, mas não se detém particularmente nelas. Isto é uma pena, porque alguns dos estudos recentes da Antropologia mostram a riqueza do trabalho orientado pelo gênero, pensado como categoria empírica. O gênero, assim pensado, revela tanto a *impossibilidade* de se pensar universalmente em termos do dualismo natureza/cultura quanto de se outorgar bases fixas para a diferença.

A ciência-ficção é um recurso que Donna Haraway utiliza para mostrar "realidades" que tornam problemáticos os *status* de homem ou mulher, humano, artefato, entidade individual ou corpo, mas há análises antropológicas que têm a mesma potencialidade como bem revela o trabalho mais recente de Marilyn Strathern (1988).

Diferentemente de outras intelectuais feministas contemporâneas, que pensam o gênero como uma categoria analítica, Strathern agora propõe pensá-lo, simplesmente, como um tipo de diferenciação categórica que assume conteúdos específicos em contextos particulares. Em suas palavras, *o gênero refere-se à apreensão da diferença entre os "sexos", que assume invariavelmente uma forma categórica, tanto se o sexing no corpo ou na psique de uma pessoa for considerada inata como se não for.*⁶ Trata-se das categorizações de pessoas, artefatos, eventos e sequências baseadas no imaginário sexual e é claro que não se trata apenas de "pensamentos". A importância destas categorizações na vida social reside em que as relações sociais são construídas através delas. O gênero é pensado como categoria "empírica", como um operador de diferenças não preestabelecidas que *marcam* e que só podem ser compreendidas contextualmente.

A análise de gênero realizada pela autora, que focaliza novamente os Hagen, é parte de um exercício de imaginação para observar como a cultura da ciência social ocidental endossa certos interesses na vida social. A autora utiliza as análises antropológicas ocidentais para evocar a maneira como os melanésios conceituam as causas e resultados de suas ações. Uma vez compreendidos os tipos de interesses presentes em nossa cultura científica será possível, de maneira análoga, imaginar os tipos de interesses presentes em outras culturas. Isto é relevante quando se trata do gênero. Strathern considera que a atividade simbólica da metafísica ocidental trabalha intensamente com um imaginário no qual o gênero é fundamental. Portanto, quando os antropólogos se enfrentam com outras culturas nas quais acontece o mes-

⁶A versão original desta frase de difícil tradução é a seguinte: *Whether or not the sexing of a personal body or psyche is regarded as innate, the apprehension of difference between "the sexes" invariably takes a categorical form, and it is this to which gender refers* (Strathern, 1988, nota * em p. ix).

mo, como as da Melanésia, correm o risco de realizar equívocos culturais na interpretação das relações homem/mulher. Porém, não se trata só disto. O perigo maior não reside apenas nos valores particulares que o imaginário ocidental de gênero aloca às diferentes atividades. Ele está sobretudo nos pressupostos subjacentes sobre a natureza da sociedade e em como a natureza torna-se um objeto de conhecimento.

No intenso processo de desconstrução realizado por Strathern, a autora questiona os pressupostos e a universalidade da aplicação de uma série de construções analíticas: o conceito de sociedade — a concepção antropológica de que as pessoas representam para si próprias uma sociedade em que há uma necessária relação hierárquica com o indivíduo; a concepção de cultura como artifício construído sobre uma natureza e a correlata separação entre natureza e cultura. A autora coloca em xeque a universalidade de uma série de conceitos considerando-os reflexos das metáforas centrais ocidentais e não aplicáveis à Melanésia: a concepção de uma sociedade dividida em domínios — privado e público ou político-jurídico e doméstico; dos conceitos de identidade sexual individual; de papéis sexuais; de dominação com seus referenciais de propriedade e posse e suas associações às questões de identidade de gênero.

Strathern mantém o interesse na compreensão de sistemas simbólicos contextualizados, e como aceita a idéia de indissolubilidade entre pensamento e ação está, portanto, interessada na ação social. A autora afirma que os melanésios, assim como os ocidentais, apresentam para si próprios suas relações e interações. No entanto, estas relações e interações, este conhecimento, não adquirem, na Melanésia, a forma ocidental de "sociedade" e tampouco poderiam assumir essa forma pois os melanésios não organizam seu conhecimento de acordo com as metáforas ocidentais. Segundo Strathern, o modo de

pensamento melanésio não classifica, justapõe. É um modo de pensamento no qual as diferenciações jamais sugerem elementos componentes de um sistema superior de classificação ou das subcategorias de espécies: as diferenciações sugerem expansões ou contrações. Por este motivo, a autora, que utiliza basicamente metáforas de interação, mantém, na evocação da vida social melanésica, poucos dos conceitos que nos são familiares.

Strathern trabalha as metáforas derivadas da ciência social ocidental como se fosse possível decompô-las, para poder utilizar novamente e de maneira diferente seus componentes. Neste procedimento, os conceitos que conhecemos são utilizados de maneira que possam adquirir outro alcance analítico, possibilitando evocar a fluidez da vida social melanésica. Assim, são básicas para a análise as idéias de socialidade (*sociality*) — a criação e manutenção de relações sociais, que organizam diversas formas de interação individuais e coletivas; ação — pensada como um efeito, uma *performance* de apresentação; agente — alguém que age tendo uma outra pessoa em mente; pessoa — microcosmo das relações sociais, *locus* plural e singular das relações que a produzem; e gênero que, referindo-se às conceitualizações que as pessoas realizam tendo como referência as diferenças baseadas no imaginário sexual, demarca diversos tipos de ações.

Vale a pena aqui determo-nos um pouco para tentar compreender o alcance da idéia de gênero desenvolvida pela autora. O gênero é apresentado como uma concepção que deixa de enquadrar-se nas dicotomias ocidentais, e como o principal meio através do qual são construídas relações sociais orientadas por "outro" modo de pensamento. Por quê? É que cada melanésio possui capacidades que podem ser acionadas na interação com outro, convertendo cada um que é múltiplo e plural, enquanto capacidade, em um singular. Esta fluidez e

mutabilidade que os conformam resultam de um pensamento que justapõe. E precisamente essas capacidades fluidas — das mentes e dos corpos das pessoas — e seus efeitos sobre outras pessoas são evidenciadas através do gênero. Essa fluidez e mutabilidade orientam as possibilidades das identidades de gênero que se conformam, temporariamente, delimitando o tipo de ação. As pessoas contêm dentro de si múltiplas identidades. É como se tudo e todas as coisas possuíssem capacidades imanentes que em qualquer momento pudessem ser ativadas.

As identidades de gênero melanésicas podem ser duplas ou compostas e/ou unitárias. A manifestação dessas identidades depende das circunstâncias, ou seja, da forma assumida pelas identidades daqueles com quem se está interagindo. No estado composto, cada pessoa é uma espécie de andrógino que não opera nem como "homem", nem como "mulher": trata-se de uma relação de gênero composto (*cross-sex*). No estado unitário, nos encontros que podemos imaginar como de "homem-mulher", a identidade de gênero das pessoas se homogeneiza de tal maneira que suas partes internas se mantêm numa relação de sexo único (*all male, all female*). Assim, as relações de gênero que deveriam ser o foco de análise, na Melanésia, não são aquelas entre "homens" e "mulheres" mas as relações entre *same sex* e *cross sex*: as formas — transformáveis — de pessoas que podem aparecer como singulares ou múltiplas. Deste modo, o mundo não pode ser cindido nas dicotomias clássicas.

Strathern não se propõe realizar uma *revolução* nos paradigmas da teoria social. Ela se conforma em propor deslocamentos, entendidos como *derrotas* dos arranjos das categorias analíticas existentes. Deslocamentos estes que, tendo como ponto de partida necessariamente uma posição anterior, a ampliam. A autora questiona diversas categorias de análise: o

conceito de sociedade, sua relação com o indivíduo, a idéia de natureza, e princípios analíticos antropológicos — como o método comparativo.⁷ Neste sentido, a autora manifesta seu desacordo teórico mais importante, questionando as explicações holísticas e totalizantes da Antropologia clássica. Sua proposta, à maneira da polifonia feminista, recusa o olhar desde uma única perspectiva, a observação desde um único ponto de vista que coloca as pluralidades culturais numa relação partetodo. Trata-se, enfim, de uma perspectiva radicalmente pluralista. Porém Strathern questiona também as categorias analíticas básicas do feminismo. A autora concorda com a existência da dominação, mas põe em questão o caráter atribuído à mesma no pensamento ocidental, o que inclui as perspectivas feministas.⁸

O trabalho da autora é um exercício teórico que mostra as possibilidades que a categoria de gênero oferece para desafiar categorias estabelecidas. A partir de uma concepção quase "clássica" de operação de categoria do pensamento, e considerando o gênero como categoria empírica e não explicativa, mostra sua utilidade para pôr em questão e contextualizar seriamente — e não é este o princípio para caracterizar historicamente? — noções fundamentais do pensamento ocidental. Entre elas, como espero ter mostrado,

'Segundo a autora, o método comparativo, investigando variáveis através das sociedades, descontextualiza as construções locais para trabalhar com construções analíticas que, por sua vez, estão ligadas a outro contexto. O estudo dos sistemas simbólicos apresenta, porém, uma problemática particular. Quando o interesse teórico se dirige à maneira pela qual idéias, imagens e valores são contextualizados localmente, a descontextualização não funciona. São necessários, então, outros meios para lograr generalidades analíticas. Isto não se resolve pensando que é possível substituir conceitos exógenos por conceitos indígenas. Portanto, para a autora, a tarefa exige dar conta da complexidade dos conceitos indígenas referindo-os ao conteúdo particular em que são produzidos. Ela faz isto mostrando tanto a natureza contextualizada das construções indígenas quanto expondo a natureza contextualizada das construções analíticas.

**A proposta intelectual da autora não tem, porém, uma inserção confortável dentro do movimento feminista. Ela é consciente disto e defronta-se com as consequências de sua postura intelectual, assinalando que há uma diferença entre uma política radical que procura elementos de identidade para realizar mudanças e uma produção acadêmica radical.*

algumas das quais Haraway pretende superar através da utilização de categorias alternativas.

O gênero, tal como é trabalhado por Strathern, desnatura o sexo e *dissolve a identidade global*. No entanto, não importa como o sexo, a Biologia e a natureza sejam pensados localmente, o gênero sempre mantém sua relação com a referência sexual. Caso não o fizesse não seria gênero, seria outra coisa, falaria sobre "outras" diferenças. Trabalhado como categoria empírica, as diferenças raciais, de nacionalidade, classe etc, necessariamente aparecerão no lugar que lhes cabe em cada contexto. Mas trabalhar com gênero implica privilegiar, pelo menos exploratoriamente, um olhar que *parte* de certas diferenças e não de outras. Parece-me que neste ponto reside a ambivalência nos usos do gênero entre algumas autoras contemporâneas. Não se trata de que o gênero necessariamente naturalize. O problema é privilegiar uma categoria que tem como referência a diferença sexual quando as discussões "politicamente corretas" parecem exigir, cada vez mais, privilegiar "outras" marcas na explicação das desigualdades.

BIBLIOGRAFIA

- HARDING, Sandra (1992 [1991]), *Whose Science? Whose knowledge? Thinking from Women's Lives*, New York, Cornell University Press.
- HARAWAY, Donna (1991), *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York, Routledge.
- HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (org.) (1979), *Antropologia e Feminismo*. Barcelona, Anagrama.
- MacCORMACK, Carol e STRATHERN, Marilyn (1980), *Nature, Culture and Gender*. New York, Cambridge University Press.
- PATEMAN, Carole (1993 [1991]), *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SHAPIRO, Judith (1981), "Anthropology and the Study of Gender", in *Soundings, an Interdisciplinary Journal*. 64, n° 4/446-65.

STRATHERN, Marilyn (1988), *The Gender of the Gift*. University of California Press.

YANAGISAKO, Silvia e COLLIER, Jane (org.) (1987), *Gender and Kinship, Essays Toward a Unified Analysis*. Stanford, Stanford University Press.

DEMOGRAFIA E FEMINISMOS: OS DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Ana Maria Goldani
Universidade de Campinas

O objetivo deste artigo é discutir as dificuldades e possibilidades de uso de uma perspectiva feminista de gênero por parte dos demógrafos que buscam entender a complexidade dos processos relacionados às mudanças na população.¹ Alguns trabalhos recentes, no campo da demografia internacional, apontam caminhos potenciais, mas muitas são ainda as dúvidas sobre os ganhos deste enfoque e como utilizá-lo (Watkins, 1993; Riley e Greenhalgh, 1993). Isto parece particularmente difícil naqueles contextos com menor disponibilidade de recursos e informação.

Este trabalho assume que os desafios da incorporação de uma

¹Ao discutir a perspectiva de gênero, temos presente a proposta de Scott, segundo a qual o conceito de gênero tem duas partes e vários subconjuntos interrelacionados mas analiticamente distintos. Nesta perspectiva, haveria uma conexão integral entre duas proposições: gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado na percebida diferença entre os sexos, e gênero como um caminho primário a significar relações de poder. Entre os elementos interrelacionados neste conceito de gênero estariam:

(1) os símbolos culturais colocados à disposição das pessoas, evocando múltiplas representações; (2) os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados e símbolos, fato que limita suas possibilidades metafóricas; (3) as organizações e instituições sociais que operam de forma importante na construção das relações de gênero; (4) a identidade subjetiva ou os modos pelos quais as identidades de gênero são substantivamente construídas.

perspectiva feminista de gênero pelos demógrafos não seriam maiores nem tão diferentes daqueles que se colocam para outros cientistas sociais. Isto porque passar das diferenças por sexo para as diferenças de gênero como categoria analítica se apresenta como o desafio maior para todo o conjunto das chamadas Ciências Sociais. Na Demografia, talvez mais que em outras disciplinas, os modelos de ciência positivista e o da reprodução biológica colocam-se como grandes obstáculos para a incorporação das propostas de análise por gênero. Neste sentido, considero fundamental para esta discussão levar em conta os avanços no escopo da Demografia bem como sua potencial relação com as diferentes abordagens feministas.

Meu ponto de partida é que a introdução de uma abordagem de gênero no tratamento de questões demográficas tanto ampliaria o escopo das explicações existentes, quanto poria em questão muitos dos pressupostos e conhecimentos assumidos até o momento. Ou seja, considero que a categoria analítica gênero emerge com um rico potencial na abordagem dos vários temas demográficos. Gênero visto como a organização social das diferenças sexuais e com significados variando por grupos sociais, étnico-raciais, entre culturas e no tempo. Tudo isto contribuiria para uma perspectiva crítica do que se tem feito em Demografia e, portanto, para o amadurecimento da disciplina.

A organização do artigo contempla a discussão, a) do perfil da Demografia hoje; b) da relação potencial entre abordagens feministas e estudos demográficos e c) das dificuldades de incorporar a perspectiva de gênero, suas vantagens, e de como fazê-lo.

A Demografia Hoje

A grande ebulição epistemológica das Ciências Sociais das últimas décadas também alcançou a Demografia. O questionamento

maior refere-se a seu paradigma básico, o modelo da transição demográfica, mais conhecido como a teoria da transição demográfica², e sua estreita relação com a teoria da modernização. As repercussões deste modelo sobre a natureza e amplitude da Demografia gerou não só um amplo e persistente debate, mas também propiciou o crescimento e fortalecimento da Demografia, como disciplina. No centro das discussões epistemológicas que então se estabelecem, ampliam-se e recolocam-se questões como: a abrangência da disciplina e suas especificidades; conexões da Demografia com outras áreas do conhecimento; a necessidade de mais teoria; a incorporação de novas abordagens teóricas; o papel da Demografia etc.

Durante muito tempo as pesquisas sobre o comportamento demográfico permitiram que se conhecesse o mesmo tipo de coisa sobre um número cada vez maior de sociedades. Neste processo, contudo, uma série de importantes questões teóricas foram esquecidas. Assim, a construção de teorias foi sendo feita através de modelos causais crescentemente sofisticados porém testados não em função de uma complexa realidade social, mas de uma versão *clean* — filtrada, imaculada — da realidade oferecida pelos conjuntos de dados acumulados pela chamada moderna democracia (McNicoll, 1988).

No processo de autocrítica da Demografia, a inadequação e/ou a insuficiência de *surveys* em grande escala para identificar os contextos de mudanças entre as populações e as forças que estão por trás deles fez com que muitos demógrafos se voltassem para os chamados *micro-approaches*. A idéia era passar da lógica dos *surveys* de população que geram os sistemas de contagem de dados demográficos para uma lógica inerente aos *surveys* baseados nas relações entre indivíduos. Hoje são

²Este modelo, que se refere sobretudo à passagem de altos para baixos níveis de fecundidade e mortalidade, foi inspirado na experiência européia e pressupunha a passagem de todas as sociedades pelas mesmas fases, conforme uma concepção linear de desenvolvimento das sociedades, de um contexto rural para outro urbano — industrializado.

muitos os estudos com esta abordagem, e a prática de análises qualitativas deixou de ser apenas complementar para constituir-se em um objetivo em si entre os demógrafos (Caldwell e Hill, 1987).

A discussão anterior sugere que a Demografia cresceu e hoje apresenta *status* de uma disciplina com um corpo teórico-metodológico próprio, capaz de dialogar com outras áreas do conhecimento e promover o intercâmbio metodológico e a complementaridade teórica. (Entre outros ver Coleman e Schofield, 1988; McNicoll, 1992; Greenhalgh, 1990.)

Neste sentido, e como diria Preston, "o campo da Demografia não admite mais uma simples definição" do tipo "estudo dos determinantes e consequências das tendências populacionais". A Demografia inclui pesquisas que usam aquilo que é largamente reconhecido como as técnicas demográficas e tem como seu cerne o uso de modelos com uma perspectiva biométrica no estudo de nascimento e mortes. Estas técnicas foram aperfeiçoadas e hoje se constituem em um elemento único do campo da Demografia. Entretanto, se definirmos Demografia a partir dos temas e estudos publicados em livros, revistas especializadas e anais de encontros de população, esta definição se estenderia para muito além de seu corte técnico e mostraria a impossibilidade de uma divisão entre os chamados estudos de população e a Demografia formal, polêmica, proposta por Duncan em uma certa etapa da formação da disciplina.

Portanto, mesmo reconhecendo *o status* diferenciado da jovem disciplina Demografia perante as áreas clássicas das ciências sociais — Sociologia, Antropologia, História etc. — em termos de seu potencial teórico-explicativo, não se pode deixar de reconhecer que se trata de um campo disciplinar estabelecido e que se soma a outros na busca de um entendimento mais completo do comportamento populacional e de suas tendências futuras.

Concluindo, faz algum tempo a Demografia deixou de ser vista tão-somente por sua orientação biológica, refletida em seus primeiros modelos — por exemplo, o das populações estáveis de Lotka³, que toma em conta um só sexo —, ou como ferramenta estatística cujas medidas e modelos se apóiam apenas nos pressupostos e cuidados estatísticos ou nos ordenados eventos no contexto de um diagrama de Lexis. Aí estão para provar tanto os sofisticados modelos de simulação, respaldados em uma concepção de como se dão as relações sociais, com apoio do conhecimento acumulado na própria área, quanto a incorporação de métodos qualitativos do tipo *micro-approaches*, acima mencionados, que tratam de captar os significados dos eventos e contribuir para a explicação das questões populacionais, orientando a projeção do comportamento demográfico.

Abordagens Feministas e Estudos Demográficos

O feminismo cuidou, desde o início, de desenvolver novos paradigmas de crítica social, que trataram de questionar o projeto filosófico dominante, segundo o qual a objetividade, guiada pelo *God's eye view*, transcendia qualquer situação ou perspectiva. Conscientes do peso do legado deste tipo de ciência é que as feministas foram construindo suas alternativas explicativas. Entretanto, dos inícios dos anos 60 até meados dos anos 80, as propostas teóricas feministas mostraram um padrão recorrente: tendiam a refletir o ponto de vista das mulheres brancas de classes médias dos EUA e da Europa Ocidental. Ou seja, en-

³A formulação clássica do modelo da população estável de Lotka tem como *inputs* a fecundidade feminina por idade e a mortalidade para ambos os sexos; já os *outputs* estruturais são a distribuição da população por sexo e idade. Este modelo tem sido criticado na área dos estudos de família pelo fato de, 1) ser orientado para um só sexo; 2) o processo reprodutivo só ser especificado por idade; e 3) os dados usados na aplicação serem derivados de informações de momento e por período (Ryder, 1987).

fatizavam falsas tendências universalizantes que eram, ironicamente, contra tudo aquilo a que as feministas se opunham desde o início.

Uma breve revisão das diferentes propostas feministas mostra que, no início, ao tratar de localizar as causas da opressão feminina, estas se inclinaram para teorias essencialistas que enfatizavam as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Como reação a isto as feministas antropólogas, nos anos 1970, postularam considerar as diferentes influências culturais bem como propuseram a separação das esferas doméstico/público. Já no final dos anos 70 e início dos 80, enfatizou-se as condições de trabalho da mulher, a sexualidade feminina e suas responsabilidades primárias de criação dos filhos e destacou-se a importância do *status* das mulheres e suas diferenças para com os homens. Em todas estas perspectivas, os aspectos da cultura ocidental moderna foram postulados como presentes em todos ou na maioria dos diferentes momentos da história da humanidade.

Na metade dos anos 80 o gênero emerge como uma categoria de análise que trata de marcar suas diferenças com a categoria sexo e se distingue da perspectiva de *status* da mulher e de papéis sexuais. Coerentemente com as novas propostas teóricas, e largamente difundidas pela "escola feminista francesa", as análises na perspectiva de gênero propõem uma ênfase maior nos significados do que nas causas dos fenômenos e estimulam a não-divisão entre áreas de pesquisa na busca de seu entendimento mais completo. Enfim, como tantos outros conceitos, o de gênero nasce do debate teórico entre aqueles que defendem a transparência dos fatos, os que insistem que a realidade é socialmente construída e aqueles que defendem a idéia de que o ser humano é quem decide racionalmente seu destino.

Ao analisar a produção demográfica no contexto das diferentes abordagens feministas mencionadas, alguns estudos

recentes permitem inferir, ao mesmo tempo em que chamam a atenção, entre outros, para aspectos tais como:

1) Haveria um modelo de reprodução biológica como referência comum tanto na Demografia tradicional como no chamado feminismo essencialista. Assim o uso de categorias universalizantes e os diferenciais por sexo que marcaram os estudos demográficos até muito recentemente passariam a se encaixar na linha de um feminismo do tipo essencialista.

2) A análise detalhada das variáveis contidas em duas das teorias demográficas mais comuns que tratam de explicar a fecundidade — a transição demográfica e seus supostos de modernização e a teoria econômica do *new home economics* — sugere que haveria uma semelhança muito grande entre a forma como se caracterizam as atividades de homens e mulheres e aquela perspectiva feminista que propõe a divisão em esferas pública e privada. Ou seja, se considera os homens como os provedores e as mulheres como as responsáveis pela produção na esfera doméstica (Watkins, 1993).

3) O *status* da mulher tem sido tratado como variável importante na discussão do poder relativo de homens e mulheres nos processos de decisão sobre a reprodução. Entretanto, no uso desta perspectiva de *status* da mulher, os referenciais ainda são as noções sobre papéis sexuais definidos. Ou seja, ao discutir os conflitos potenciais entre os papéis sexuais, os demógrafos trabalham ainda com a idéia de que haveria um comportamento consistente de homens e mulheres (Watkins, 1993).

Portanto, em se tratando da perspectiva de gênero, a distribuição e/ou relação de poder entre homens e mulheres ou mesmo entre os membros das famílias permanece como desa-

fio maior para os demógrafos, que para tal devem expandir suas questões e seus dados mais além dos seus *surveys* individuais. Isto porque a distribuição de poder na família e na comunidade é algo institucional e não estaria representado adequadamente na tradicional informação individual (Greenhalgh, 1990; Mason, 1986; McNicoll, 1992).

As Dificuldades e Vantagens de Incorporar a Perspectiva das Relações de Gênero na Demografia

Ao discutir os conflitos no uso da perspectiva de gênero na Demografia, levamos em conta as características mais comuns nos estudos demográficos, bem como as recentes revisões críticas sobre como a produção demográfica tem encarado o estudo da mulher e as relações de gênero.

As diferenças biológicas por sexo, tal como as diferenças por idade, fazem parte do cotidiano do demógrafo e daquilo de que ele usa para construir seus modelos analíticos. Estas diferenças marcam o casamento, o nascimento e a morte, eventos básicos na agenda de pesquisa do demógrafo. Isto, mais a definição do período reprodutivo da mulher, assumida como agente responsável pela reprodução, e as diferenças de mortalidade por sexo, que geram uma maior esperança de vida feminina, têm feito com que os demógrafos assumam que as diferenças entre homens e mulheres sejam "naturais" ou biologicamente determinadas. Ou seja, a "naturalização" das diferenças apresenta-se como uma primeira e crucial barreira entre a Demografia e uma perspectiva feminista de gênero. Portanto, haveria que iniciar pela distinção entre as categorias de sexo e gênero. Trata-se de dois termos com diferentes conteúdos e significados. As diferenças por sexo remetem-se às diferenças biologicamente observadas, enquanto as diferenças por gênero remetem-se à organização social das diferenças entre homens e mulheres.

No que diz respeito às revisões críticas sobre como a Demografia tem focado o estudo da mulher e as relações de gênero, destacamos o trabalho de Watkins (1993), que revisou os trinta anos de produção da revista norte-americana *Demography*. Esclarecendo que esta revista não equivale à Demografia como campo, mas que indicaria o que a comunidade científica, os autores, revisores e leitores entendem por mulher, bem como o que significam para eles masculino e feminino. Watkins sugere que suas conclusões, sim, se aplicariam ao campo da Demografia em geral. Entre outros aspectos, essa autora destaca que:

1) Se um demógrafo só soubesse sobre mulher o que lê na revista *Demography*, este diria que a mulher é, primariamente, produtora de crianças e de serviços para estas; que tais funções se dão sem maior assistência ou ajuda dos homens; que as mulheres são seres socialmente isolados de parentes e amigos; e que seus compromissos com as tarefas de criação e atendimento dos filhos são frágeis. Menos ainda se sabe sobre os homens quando se lê unicamente *Demography*.

2) Na maioria dos artigos sobre fecundidade, família e casamento, os autores partem de certas "verdades" compartilhadas entre os demógrafos sobre mulher, o homem e as relações entre eles. Tomam-nas como dados tanto para colocar suas questões como para analisar seus resultados. Exemplos do que os demógrafos tomam como dado seriam a hierarquia entre os sexos e um comportamento diferenciado por sexo. Para eles as mulheres tenderiam, mais que os homens, a mentir sobre suas idades, a não reportar corretamente seu *status* marital — solteiras com filhos se diriam casadas ou mesmo viúvas —, a não admitir que falharam no uso de contraceptivos — causa da subestimação sobre a eficácia dos métodos—, e seriam menos compro-

metidas ou identificadas com seu trabalho que eles. Muito desses pressupostos são hipóteses testáveis empiricamente, mas outros são mais problemáticos e nem sempre verificáveis. Como sugere Watkins, muitos destes pontos de partida poderiam ser considerados irrelevantes para as análises em si. Por exemplo, o fato de as mulheres quere-rem ser mais jovens ou fugir do estigma de mãe solteira talvez não afete decisivamente certos resultados, entretan-to, este entendimento de comportamento diferenciado por gênero parece mais crítico quando os demógrafos tratam de entender ou predizer o comportamento demográfico da população. A autora conclui dizendo que "em defesa dos demógrafos se pode dizer que muitos dos pressupos-tos, de fato, se inserem no quadro mais amplo de normas sociais sobre gênero vivenciados pela população analisa-da e portanto, verdadeiros" (1993, p. 555).

3) Os dados utilizados nas análises demográficas revelam o que se considera importante saber sobre as mulheres como figuras centrais na reprodução. Como tal, as esta-tísticas são, em geral, para mulheres entre 15-49 anos, consideradas a porção dinâmica da população e base para os estudos de fecundidade, família e casamento. Ou seja, antes da menarca as mulheres interessam muito pouco e depois da menopausa elas desaparecem, ou seja, "termi-nado sua fase de reprodutoras da vida futura, atingindo seu final natural — é sua morte parcial — com a meno-pausa". Outra generalização diz respeito às variáveis comumente utilizadas e que caracterizariam homens e mulheres para os demógrafos: características individuais como idade, sexo, idade à união, situação marital, pari-dade, raça, religião, atividade econômica, renda, local de residência, nível educacional. O uso destas variáveis pres-supõe que elas representam a demanda por filhos por parte das mulheres e é considerado um consenso no campo da

Demografia. As limitações no número de variáveis se ligariam ao uso de dados de diferentes fontes secundárias pelos demógrafos; a um estilo de trabalho que busca a generalidade e parcimônia; ao conhecimento acumulado e às poucas teorias no campo da Demografia — que apontam para algumas e não outras características da mulher. Assim é que suas variáveis como sexualidade, influência de redes sociais sobre o comportamento de homens e mulheres etc, só muito recentemente foram incorporadas.

Devemos, portanto, tomar consciência de que, na maior parte das vezes, na pesquisa demográfica se toma como dado certas características e tipos de relações entre homens e mulheres que acabam por orientar desde as questões a serem investigadas até a interpretação dos resultados de pesquisa, fato que dificulta qualquer tentativa mais séria de entender e predizer o comportamento demográfico. Da mesma forma, é preciso estar consciente do valor dos conjuntos pequenos de dados e das formas alternativas de análise dos dados em si. Já em termos da operacionalização do conceito de gênero, mesmo reconhecendo as dificuldades inerentes para sua quantificação, não se pode deixar de reconhecer seu potencial e construir novos indicadores demográficos que permitam sua discussão.

Finalmente, a utilidade da perspectiva de gênero, quando se trata de entender o comportamento reprodutivo da população, pode ser exemplificada nas análises sobre os processos de decisão da fecundidade que tratam de identificar o papel das relações de poder entre homens e mulheres (Goldani, 1994); ou com temas pouco analisados, como o dos casais que optam por não terem filhos, cujas opiniões, valores e ideais, ao contrastarem com o grupo predominante de pais, ofereceriam elementos importantes para entender as tomadas de decisão sobre a fecundidade (Palomba e Moors, 1993, p. 28).

Comentários Finais

Apesar da atualidade e contemporaneidade deste debate, os demógrafos, demasiado preocupados com o escopo de sua disciplina e seus problemas teórico-metodológicos "domésticos", muito pouco fizeram para incorporar a perspectiva feminista de gênero em suas análises. Uma outra possibilidade de interpretação do por que a perspectiva feminista vem sendo ignorada em Demografia tem a ver com a idéia de que teoria em Demografia inexistente. Ou seja, a questão da incorporação da perspectiva feminista pela Demografia nos remeteu, inicialmente, à discussão mais ampla sobre a abrangência da disciplina e suas conexões com as outras áreas das ciências sociais. Sem entrar em maiores detalhes desta discussão, sustentamos que a Demografia hoje apresenta *status* de disciplina, com seu próprio corpo teórico-metodológico, que dialoga com outras áreas do conhecimento e promove o intercâmbio metodológico e a complementaridade teórica.

É, pois, partindo de uma concepção ampla de Demografia que entendemos que os demógrafos podem e devem se abrir para novas perspectivas, como por exemplo a das relações de gênero. Nesta perspectiva se coloca o desafio de análise dos resultados não esperados, bem como a comprovada necessidade de levar em conta o papel do homem na redefinição de políticas de planejamento familiar. Um exemplo ilustrativo é o da falha de certas políticas de controle natal, como a implementada na China, onde a resistência das mulheres chinesas à política de "um só filho" vem fazendo com que os níveis de fecundidade sejam substancialmente maiores que aqueles oficialmente permitidos (Greenhalgh, 1993, p. 20). Outro é o malogro das metas para a África onde se constatou que o homem joga um papel decisivo no uso de contraceptivos pelas mulheres.

Apontamos também para o fato de que no início do movi-

mento feminista, o foco maior na academia era quebrar as barreiras impostas às mulheres e chamar a atenção para a necessidade de pesquisas sobre mulheres que pudessem desvendar suas fontes de opressão. Nesta etapa, diríamos que, ao privilegiar a mulher e lidar com seu *status* social, muitas das análises demográficas respondiam aos objetivos feministas. Entretanto, é na fase atual, em que a meta das feministas tem sido mudar o entendimento cultural sobre as relações de gênero, distinguindo-o como categoria analítica das chamadas diferenças sexuais, que emergem as maiores dificuldades dos demógrafos para adotarem uma perspectiva feminista.

Neste ponto, caberia perguntar sobre em que nível a incorporação de uma perspectiva feminista interessaria aos demógrafos. Vemos que isto poderia ocorrer em termos de: 1) complementação, com os demógrafos tratando de incorporar outras dimensões do comportamento da mulher e diferenças de gênero nos modelos já existentes, posto que na Demografia a mulher tem sido objeto privilegiado de análise; 2) mudança e revisão na concepção dos modelos a partir do questionamento de pressupostos e do conhecimento acumulado na área. Isto significaria redefinir não só o conhecimento que se tem sobre o comportamento feminino, mas talvez mudar também as próprias noções de estrutura social, instituições e relações.

Ao pensarmos a incorporação da categoria de gênero em nossos estudos demográficos, tendo presente a definição de gênero como uma categoria analítica, destacamos algumas das dificuldades e possibilidades, enfatizando que:

- 1) As noções e conceitos que respaldam a categoria de gênero não podem, fácil e automaticamente, ser comparadas de uma sociedade para outra. Isto, da ótica da Demografia clássica, significaria violar um dos tradicionais princípios da Demografia — a comparabilidade entre regiões e nações para o estabelecimento de padrões e estruturas

de referência para a construção de métodos e modelos. Entretanto, retomando a idéia mais ampla do que é Demografia, enfatizaríamos os *approaches* metodológicos recentes, que clamam pelas especificidades das diferentes organizações sociais para melhor interpretar os fenômenos demográficos. (Sobre isto ver as propostas em nível micro e antropológicas em Caldwell e Hill, 1988.)

2) A categoria gênero não poderia ser representada como uma variável em uma equação, e isto significa não-quantificação. Para alguns demógrafos, tal seria causa suficiente para se abandonar uma perspectiva feminista de gênero. Entendemos, no entanto, que gênero como categoria poderia estar representado no modelo. Por exemplo, se tomamos a variável educação, medida como diferenças relativas entre homens e mulheres, esta representaria o nível de estratificação por gênero do contexto em análise. Portanto, um caminho possível seria repensar os indicadores, ou seja, incorporar na mensuração das variáveis tradicionais uma preocupação feminista de gênero. Isto, certamente, contribuiria para entendermos diferenças e similaridades sem cairmos no reducionismo de buscar sempre um mesmo padrão de comportamento. Questão que de alguma forma faz parte da preocupação do demógrafo, que mesmo em suas práticas estatísticas se defronta com problemas dos tipos ideais — na estandarização e *baseline* —, de homogeneidade e heterogeneidade etc.

3) A demanda por explicações significativas e ao nível de especificidades locais de perspectiva feminista de gênero implica o uso de um conjunto pequeno de dados e com informações muito mais detalhadas — tipo etnográficas, histórias de vida etc. Aqui haveria mais um desencontro entre a tradicional prática metodológica da Demografia e a perspectiva feminista. Acostumados aos grandes conjuntos de dados, os demógrafos construíram seus meto-

dos e modelos sobre amostras estatísticas e resistem aos estudos de casos ou outras bases alternativas de dados. Entretanto, como resultado da evolução da Demografia constata-se: (1) uma diversificação nas unidades e formas de coleta de dados — de só indivíduos para *households* e comunidades; de informações de período para história de eventos — como se pode observar nas recentes pesquisas da DHS; (2) uma ampliação dos temas de interesse — sexualidade, processos de decisão, papel da comunidade, mídia etc. —, o que aumentou o potencial de múltiplos níveis de análise, bem como a incorporação de especificidades. Entendemos que tudo isto vai ao encontro das demandas de uma perspectiva de gênero.

Ao concluir este trabalho sobre os desafios de uma perspectiva de gênero para os demógrafos, gostaríamos de apontar para o outro lado da moeda, ou seja, os desafios que as variações de comportamento demográfico por sexo, empiricamente comprovadas para os mais variados contextos, colocam para as feministas. Isto porque, consideramos, tanto na elevada razão entre os sexos no momento do nascimento, sempre favorável aos homens, como nas diferenças de esperança de vida, sempre favorável às mulheres, que encontramos importantes *inputs* biológicos que desafiam o entendimento das relações de homens e mulheres ao longo do ciclo vital. Aqui haveria espaço não só para um encontro com as feministas essencialistas, mas também com aquelas interessadas nas relações de gênero. Isto porque entendemos que as diferenças demográficas apontadas se apresentam como referências importantes na construção social das diferenças entre homens e mulheres.

Nosso argumento é de que muitos dos conhecimentos demográficos acumulados sobre as diferenças de comportamento entre os sexos fazem parte das relações humanas, práticas diárias e a forma de ordenar o mundo. Como tal contribuem para

a edificação das instituições, relações e estruturas sociais. Portanto, entendemos que o conhecimento demográfico, visto desta ótica, de seus significados, vai de encontro ao conceito de gênero como a organização social das diferenças sexuais refletindo, não apenas, as diferenças físicas entre o homem e a mulher.

BIBLIOGRAFIA

- CALDWELL, John (1985), "Strengths and Limitations of the Survey Approach to Measuring and Understanding Fertility Change: Alternative Possibilities", in J. Cleland & J. Hobcraft (orgs.), *Reproductive Change in Developing Countries from the WFS*, Oxford, Oxford University Press.
- CALDWELL, John; HILL, Allan e HULL, Valerie (1988), *Micro-Approaches to Demographic Research*. Londres, Kegan Paul International.
- COLEMAN, David e SCHOFIELD, Roger (orgs.) (1986), *The State of Population Theory*. Oxford Basil Blackwell.
- FOUCAULT, M. (1980), "Truth and Power, Power and Strategies", in C. Gordon et alii, *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*, New York.
- FRASER, Nancy (1989), *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- GOLDANI, Ana Maria (1994), "Família, Gênero e Fecundidade no Nordeste do Brasil", in *Nordeste Brasil, Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil, Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991*, Rio de Janeiro, Benfam, Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil/Washington, DHS, Demographic and Health Surveys, Macro International Inc.
- GREENHALGH, Susan (1993), "Controlling Births and Bodies in Village China", *mimeo*.
- MASON, Karen O. (1986), "The Status of Women: Conceptual and Methodological Issues in Demographic Studies", in *Sociological Forum*, 2(40)/718-745.
- McNICOLL, Geoffrey (1988), "On the Local Context of Demographic Change", in J. Caldwell; A. Hill e V. Hull (org.), *Micro-Approaches to Demographic Research*., Londres, Kegan Paul International.
- McNICOLL, Geoffrey (1992), "The Agenda of Population Studies: A Commentary and Complaint", in *Population and Development Review*, 18(3)/399-420.
- PALOMBA, Rossela e MOORS, Hein (1993), "Do Values, Intentions and Reproductive Behavior Interact?", in *Internacional Population Conference, IUSSP*, vol. 1, p. 27-41, Montreal.

- PRESTON, Samuel H. (1993), "The Contours of Demography: Estimates and Projections", in *Demography*, 30(4)/593-606.
- RILEY, Nancy E. e GREENHALG, Susan (1993), "Feminist Demography: An Oxymoron?". Trabalho apresentado no Population Association of America Annual Meetings, (PAA) Cincinnati.
- RYDER, Norman (1987), "Discussion", in J. Bongaarts; T. Burch e K. Wachter (orgs.), *Demography: Methods and their Applications*, Oxford, Clarendon Press.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. (1992), "Rearticulando Gênero e Classe Social", in A. de O. Costa e C. Bruschini (org.), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
- SCOTT, Joan Wallach (1994), *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press.
- TAVARES, Ricardo e MONTEIRO, Mário (1994), "População e Condições de Vida", in R. Guimarães e R. A. W. Tavares (orgs.), *Saúde e Sociedade no Brasil: Anos 80*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- TEITELBAUM, Michael S. e WINTER, Jay M. (1985), *The Fear of Population Decline*. San Diego, CA, Academic Press, Inc.
- WATKINS, Susan C. (1993), "If All We Knew About Women Was What We Read in Demography, What Would We Know?", in *Demography*, 30(4)/551-578.
- WOOD, Charles H. e CARVALHO, José Alberto M. de (1994), *A Demografia da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, série PNPE 27.

O CÂNONE LITERÁRIO E A AUTORIA FEMININA¹

Constância Lima Duarte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Para falar de literatura de autoria feminina, lembro algumas histórias de mulheres, à guisa de ilustração. Começo com a última de que tive notícia e que foi publicada recentemente no jornal *Folha de S. Paulo*. Era uma pequena nota e trazia a informação de que um artigo recém-publicado em Londres afirmava que vários poemas incluídos em *The Waste Land*, de T. S. Eliot, não seriam de sua autoria e sim de sua primeira esposa, Vivien Haigh Eliot, também escritora. O autor do artigo afirma que Vivien havia publicado muitos dos poemas sob o pseudônimo de Fanny Marlowe, na revista *Criterion*, e que Eliot, "diante da instabilidade emocional" da esposa, havia internado-a em um manicômio britânico, onde ficou até falecer, em 1947. O jornal acrescenta que a participação de Vivien é flagrante em uma série de cartas e outros papéis que a segunda esposa de Eliot — Valérie — pretende publicar em breve.²

Esta — sabemos todos — não é uma história isolada. Ao contrário, e nos remete para outras aparentemente diferentes, mas que conservam como traço comum o fato de a produção

¹Com algumas alterações, este texto foi apresentado no Encontro do GT "Mulher e Literatura" da ANPOLL, em junho/94, em Caxambu/MG.

²Cf. jornal *Folha de S. Paulo*, 13-04-94.

intelectual de uma mulher praticamente desaparecer da história literária, seja por sua incorporação à obra de um outro, seja pelas múltiplas condições adversas que teve que enfrentar. Poderia lembrar, por exemplo, a história de Colette (1873-1954) que se casou aos 17 anos com Monsieur Willy, um "escritor financeiro" como ela o chama, porque mantinha um grupo de pessoas escrevendo livros para ele. Foi nessa "oficina", ou *atelier*, que ela iniciou anonimamente sua carreira de escritora e apenas em 1904, quando publica *Dialogues de Betes*, seu nome aparece na capa ao lado do de Willy. Dois anos depois, quando se separa do marido, Colette descobre que não possuía nenhum direito sobre os livros escritos até então.³

Ou a história de Maria da Felicidade do Couto Browne (1797-1861), poetisa portuguesa do século passado que não chegou a publicar nenhum livro, porque teve todos os manuscritos queimados, assim como sua biblioteca, por um filho enciumado do talento materno. Os poucos versos que sobraram estavam publicados sob pseudônimo e foram recolhidos de jornais e revistas literárias da época.

Ou a de Emily Dickinson (1830-1886), considerada uma doente pelo comportamento arredo e o exílio voluntário a que se impôs e que só foi conhecida após a morte. Se o homem a quem solicitou opinião acerca do que escrevia a tivesse incentivado, quem sabe Emily conhecesse o sucesso. Mas Thomas Higginson — crítico, abolicionista e defensor dos direitos da mulher — com certeza assustado com suas audácias verbais, desaconselhou categoricamente a publicação dos poemas, lamentando o estilo "descontrolado" e "espasmódico", segundo as palavras que usou em sua resposta.⁴

Ou, para citar um caso das letras nacionais, lembro Auta de Souza (1876-1901), a poetisa norte-rio-grandense do fim do

³Cf. Braga, 1980, p. 41.

⁴Cf. Dickinson, 1986.

século passado que, além dos poemas publicados sob o título de *Horto*, escreveu ainda outros que teriam sido reprovados pelos irmãos, também poetas e intelectuais, por não considerá-los adequados à exposição pública. Consta que Auta de Souza foi noiva e que esses poemas seriam de amor e inspirados no homem amado.

Poderíamos, portanto, lembrar inúmeros outros casos semelhantes que testemunham as dificuldades e as tentativas das mulheres ao longo da história, para serem consideradas escritoras e, assim, integrarem o cânone literário. Muitas fizeram uso de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública. Muitas filhas, mães, esposas ou amantes escreveram à sombra de grandes homens e se deixaram sufocar por essa sombra. As relações familiares, hierarquizadas e funcionais, não incentivavam o surgimento de um outro escritor na família, principalmente se a concorrência vinha de uma mulher. Não é por acaso que de algumas só se sabe que foi "irmã de Balzac", "esposa de Musset", "mãe de Lamartine" e mal se conhecem seus nomes ou seus escritos.

No caso da irmã de Balzac — Laure Surville — sabe-se que ela dava idéias e temas para o irmão necessitado de atender ao apelo das editoras e muitas vezes viu seus textos serem transformados através da pena habilidosa do outro. Por diversas ocasiões ela afirmou que sentia orgulho em poder ajudá-lo e que ele é quem transformava o "*strass* em diamante". Laure chegou a publicar sob pseudônimo alguns contos, como *Le Voyage en Coucou*, depois reescrito por Balzac sob o título *Début dans la Vie*.⁵

E vejam: estamos falando de mulheres instruídas do século 19 e que pertenciam a uma classe social de recursos. Nem se cogita de mulheres do povo, porque é sabido que estas não te-

⁵Cf. Planté, 1989, p. 152-4.

riam a menor chance de se tornar escritoras, por maior que fosse a vocação. Virginia Woolf, na fábula sobre Judite, a fictícia irmã de Shakespeare, radicalizou e não há como discordar. É sua a citação:

*(...) qualquer mulher nascida com grande talento no século 16 teria certamente enlouquecido, ter-se-ia matado com um tiro, ou terminaria seus dias em algum chalé isolado, fora da cidade, meio bruxa, meio feiticeira, temida e ridicularizada.*⁶

Se lembramos de tempos tão remotos, será preciso registrar as tantas mulheres aristocratas que ousaram se vestir de homem para ter acesso a escolas de nível superior. Públia Hortência de Castro (1548-1595), poetisa portuguesa do século 16, por exemplo, optou por travestir-se de homem e frequentar a Universidade de Lisboa em lugar de refugiar-se num convento. Aliás, consta que Públia formou-se aos 17 anos em Filosofia e ficou famosa como uma profunda conhecedora de Teologia, Filosofia e Direito Canônico.⁷

E não pensem que é só no campo das letras que coisas como estas acontecem. Na música, por exemplo, tivemos a história do casamento de Robert Schuman e Clara Wieck, exímia pianista cujas partituras, apesar de bem conhecidas, foram simplesmente incorporadas à obra do cônjuge. Nas artes plásticas o caso mais lembrado é o da paixão vivida por Camille Claudel e seu velho mestre Rodin. O desfecho é por demais conhecido: Camille acusou o escultor de se apropriar de alguns trabalhos e de expô-los como obra sua. O fim da vida de Camille é semelhante ao de dezenas de mulheres que ousaram revelar alguma criatividade: foi considerada louca e internada num asilo, onde passou parte de sua vida até falecer.⁸

⁶Cf. Woolf, 1985, p. 65.

⁷Cf. Oliveira, *Escritoras Brasileiras, Galegas e Portuguesas*.

⁸Délibée, 1972.

Estas pequenas e sofridas histórias são bem representativas das dificuldades que as escritoras — e artistas em geral — enfrentaram nos séculos passados e até nas primeiras décadas deste, para se imporem numa sociedade que se recusava a aceitar a concorrência feminina, em qualquer de seus domínios. As relações entre os sexos eram, antes de tudo e sem sombra de dúvida, relações de poder e marcaram de forma inequívoca a história social e cultural de um povo, como bem se pode constatar.

Não se admitia à mulher qualquer iniciativa que lhe permitisse escapar do estreito círculo a que estava confinada. Os espartilhos do preconceito teimavam em mantê-la bem segura e dentro dos limites do espaço doméstico. Na virada do século, para se ter uma idéia, as mulheres casadas não podiam dispor do próprio dinheiro, opinar na criação dos filhos, ou muito menos mover uma ação contra o marido. O direito ao voto, lembro, só foi alcançado ao nível nacional em 1932, após muita resistência dos que achavam que não era atribuição feminina preocupar-se com os destinos da nação.

E se conhecemos as condições de vida da grande maioria das mulheres nos séculos passados, os obstáculos que enfrentaram — das teses médicas "provando" sua incapacidade intelectual, ao reforço dos filósofos e governantes incentivando o recolhimento — não podemos nos admirar do reduzido número de escritoras hoje conhecido. A interiorização de normas morais e da culpabilidade com certeza deve ter impedido a muitas de se dedicar à Literatura. Hoje sabemos que as medidas protecionistas em torno da mulher visavam mantê-las, a qualquer custo, fora do mundo do trabalho, cuidando unicamente dos filhos e do lar. A frase: "mães, sua maior obra são seus filhos!" pretendia ser definitiva; e o apelo aí contido, forte o bastante para incentivar nas mulheres a renúncia de vaidades pessoais e o abandono de qualquer pretensão intelectual, que comprometesse a perpetuação da espécie.

Mas, apesar de tudo e todos, algumas superaram os obstáculos escrevendo e publicando, num flagrante desafio à ordem que as restringia à esfera privada. E nesse momento uma outra e nova dificuldade tinha início: como enfrentar o público e a crítica, normalmente tão pouco receptivos para com os livros de autoria feminina. Mesmo aquelas que tivessem incentivo por parte da família, uma educação sólida e a oportunidade de publicar, a crítica se encarregava de mostrar que aquele não era seu lugar.

A larga utilização de pseudônimos por parte das escritoras, que mencionei há pouco, visava precisamente preservar a imagem e proteger o círculo mais íntimo da pressão social, advinda da exposição pública. Havia como que uma "censura no ar", uma oposição implícita contra a mulher que escrevesse. Daí muitas optarem por fazê-lo de forma camuflada, usando apenas as primeiras letras do nome, como Nísia Floresta, por exemplo, a pioneira do feminismo no Brasil e autora de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (de 1832), que assinou parte de sua obra como N.F.; N.F.B.A.; ou B.A. E as irmãs Brontë — lembram-se?— foram inicialmente conhecidas como os irmãos Bell, porque assinaram os primeiros livros, inclusive *Jane Eyre* e *O Morro dos Ventos Uivantes*, como Currer, Ellis e Acton Bell.

Também o anonimato— a máscara perfeita da invisibilidade — permitiu às mulheres escamotear o conflito que deve ter sido para muitas um motivo de angústia: ou proteger-se e ter vida privada, ou assinar uma obra e expor-se pela publicação de suas idéias. Entre o ideal feminino e a imagem de artista havia, nesses tempos, uma incompatibilidade quase inconciliável. Virgínia Woolf sugere, inclusive, que muitos daqueles *anônimos* que escreveram tantos poemas, romances e novelas para os jornais e revistas literárias devem ter sido na verdade *anônimas*, no feminino⁹, o que pode bem ser verdade.

⁹Cf. Woolf, 1985, pp. 65 e 84.

Não é por acaso que a única modalidade de texto não praticado pelas mulheres até meados do século 20 foi justamente a crítica literária. Se procuramos a produção intelectual das mulheres que nos antecederam, encontramos poemas, contos, tragédias e comédias, enfim, toda uma gama literária com exceção daquela que se mantinha como um reduto exclusivamente masculino. A grande exceção foi Lúcia Miguel-Pereira que, além de romancista, tornou-se respeitada e se impôs como historiadora e crítica pela seriedade de seu trabalho e profundos conhecimentos literários que possuía.

Uma rápida pesquisa revela como essa crítica masculina de até meados do século via um texto de mulher e assinala a recorrência de algumas posições, como a atribuição de um estatuto inferior à mulher-escritora — com raras exceções —, o constrangimento em apreciar textos escritos por mulheres; a recomendação de formas literárias mais "adequadas" à "sensibilidade feminina", como os romances sentimentais e os de confissão psicológica; a surpresa diante da representação da figura masculina em determinados textos, em tudo diferente do estereótipo do homem viril, forte e superior dos escritos de autoria masculina; e a denúncia de uma certa tendência das mulheres em confundir vida pessoal com literatura, que levou, inclusive, alguns críticos a afirmar que as escritoras pareciam incapazes de se afastar da experiência vivida para entrar no ponto de vista, na psicologia e na linguagem de um outro.

Tal crítica costumava limitar a escritora numa mesma unidade e identidade que a reduzia a um pequeno denominador comum: *o feminino*, sem se dar conta da redução biologicista ou da construção histórico-social de tal expressão, praticamente anulando o caráter individual de cada uma. Havia como que a identificação — ou a assimilação — do livro à figura da mulher e a seu corpo, facilmente demonstrada na presença acen-tuada de adjetivos relacionados à gestação ou ao nascimento, como se cada livro fosse um filho para a autora. Percebe-se, em

expressões como "poemas delicados", "ligeiros", "misteriosos", "feminis", o destaque de qualidades que seriam o apanágio das mulheres, numa perpetuação da velha oposição entre os valores masculinos e femininos. Quando a intenção era elogiar o trabalho e valorizar a escritora, o poema passava a ser "viril", "forte", "duro", e a poetisa era alçada à categoria de "poeta", ou de um "poeta como os nossos melhores"!

Se se compreende o respeito e o temor que os críticos despertavam particularmente sobre as primeiras escritoras, mais necessitadas de seu aval que seus pares masculinos, podemos bem imaginar a autocensura determinando a escolha de gêneros, de temas, a construção dos personagens, numa tentativa de se aproximar dos padrões literários desejados e permitidos a uma mulher, ou seja: os padrões masculinos dominantes. A reação de Graciliano Ramos quando conhece *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, é reveladora da censura social implícita com relação às mulheres que escreviam. São palavras do próprio Graça:

O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: — não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.

Depois conheci João Miguel e conheci Rachel de Queiroz, mas ficou-me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da Literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever João Miguel e O Quinze não me parecia natural.¹⁰

¹⁰Cf. Ramos, 1980, p. 137.

Por tudo isso, compreende-se por que raramente encontramos um nome feminino antes dos anos 40, quando examinamos manuais de Literatura e antologias mais conhecidas. E é precisamente porque temos consciência de tal situação e pretendemos rever a participação da mulher nas letras nacionais, que realizamos todo esse trabalho de recuperação de autoras, reexaminando seus textos e questionando o cânone literário nacional. O objetivo comum de nossos trabalhos, sabemos, é o enriquecimento da literatura brasileira através do estabelecimento de um novo cânone que contenha também as escritoras do passado que merecerem aí ser incluídas.

Temos consciência de que um enorme esforço analítico e interpretativo é necessário para reconstruir esta história, pois se as mulheres eram consideradas seres de segunda classe, na maioria das vezes isso estava tão introjetado que elas mesmas se viam como tais. Daí ser preciso um olhar extremamente atento e sensível para se reconstruir a história literária da mulher a partir da história escrita pelo homem e detectar aí as nuances da tradição literária das mulheres: o percurso, as dificuldades, os temores e as estratégias utilizadas para romper o confinamento em que viviam e, ao mesmo tempo, promover a revalorização da literatura que no passado não recebeu atenção adequada e dos momentos históricos que testemunharam o incremento dessa produção.

Se pretendemos realmente interferir no estabelecido é preciso ir um pouco mais além do que trabalhar cada autora isoladamente, estudá-las e repetir que o cânone é reflexo do patriarcalismo. É preciso, tendo em vista que a universidade hoje é a responsável pela reinterpretação e revisão da história literária, até porque concentra em seus quadros pesquisadoras/es interessadas/os em reescrevê-la, que comecemos por nos unir em torno de grandes projetos de pesquisa; que participemos conscientemente da revisão dos currículos dos Cursos de Letras; que estudemos em classe as autoras recém-redesco-

bertas; enfim, que incentivemos este tipo de pesquisa entre os alunos, para, então, termos a certeza de que realmente estamos contribuindo para a transformação que tanto desejamos.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, Maria Ondina (1980), *Mulheres Escritoras. Da Biografia no Texto ao Texto da Biografia*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- DELBÉE, Anne (1972), *A Paixão de Camille Claudel*. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Lisboa, Editorial Inquérito Limitada.
- DICKINSON, Emily (1986), *Poemas*. Edição Bilíngue. Tradução de Idelma Ribeiro de Faria. São Paulo, Hucitec.
- OLIVEIRA, A. Lopes de (s/d) *Escritoras Brasileiras, Galegas e Portuguesas*. Braga, Ed. do Autor.
- PLANTÉ, Christine (1989), *La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la Femme Auteur*. Paris, Éditions du Seuil.
- RAMOS, Graciliano (1980), *Linhas Tortas*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Record.
- WOOLF, Virgínia (1985), *Um Teto Todo Seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

HISTÓRIA, MULHERES, GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE

Rachel Soihet
Universidade Federal Fluminense

A História das Mulheres e o Sujeito Universal

O descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal constituiu-se num dos mais importantes ganhos na atuação das historiadoras feministas. Em que pesem aos esforços no sentido de acomodar as mulheres numa história que, de fato, as excluía, a contradição instaurada revelou-se fatal. A história das mulheres — com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública — implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal (Scott, 1992, p. 86).

As experiências iniciais de inclusão das mulheres no ser humano universal trouxeram à tona uma situação plena de ambiguidades. Afinal, a solicitação de que a história fosse suplementada com informações sobre as mulheres equivalia a

afirmar o caráter incompleto daquela disciplina, bem como que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial. Fato necessariamente demolidor para uma realidade que definiu a "história e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros', ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que teve importância no passado".

Neste processo, foram fundamentais as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista. Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as "mulheres" como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava. Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres nos anos 70. Firmou-se o antagonismo homem *versus* mulher como um foco central na política e na história que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada. Já no final dessa década, porém, tensões se instauraram, quer no interior da disciplina, quer no movimento político. Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria das "mulheres" e para introduzir a "diferença" como um problema a ser analisado. Inúmeras foram as contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum. A fragmentação de uma idéia universal de "mulheres" por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. Também, o enfoque na diferença desnudou a contradição flagrante da história das mulheres com os pressupostos da corrente historiográfica polarizada para um sujeito humano universal. As especificidades reveladas pelo estudo histórico desses segmentos

demonstravam que o sujeito da história não era uma figura universal, dando lugar ao questionamento daqueles pressupostos que norteavam as ciências humanas (Scott, 1992, pp. 81-88).

Assim, a emergência da história das mulheres teve papel fundamental na desmitificação das correntes historiográficas, herdeiras do iluminismo, que se acreditavam informadas pela verdade e pela imparcialidade de seus profissionais, os quais eliminavam as mulheres das considerações dessa disciplina. Como bem ressalta Maria Odila da Silva Dias, sujeito humano universal, verdade, razão, esquemas globalizantes deixavam de se constituir em axiomas, em favor da historicidade e da transitoriedade do conhecimento dos valores culturais em processo de transformação no tempo. Igualmente, temporalidades múltiplas, focalizando conjunturas provisórias e relativas a seu próprio tempo, substituíam a linearidade evolutiva de um processo histórico nacional e universal (Silva Dias, 1992, p. 39).

Mulheres como Objeto da História

Enquanto campo específico de estudo, há certa unanimidade em considerar a história das mulheres como tendo sido decorrente de um movimento recíproco: de um lado, da atuação das historiadoras preocupadas com esta questão, e de outro, do movimento feminista, ocorrido a partir dos anos 60.

Já no século 19, contudo, Michelet chegou a desenvolver estudos sobre as mulheres. De forma coerente com o pensamento dominante em seu tempo, realça a identificação desse sexo com a esfera privada. Na medida, porém, em que a mulher aspire à atuação no âmbito público, usurpando os papéis masculinos, transmuta-se em força do mal e da infelicidade, dando lugar ao desequilíbrio da história. Respeitada, porém,

a identificação mulher/natureza, em oposição àquela de homem/cultura, Michelet vê na relação dos sexos um dos motores da história (Michelet, 1981).

Em contraposição a uma história positivista com preocupação exclusiva com o domínio público, observa-se, na década de 1930, a relevância do grupo dos *Annales*, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Buscam desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, direcionando seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas à historiografia pelos *Annales*, estes contribuíram para que isto se concretizasse nas décadas seguintes.

O marxismo considerou secundária a problemática que opõe homens e mulheres. Essa contradição se resolveria com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes. Não se justificava, portanto, uma atenção especial do historiador para a questão feminina.

A partir da década de 1960 cresce na historiografia um movimento, crítico do racionalismo abstrato, que relativiza a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos. Silva Dias discorre sobre a questão, assinalando o desdobramento deste movimento em várias correntes: revisionismo neomarxista, Escola de Frankfurt, historistas, historiadores das mentalidades, do discurso no sentido da desconstrução de Derrida ou na linha de Foucault. O conhecimento histórico torna-se relativo, tanto a uma determinada época do passado, quanto uma dada situação do historiador no tempo, o qual procura interpretar os processos de mudança através de um conhecimento dialético. Tal panorama torna mais factível a integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama se tece basicamente a partir do cotidiano, e não a partir de pressupostos rígidos e de grandes marcos (Silva Dias, 1992, pp. 43-44).

Nesse particular, destaca-se o vulto assumido pela história social, na qual engajam-se correntes revisionistas marxistas, cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História. A preocupação da corrente neomarxista com a inter-relação entre o micro e o contexto global permite a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais — elementos fundamentais na apreensão das vivências desses grupos, de suas formas de luta e de resistência. Ignorados num enfoque marcado pelo caráter totalizante, tornam-se perceptíveis numa análise que capte o significado de sutilezas, possibilitando o desvendamento de processos de outra forma invisíveis.

O desenvolvimento de novos campos como a História Cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas — tais como a Literatura, a Linguística, a Psicanálise, e, principalmente, a Antropologia — com o intuito de trazer à tona as diversas facetas desse objeto.

Mulheres: Vítimas ou Rebeldes?

De acordo com Mary Nash, o debate em torno da opressão da mulher ao longo da História ter-se-ia inaugurado nos anos 40, por iniciativa da historiadora norte-americana Mary Beard que, em sua obra *Woman as Force in History*, abordou a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos (Nash, 1985, p. 102). Beard atribuiu as escassas referências à mulher ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, ignorarem-na sistematicamente. Esse argumento provocou uma réplica do historiador J. M. Hexter, para quem a ausência das

mulheres devia-se ao fato de elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais. Simone de Beauvoir em sua pioneira obra, *O Segundo Sexo*, assume postura similar à de Hexter, ao argumentar que a mulher, ao viver em função do outro, não tem projeto de vida própria; atuando a serviço do patriarcado, sujeitando-se ao protagonista e agente da História: o homem (Beauvoir, 1968).

Até a década de 1970, muito se discutiu acerca da passividade das mulheres, frente a sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Tal visão empobrecedora obscurece seu protagonismo como sujeitos políticos ativos e participantes na mudança social e em sua própria mudança, assim como suas alianças e, inclusive, participação na manutenção da ordem patriarcal. Por outro lado, em oposição à história "miserabilista" (Perrot, 1987) — na qual se sucederam "mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas..." — emergiu a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos. Algumas abordagens das mulheres dos segmentos populares realizadas por Michelle Perrot (1988) e Natalie Zemon Davis (1990), de certa forma, se enquadram neste perfil.

Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação. Assim, torna-se fundamental uma ampliação das concepções habituais de poder, para o que cabe lembrar a importância das contribuições de Michel Foucault. Hoje é praticamente consensual a recomendação de uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de investigação histórica, através do tratamento das esferas onde há maior evidência de participação feminina, abarcando as diversas dimensões de sua experiência histórica. Tais recomendações convergem para a

necessidade de se focalizar as relações entre os sexos e a categoria de gênero.

A Questão do Gênero

Gênero tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas com vistas a acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. Vale frisar que este termo foi proposto por historiadoras que acreditavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas da disciplina; acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente, implicando não apenas "uma nova história das mulheres, mas em uma nova História". A maneira como esta nova História iria incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria de como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Além disso, na construção dessa nova História torna-se fundamental a articulação do gênero com a classe e a raça. O interesse por estas categorias assinala não apenas o compromisso dos historiadores com uma História que inclua a fala dos oprimidos, mas também que esses pesquisadores consideram que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos. Os estudos sobre gênero enfatizam a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária "masculino *versus* feminino" e a importância de sua historicização

e "desconstrução" nos termos de Jacques Derrida — revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas (Scott, 1991, pp. 1-2).

Joan Scott alinha-se entre os historiadores que se propõem a ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas. Nesse particular, Silva Dias discorda da necessidade da construção imediata de uma teoria feminista, pois, a seu ver, tal reconstrução significa substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, talvez invertidas de poder, já que, segundo a citada historiadora, o saber teórico implicaria, também, num sistema de dominação (Silva Dias, 1992, p. 39).

Scott argumenta que, em seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Ressalta, inclusive, a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto, que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina — o que pode ser aquilatado pelos manuais, programas universitários e monografias. Ficam assim, segundo Scott, demonstrados os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou, pelo menos, não os questionam de forma a abalar seu poder e talvez transformá-los. Assim, não teria sido suficiente aos historiadores das mulheres provar que estas tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. Após um reconhecimento inicial, a maioria dos historiadores descartou a história das mulheres ou colocou-a em um domínio separado — "as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos concerne necessariamente". Quanto à participação das mulheres na His-

tória, a reação foi de um interesse mínimo: "A compreensão de um determinado acontecimento, a Revolução Francesa, por exemplo, não mudou com a descoberta de que as mulheres dela participaram." Esse tipo de reação encerra segundo Scott um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais (Scott, 1991, p. 3).

Scott ressalta, ainda, que as análises do gênero, em seu uso descritivo, têm incidido apenas nos trabalhos sobre temas em que a relação entre os sexos é mais evidente: as mulheres, as crianças, as famílias etc. Aparentemente, temas como a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos historiadores que trabalham sobre o político e o poder. O resultado é a adesão a uma visão funcionalista baseada sobre a Biologia e a perpetuação da idéia das esferas separadas na escrita da História: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens.

Com base nestas reflexões, Scott apresenta sua proposta teórica, com vistas à explicação do conceito de gênero e de como as relações entre os sexos se estruturou ao longo da História. Consta a referida proposta de duas partes: de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Na primeira parte de sua proposta, Scott procura clarificar e especificar a necessidade de pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, já que essa reflexão não é geralmente feita de forma sistemática e precisa. Mas a teorização

do gênero, propriamente dita, é apresentada na parte que discute as relações de poder. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Conclui que o gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Propõe a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica. Justifica a escolha da política e do poder em seu sentido mais tradicional — isto é, no que diz respeito ao governo e ao estado-nação — devido a duas razões: primeiro, por se tratar de um território praticamente inexplorado, já que o gênero foi percebido como uma categoria antiética aos negócios sérios da verdadeira política; além disso, porque a história política foi a trincheira de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero. Acredita que o aprofundamento da análise dos diversos usos do gênero para justificativa ou explicação de posições de poder fará emergir uma nova História que oferecerá outras perspectivas às velhas questões; redefinirá as antigas questões em termos novos — introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra. Tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova História abrirá possibilidades para a reflexão sobre as atuais estratégias feministas e o futuro utópico.

A análise de Scott é de extrema relevância, pois incorpora contribuições das mais inovadoras no terreno teórico, como no do próprio conhecimento histórico. Considero, porém, que, a partir do modelo de análise proposto, alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres tornam-se dificilmente perceptíveis. Importa, portanto, examinar contribuições de outros historiadores, que, com esse objetivo,

não se limitam a abordar o domínio público. Recorrem a outras esferas, como o cotidiano, no afã de trazer à tona as contribuições femininas.

Outras Dimensões da Política na Vida das Mulheres

Numa perspectiva bastante enriquecedora, acerca da presença da política na vida das mulheres, destacam-se as reflexões da historiadora francesa Arlette Farge:

O jogo político, na história das mulheres, não tem caráter de evidência. Onde situar o político e como qualificá-lo? Utilizar a idéia de dominação, afirmando que é universal e que tem como efeito a necessária exclusão das mulheres da esfera política é ater-se a uma constante que em nada se parece a uma análise. Se há bloqueio, é talvez porque põe em marcha o estudo da dominação, tanto pelo lado da opressão como pelo da rebelião, não permite apreendê-la como uma relação dialética (Farge, 1991, p. 9).

Farge evita, dessa forma, o binômio dominação/subordinação como terreno único de confronto. Apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contrapoderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e "compensações" no jogo da sedução e do reinado feminino. Sua proposta metodológica é estudar o privado e o público como uma unidade, assaz renovadora frente ao enfoque tradicional "privado *versus* público" (Luna, 1994, p. 45).

Ainda no que tange ao político, cabe mencionar as abordagens de historiadoras — como Michelle Perrot, Natalie Davis, Silva Dias e outras — que, ao buscarem a mulher como agente histórico, aproximaram-se de domínios nos quais ocorriam maior evidência de participação feminina. Daí não se aterem

unicamente à esfera pública — objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas. Explica-se, assim, a emergência do privado e do cotidiano, nos quais mostra-se com toda força a presença dos segmentos subalternos e das mulheres. Longe, porém, o político de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder.

Mesmo no espaço público, marcaram presença as mulheres dos segmentos populares. Aqui deve-se mencionar uma pista assinalada por E. P. Thompson, acerca da liderança feminina nos motins de alimento (E. R Thompson, 1979). Usando o corpo como arma, aos gritos, batendo panelas e caldeirões protagonizavam ruidosas aglomerações (Perrot, 1988). Outros historiadores sugerem, igualmente, que essa atuação das mulheres pode-lhes ter conferido uma base de poder na comunidade. Não se trata de excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, mas urge não ignorar esse tipo de manifestações, típicas da resistência dos segmentos populares, sob o risco de invertermos o problema; passarmos a focalizar as mulheres apenas sob a ótica da classe e do sexo dominante.

Voltando à proposta de Scott, esta não abre espaço para que emerjam as diversas sutilezas presentes nas relações entre os sexos, das quais não estão ausentes alianças e consentimentos por parte das mulheres. Nesse particular são muito adequadas as considerações de Chartier acerca do risco de se investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal, o que torna essencial dirigir a atenção para os usos diferenciados de modelos culturais comuns aos dois sexos. (Roger Chartier, 1993, pp. 1006-1007).

Chartier destaca na dominação masculina o peso do aspecto simbólico, que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, segundo ele, um objeto maior da história das mulheres consiste no estudo dos discursos e das práticas que garantem o consentimento feminino às

representações dominantes da diferença entre os sexos. Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação — que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída — é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como "natural" e biológica a divisão social dos papéis e das funções.

Outrossim, alerta Chartier, uma tal incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. A aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta — aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra seu próprio dominador.

A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres. Cabe aqui lembrar, mais uma vez, a importância de E. P. Thompson. Sua obra dedica especial atenção às manifestações cotidianas de resistência dos segmentos populares, embora não estabeleça as mulheres como objeto específico. Outros historiadores também descartam a visão de uma ação unilateral do poder sobre os dominados

passivos e impotentes. Como frisa Michel de Certeau, torna-se necessário "exumar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e *bricoleuse* dos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide" (De Certeau, 1980, p. 14). Historiadoras como Michelle Perrot, Natalie Davis, Arlette Farge, Maria Odila da Silva Dias, eu própria, têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação feminina.

Alinhando-me com Silva Dias, considero que a abertura dos historiadores para os papéis informais, visíveis apenas através do enfoque do cotidiano, constitui-se no recurso possível para atingimento de nosso objetivo; qual seja, o de obter pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade, que têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história. Dessa forma interpenetram-se, num processo dialético, a história das mulheres e uma nova História.

A História das Mulheres no Ocidente: Considerações

Em fins de 1991 surgiu a obra *A História das Mulheres no Ocidente*, sob a direção de Georges Duby e Michelle Perrot. Mais do que uma história das mulheres, os autores se propõem a apresentar uma história das relações entre os sexos, buscando incorporar muitas das inovações apresentadas. Em termos espaciais, focalizam a Europa, especialmente em suas margens mediterrânea e atlântica, e os Estados Unidos. Temporalmente, a obra cobre o período que vai desde a Antiguidade até nossos dias, assumindo os autores a periodização habitual da História ocidental. Após afirmarem ser esta prática a única possível, questionam, porém, sua pertinência conceitual; ou seja, se aos principais marcos da História tradicional — como o Renascimento, a Reforma, as guerras

mundiais — correspondem os acontecimentos decisivos na história das mulheres e das relações entre os sexos (Duby e Perrot, 1991). Ao que responde negativamente Silva Dias, uma das críticas de tal postura. Considera insensatas obras da história universal das mulheres, alegando que a adoção da moldura da História evolutiva linear implica a incorporação de categorias de dominação que a crítica feminista pretende neutralizar e a historiografia contemporânea já abandonou (Silva Dias, 1992, p. 44).

Chartier analisa a questão buscando encará-la em toda sua complexidade. Em princípio, considera adequada a postura de Perrot e Duby, na medida em que o projeto da obra é o da abordagem das relações entre os sexos e os efeitos dessas relações nas grandes mutações históricas, nos diferentes níveis: econômico, social, político, religioso etc. O que a seu ver legitima a adoção de tais divisões consagradas para a História ocidental. Por outro lado, pergunta o historiador: como dar conta da crescente dependência feminina entre a Idade Média e o século 19? A tentação, segundo ele, é descrevê-la como a história da restrição das possibilidades abertas às mulheres, em todos os domínios da vida social. Dessa forma, no plano cultural, às sociabilidades letradas do Renascimento, que reconhecem um grande papel às mulheres, sucedem-se academias exclusivamente masculinas, deixando às mulheres a direção de assembleias menos legítimas — os salões. Ao nível político, às rivalidades de casas e de linhagens que marcam as lutas políticas dos séculos 16 e 17, nas quais as mulheres tinham seu lugar, sucede-se sua marginalização da esfera pública no século 18, quando, com a Revolução Francesa, é excluída da cidadania. No que tange à esfera econômico-social, à relativa indistinção sexual que caracterizava as condições e estados na Idade Média e no século 16, sucede-se o confinamento das mulheres nos ofícios considerados pelos homens como próprios a seu sexo. O grande mérito de uma leitura apoiada nestas constatações,

que denotam uma redução dos papéis que cabiam às mulheres, é o de evitar as armadilhas de uma História linear retrazendo a progressiva conquista da autonomia e da igualdade femininas. Seu perigo reside, porém, na reintrodução de um esquema inverso, no qual a participação e a palavra deixam lugar à exclusão e ao silêncio (Chartier, 1993, p. 1010).

Porém, continua ele, o que está em jogo é a definição dos poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade, tornando-se necessário entendê-los como a autoridade detida pelas mulheres numa esfera restrita. E aí colocam-se várias possibilidades sobre a forma de exercício dessa autoridade: ela é exercida à custa de outras mulheres? apresenta-se como uma participação limitada e minoritária nos poderes dos homens? ou como contrapoderes sedutores, secretos e ilícitos? ou ainda, como já mencionei, uma reapropriação e um desvio, em termos de um retorno contra o dominador, dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina? Retornando à questão inicialmente formulada por Duby e Perrot, a construção de uma periodização própria da história das mulheres dependerá da articulação — historicamente variável e particular a cada configuração social — dessas diferentes modalidades de poder das mulheres. É distinguindo as relações que elas entretêm umas com as outras que se poderá compreender, para cada momento histórico, "como uma cultura feminina se construiu no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, demarca tempos e espaços, como, enfim, ela pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global".

Ainda, sobre a obra em foco, a historiadora Gianna Pomata reconhece a importância de se trazer para o grande público conhecimentos sobre a história das mulheres que se encontravam exclusivamente nas monografias ou nas revistas especializadas. Tece, contudo, algumas severas críticas, apontando em primeiro lugar para a separação feita entre o discurso e a

prática social. De um lado encontram-se ensaios sobre a representação da mulher — na literatura, iconografia, discurso médico, filosófico e científico — e de outro, ensaios sobre a história social das mulheres — família, economia, demografia etc. —, sem que se estabeleça entre os dois nenhum tipo de relação. Porém, o que mais incomoda à referida historiadora é o fato de os autores terem privilegiado uma história das representações culturais das mulheres, em detrimento da história social desses segmentos. E, a propósito da relevância de suas preocupações, se remete às interrogações de Virgínia Woolf sobre a vida das mulheres no período isabelino. Lembra a sugestão da célebre romancista no sentido de que "os estudantes dessas famosas faculdades" reescrevessem a História, pois ela tal como se apresenta, "parece um pouco bizarra, irreal, defeituosa". Apresentando, em seguida, sua célebre observação: "Por que não acrescentar um suplemento à história? Suplemento, ao qual se daria um nome discreto para que as mulheres aí possam figurar sem inconveniência" (Pomata, 1993, p. 1019).

Gianna Pomata esclarece sua posição a respeito da história de gênero. Ela deve ser compreendida como a história da construção social das categorias do masculino e feminino, através dos discursos e práticas. Considera-a, porém, distinta da história das mulheres, não podendo excluir a necessidade de uma história social das mulheres. E a principal tarefa da história das mulheres, segundo a mesma, não reside em desconstruir os discursos masculinos sobre as mulheres, mas tornando suas as palavras de Virgínia Woolf em superar esta "penúria de fatos" sobre sua vida, ampliando os limites de nossa memória do passado.

Embora, em sua opinião, não se deva misturar história das mulheres e história de gênero, reconhece que as duas são ligadas e indispensáveis uma à outra. Para ela, contudo, o frustrante em boa parte dos ensaios sobre a representação das mulheres em *A História das Mulheres no Ocidente* é que não tratam nem

da histórica das mulheres, nem, verdadeiramente, de história de gênero. Não se filiam à história das mulheres, pois são centrados sobre os discursos masculinos sobre as mulheres, ensinando-nos mais sobre os homens do que sobre as mulheres. Estaríamos mais uma vez, segundo ela, em presença de uma história de homens. Por outro lado, tais textos não dizem respeito à história de gênero, já que dissertam sobre concepções do feminino sem reconstituir em contrapartida as representações do masculino. Tal assimetria, presente na pesquisa histórica sobre a questão, constitui-se, em seu entender, numa inversão da deformação masculina da historiografia tradicional.

Conclusão

Divergência de posições, debates, controvérsias, este é o quadro hoje da história das mulheres; quadro que se afigura dos mais promissores e que coincide com a diversidade de correntes presentes na historiografia atual. Diversidade que se manifesta na existência de vertentes que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres, até as que relativizam sua presença, em nome do caráter fluido, ambíguo, do tema em foco: as mulheres como seres sociais. Ênfase na utilização da categoria de gênero na análise da esfera da política formal, em termos do exercício do voto e manejo do poder nas instituições do governo; preferência pela abordagem do cotidiano, "redescoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas" que possibilitem o desvendamento de processos sociais invisíveis, ante uma perspectiva normativa, são algumas das diferentes posturas no tocante aos estudos sobre as mulheres. Algumas opõem história de gênero e história das mulheres — que, na verdade, caminham para uma interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma

destas. Criatividade, sensibilidade e imaginação tornam-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo quanto ao passado feminino. Estamos, assim, preparadas para fazer frente àqueles que, na Academia, ainda, não nos reconhecem como parceiras plenas; tentando relegar-nos a posições periféricas face ao caráter secundário de nossas preocupações. Estamos, enfim, em condição de responder às inquietações de Virginia Woolf, quanto à construção de uma História, "menos bizarra, irreal e desequilibrada", na qual as mulheres estejam presentes, sem qualquer "inconveniência" (Woolf, 1929). Mulheres e História interpenetram-se num movimento dialético, assinalado por trocas recíprocas, que acena com a esperança de uma utopia futura.

BIBLIOGRAFIA

- BEAUVOIR, Simone de (1968), *Le Deuxième Sexe*. Paris, Gallimard.
- CHARTIER, Roger (1993), "Différences entre les Sexes et Domination Symbolique (Note Critique)", in *Annales ESC*, n° 4/1005-1010.
- DAVIS, Natalie Zemon Davis (1990), *Culturas do Povo Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo, Paz e Terra.
- DE CERTEAU, Michel (1980), *L'Invention du Quotidien*. Paris, Union Générale D'Éditions.
- DUBY, Georges e PERROT, Michelle (1991). *Historia de las Mujeres en Occidente*. Tradução de Marco Aurélio Galmarini. Madrid, Taurus Ediciones.
- FARGE, Arlette (1991), "La Historia de las Mujeres. Cultura y Poder de las Mujeres: Ensayo de Historiografía", in *Historia Social*, n. 9 in LUNA, Lola G. (1994), *Historia, Género y Política*. Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A.
- . (1991), "Evidentes Émeutières" in G. Duby e M. Perrot (org.), op. cit.
- MICHELET, Jules (1981), *La Femme*. Paris, Flammarion.
- NASH, Mary (1985), "Invisibilidad y presencia de la Mujer en História", in *Historias*, n° 10
- PERROT, Michelle (1988), *Os Excluídos da História — Operários, Mulheres, Prisioneiros*. S. Paulo, Paz e Terra.

- PERROT, Michelle (1987), "Quinze Ans d 'Histoire des Femmes", in *Sources. Travaux Historiques*, n. 12/19-27.
- POMATA, Gianna (1993), "Histoire des Femmes et 'Gender History'" (note critique), in *Annales ESC*, n° 4/1019-1026.
- SCOTT, Joan (1991), *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, SOS Corpo.
- . (1992), "História das Mulheres", in P. Burke (org.), *A Escrita da História — Novas Perspectivas*, São Paulo, UNESP.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da (1992), "Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano", in A. de Oliveira Costa e C. Bruschini (org.), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro/ S. Paulo, Ed. Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas.
- . (1984), *Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense.
- SOIHET, Rachel (1989), *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- THOMPSON, E.P. (1979), "La Economía Moral de la Multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII" in *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase — Estudios sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial*. Traducción castellana de Eva Rodríguez. Barcelona, Editorial Crítica.
- WOOLF, Virginia (1929), *A Room of One's Own*. New York.

ARTICULAÇÕES PSICANÁLISE/FEMINISMO: DIFICULDADES E NOVAS PERSPECTIVAS

Arma Carolina lo Bianco

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marlise Míriam de Matos Almeida

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Introdução

Procuraremos aqui tecer algumas considerações sobre as relações entre o feminismo e a psicanálise no Brasil, tanto do ponto de vista dos movimentos psicanalítico e feminista, quanto das teorias que informam o feminismo e constituem a Psicanálise. No desenvolvimento da discussão procuraremos ressaltar a especificidade do caso brasileiro, percorrer um pouco do estatuto — político e teórico — destas relações em outras sociedades e valorizar as perspectivas que surgem em nosso contexto, principalmente, na área da conceituação psicanalítica, já iniciada por uma de nós (Almeida, 1993.)

Logo de início, o que chama a atenção no campo das articulações possíveis entre psicanálise e feminismo no Brasil é a marcante ausência de reciprocidade nestas relações. Apesar de frequentemente nos depararmos com a presença de debates

sobre este tema nos eventos, congressos e reuniões promovidas pelo movimento feminista¹, muito raramente se constataria uma menção ao feminismo nos mesmos eventos psicanalíticos. Nos debates psicanalíticos os tópicos feminilidade, feminino e sexualidade feminina estão sempre presentes, mas diriam respeito à constituição de um sujeito cuja pertinência a um dado gênero careceria de estatuto nas formulações teóricas da psicanálise.

O que se destaca, portanto, na relação Psicanálise/feminismo é a característica de unilateralidade. Enquanto poder-se-ia arriscar, afirmando que o feminismo quando não está francamente imerso na Psicanálise tende ao menos a procurar o diálogo com esta, constatamos que o mesmo não acontece no âmbito da Psicanálise, que só muito raramente se refere a questões propriamente feministas.

Para examinarmos este caráter unilateral tomaremos em primeiro lugar a vertente dos movimentos feminista e psicanalítico; em seguida procuraremos estudá-lo pela vertente dos enfoques teóricos feministas e da teoria psicanalítica.

Relações entre os Movimentos Psicanalítico e Feminista no Brasil Hoje

A grande expansão do movimento psicanalítico, que principalmente no eixo Rio/São Paulo se tornou ubíquo nos mais diversos recantos da vida social, faz emergir, como marca principal do cenário em que se desenvolve a relação Psicanálise/feminismo, a questão do débito pessoal das feministas com a Psicanálise e com os(as) psicanalistas. Ainda que mais recentemente este panorama venha se modificando, não seria exa-

¹Tomaremos aqui a denominação geral de "movimento feminista" e "movimento psicanalítico" para facilitar a exposição, sabendo que certamente ambos implicam teias de maior complexidade.

gero afirmar que na trajetória de grande parte das mulheres participantes do movimento feminista houve em algum momento uma adesão ao ponto de vista psicanalítico, principalmente até meados da década de 1980. A recíproca não parece ser verdadeira. Devido a características que tomou a difusão do movimento feminista no Brasil, os(as) psicanalistas quase nunca se comprometem ou se comprometeram pessoalmente com uma visão feminista ou com as feministas enquanto representantes do movimento. Certamente esta diferença não é sem consequências para a relação; afirmariamos que, a rigor, ela constitui o pano de fundo sobre o qual ocorrem as articulações entre o feminismo e a Psicanálise.

Daí em diante, a unilateralidade da relação vai se tornar presente nas mais variadas facetas dos movimentos. Uma delas é a que poderíamos chamar de efeito de *Weltanschauung*, que deriva de ambos os movimentos e que se assemelham em vários aspectos: no centro destas *visões de mundo* está a crença na liberdade, na "liberação" — sobretudo sexual — na possibilidade de mudança de valores, de hábitos, de *mores*, na valorização de uma certa "autonomia" do indivíduo por relação às imposições sociais, de uma certa "autenticidade" em seu comportamento.

Que do ponto de vista teórico esses valores da liberdade, da liberação sexual, da igualdade entre os sexos venham a ser questionados, tanto pela teoria psicanalítica quanto pelos estudos feministas, não é o que importa considerar no momento. O que pretendemos enfatizar é que, mesmo nesta área em que estão próximos — até porque ambos podem ser considerados frutos da "ideologia individualista", nos termos de Dumont, (1966) —, o feminismo se dirige à Psicanálise em diversos momentos — por exemplo, os artigos nas revistas femininas como os de Carmem da Silva (cf. Santos, 1987) — e encontra nele, muitas vezes, o respaldo teórico e a legitimidade institucional.

Se, por outro lado, procurarmos o exemplo contrário, raramente iremos encontrar um (a) psicanalista — que se ofereça a esta posição de aconselhador(a) — minimamente interessado(a) em confrontar os temas feministas que se imporão. Neste ponto, acrescenta-se ainda que a Psicanálise difundida, a Psicanálise que se oferece como *Weltanschauung*, se apresenta com um discurso tão poderoso quanto fechado em si, principalmente no que diz respeito às questões que o feminismo aponta: seja sobre a desigualdade entre os gêneros, seja sobre a especificidade do gênero feminino. Sendo orientada por valores como a "liberação" — tanto quanto o feminismo — calçados sobre conceitos — difundidos, mais ou menos, selvagememente — como os de recalque ou repressão e desejo, se consideraria que a própria Psicanálise está capacitada a responder às questões da distribuição de poder nas relações entre os gêneros, quando e se fossem tematizadas.

Nesta vertente, pois, acreditamos ficar identificado um dos aspectos da unilateralidade da relação entre a Psicanálise e o feminismo.

As Articulações entre os Enfoques Feministas e a Teoria Psicanalítica no Brasil de Hoje

Se deixarmos o ângulo de exame dos movimentos e da difusão dos movimentos e passarmos à vertente das teorias feministas e da teoria psicanalítica, vai-se apresentar uma outra configuração. Utilizaremos os próprios enfoques internos a estes saberes, algumas discussões que se dão em seu interior, para tentarmos examinar a unilateralidade das articulações. Primeiramente faremos recurso a duas categorias que, acreditamos, possam servir de chave para nosso argumento: a de *cientificismo* e a de *machismo*. A unilateralidade da relação, portanto, pode ser entendida a partir das contribuições e das reflexões feminis-

tas sobre a assim chamada neutralidade científica (cf. por exemplo, Jordanova, 1980; Birke et alii, 1980; Wallsgrove, 1980; Sheppard, 1982; Irigaray, 1985) e sobre o machismo na sociedade brasileira.

Uma literatura psicanalítica que valoriza a preocupação de Freud com a cientificidade de sua teoria tem se constituído alvo das críticas feministas. Freud foi repellido por muitos autores positivistas do início do século que enfatizavam a intenção da Psicanálise de "ser uma ciência natural como outra qualquer". Que o próprio Freud haja afirmado em outros lugares (cf. Gay, 1989) que passa a adotar "o ponto de vista dos antigos e das superstições contra a visão da ciência rigorosa" passou despercebido por muitos destes leitores. A referência à "ciência neutra" na Psicanálise levou, e leva, a uma intolerância acentuada com toda formulação e com todo questionamento que não seja articulado do ponto de vista "neutro". Esta perspectiva — que mais uma vez acentua a unilateralidade da relação — foi especialmente denunciada pelos enfoques feministas, que, a partir do reconhecimento do lugar de sua própria fala, enfatizam, justamente, que qualquer fala é dita sempre de algum lugar — tem uma localização histórico-social e principalmente sexual (cf. Irigaray, 1985).

A outra categoria sobre a qual o feminismo vem se debruçando e que poderia explicar a relação Psicanálise/feminismo é a de machismo na sociedade brasileira. Teríamos vários caminhos para debater esta questão. Procuramos utilizar apenas alguns marcos em nossa discussão referentes às mudanças sociais nas relações familiares e nos papéis. Acreditamos que, muitas vezes, as próprias mudanças denunciam e fazem emergir questões que, paradoxalmente, apontam para o machismo.

Os estudos da década de 1950 e 60 sobre a família brasileira (cf. Azevedo, 1963; Cândido, 1951; Wagley, 1968; Willems, 1954) apontam para o conservadorismo de sua organização, expresso por Willems nos "complexo de machismo" e "com-

plexo de virgindade". Trata-se, na sociedade brasileira da época, de defender o poder patriarcal e a honra familiar, principalmente através do controle da sexualidade das mulheres casadas e solteiras da família. Cândido (1951), em seu artigo clássico sobre a família brasileira, cita uma trovinha que ilustra bem esta questão:

*"Menina que chega em casa
às quatro da madrugada,
enquanto pela escada vai subindo,
na boca dos vizinhos vai caindo"*
(Willems, 1954, p. 307)

Ora, é certo que estes valores foram confrontados com o que se tem considerado uma mudança razoavelmente brusca ocorrida no final da década de 1960 em diante, em parte da sociedade brasileira. Até o final da década de 1970, a mesma "menina" dos versinhos vai estar fazendo um uso de seu corpo bastante diferente. Os ideais mencionados anteriormente de liberação sexual, de autonomia etc. são os que passarão agora a orientar seu comportamento.

No entanto, acreditamos que quanto mais distância se toma deste período de rompimentos com os padrões anteriores, mais fica clara a presença do machismo nesta sociedade. São inúmeros os indícios que nos mostram isso, que num primeiro momento de mudanças parecia haver sido mitigado. Basta lembrar alguns exemplos como o de uma pesquisa feita com jovens universitários, que falam do valor da virgindade com uma certa nostalgia e dos novos padrões de comportamento feminino como uma "realidade que os homens são obrigados a absorver, às vezes sem querer" (Lo Bianco *et alii*, 1988, p. 72). Outro conjunto de fatos marcantes são os assassinios de mulheres, como o de Angela Diniz, amplamente noticiado e seguido por uma série de outros que, em geral, não levaram à

punição de seus culpados porque se ancoravam numa figura de jurisdição indiscutível: a "legítima defesa da honra". Vários outros "chistes" que se fazem até hoje, como por exemplo o Movimento Machista Mineiro (MMM), a criação, também em Minas Gerais, do Centifólio do Machão, apontam para a presença cotidiana do machismo no Brasil. Certamente, os exemplos nesta área são inesgotáveis e de consequências bastante drásticas para as condições femininas.

Não nos propomos, neste ponto, a muito mais que uma breve reflexão sobre o machismo que, perpassando a sociedade, não deixa de se infiltrar na relação Psicanálise/feminismo, nas reações dos(as) psicanalistas ao feminismo, e na teorização pretendida pela Psicanálise.

A ausência de teorização na Psicanálise brasileira que leve em consideração as questões feministas pode ser entendida, portanto, neste contexto. Como veremos mais adiante, nos países europeus e nos Estados Unidos, o debate entre a Psicanálise e o feminismo já se desenrola há bastante tempo, apresentando atualmente textos que poderiam ser considerados clássicos, sejam eles de críticas — que vêm de ambas as direções —, sejam de delimitação de temas comuns. Aqui no Brasil, até porque a produção psicanalítica agora que começa a ter mais expressão — por vários motivos, que não interessam à presente análise, a produção teórica nesta área era basicamente importada —, questões feministas, sejam referentes à condição da mulher, digam respeito às relações de poder entre os gêneros, são sistematicamente deixadas de lado.

Como vimos, o uso de um paradigma cientificista, aliado ao preconceito machista que incide sobre a Psicanálise, oferece um solo pouco propício para uma teorização que se volte para a associação dos dois temas.

Neste momento é necessário que marquemos e deixemos enfatizadas as diferenças de perspectiva: até aqui usamos um ponto de vista socioantropológico e de crítica à Epistemologia

científica que comumente informam os enfoques feministas. Por outro lado, no entanto, a teoria psicanalítica tem meios bastante precisos e coerentes para se defender das "acusações" de cientificismo e machismo.

Em primeiro lugar, podemos constatar que grande parte da teorização atual critica as amarras científicas às quais esteve ligada a Psicanálise. Valorizando a busca de um sujeito que está dividido entre o saber, que seria saber da consciência, e a verdade do inconsciente (Lacan, 1966), ela percorre um caminho que vai da Epistemologia ao mito (Lacan, 1991), os quais concorrem igualmente para suas conceitualizações. Não estaria no suposto cientificismo, pois, a razão pela qual a Psicanálise não se dirige ao feminismo.

Em segundo lugar, a teoria psicanalítica admite, como já mencionamos, que não tem meios para tornar pensável ou não tem como introduzir em seu bojo categorias como gênero, dominação masculina, arranjos sociais excludentes do sexo feminino, relações de poder entre os gêneros etc. O argumento psicanalítico é que estas questões não remetem propriamente à constituição do sujeito do inconsciente, do sujeito das pulsões, as quais constituiriam seu objeto. Tais questões, ao contrário, se colocam no pólo imaginário desta constituição. Brevemente, podemos falar que a Psicanálise — especialmente após a contribuição lacaniana — toma três registros: simbólico, imaginário e real, de cuja interseção emerge o sujeito. Logo, deste ponto de vista, os argumentos feministas estariam referidos à dimensão da imagem especular — a uma relação dual. Somente com a entrada de um terceiro termo, poder-se-ia considerar a introdução do sujeito numa ordem simbólica que lhe garantisse uma significação partilhada culturalmente, ao mesmo tempo que apoiada no real.

As produções que se referem aos arranjos sociais e subculturais são da ordem do imaginário, e muitas vezes ganham um estatuto "inferior" à eficácia da estrutura simbólica que

vai garantir estes arranjos. Ao se preocupar com a dimensão política entre os sexos, o feminismo está remetido a uma dimensão imaginária dos arranjos causais que se fazem nas diferentes sociedades e perde a referência do nível simbólico e estrutural.

Exatamente neste ponto, entretanto, é que gostaríamos de centrar a nossa crítica. Consideramos que o sujeito sem a dimensão imaginária é *na própria conceitualização psicanalítica* impensável. Se temos a estrutura da língua — estrutura simbólica que garante que a fala possa ser entendida —, nem por isso podemos dispensar esta fala; por sua vez, o apoio no real do corpo é tão indispensável quanto ela.

Desta maneira, os enfoques feministas, mesmo se dirigindo aos arranjos sociais, fazem questionamentos certamente importantes para a teoria do sujeito da psicanálise. Esta poderia levar em consideração as incidências imaginárias tematizadas pelo feminismo. Poderia, reafirmamos, se não fosse pelo viés machista que se atualiza em toda sua atividade conceitual em nossa sociedade. Poderia, como pôde em muitos casos a produção inglesa, europeia e americana. Examinaremos, então, de forma resumida estas articulações teóricas entre Psicanálise e feminismo feitas pela literatura estrangeira. Em seguida apontaremos algumas tentativas orientadas por nossa posição crítica — e realizada por uma das autoras — de tematizar questões de relevo para o feminismo através dos recursos teóricos da Psicanálise.

Breve Panorama das Articulações entre a Teoria Psicanalítica e as Perspectivas Feministas na Literatura Estrangeira

A partir das formulações freudianas fundamentais, outros psicanalistas fizeram suas próprias considerações. E o debate

acabou por se dicotomizar, polarizar entre *dois grupos* principais: um de autoras que possuíam *idéias psicanalíticas sobre a sexualidade feminina aparentadas às de Freud*—nesse grupo inicial destacaríamos os trabalhos de Jeanne Lampl-de-Groot, Hélène Deutsch, Ruth Mack Brunswick e Marie Bonaparte —; e um outro grupo cujas *idéias psicanalíticas sobre a mulher eram opostas àquelas de Freud*— e deste citaríamos Josine Muller, Karen Horney, Melanie Klein, Lou Andreas-Salomé e Ernst Jones. O presente momento não comporta uma retomada das colocações desses vários autores. Antes, porém, seria interessante mencionar as teorizações mais recentes que surgiram a partir das décadas de 1960 e 70, já sob influência do movimento feminista desta época, especialmente na França e na Inglaterra. O livro de Chasseguet-Smirgel, *A Sexualidade Feminina: Uma Abordagem Psicanalítica Contemporânea*, de 1964, foi um marco para a teoria psicanalítica no que se refere ao tratamento teórico da questão da mulher. Em 1958, Lacan, numa conferência sobre *A Significação do Falo*, retoma a posição freudiana clássica da existência de uma única libido — de natureza masculina —, para apontar que o falo é "O significante dos significantes", "o significante privilegiado desta marca onde a parte do logos se conjuga ao surgimento do desejo". Ao articular Psicanálise com a linguagem Lacan retoma o campo de investigação psicanalítica sobre a mulher, culminando, pois, no *Propos Directifs pour un Congrès sur la Sexualité Féminine*, em 1960. Apesar de sua articulação inovadora com a linguagem, as considerações lacanianas, retomadas dos autores como Deutsch, Jones e Rivière, vai ordenar um verdadeiro retorno à doutrina freudiana, reenfatizando a primazia do pai, privilegiando o falo como significante-mestre para os dois sexos e a existência de uma libido única e masculina.

O que encontramos, então, é uma retomada dos pontos freudianos mais clássicos sob um novo prisma que é o da lingua-

gem, mas esta retomada — que culminará no *Seminário 20 — Mais, Ainda*, de 1975 —, não vai fazer avançar os questionamentos propriamente feministas sobre a sexualidade feminina, mesmo porque este nunca foi um interesse de Lacan. Ainda sob sua influência, várias outras(os) psicanalistas retomaram a questão da mulher, entre elas(es) poderíamos citar: Luce Irigaray, Catherine Millot, Michèle Montrelay, François Perrier, Gérard Pommier, Natalie Zaltzman, Gennie Lemoine, Danièle Lévy, Hélène Cixous e Catherine Clémant. Cada autor(a), a seu próprio modo, retoma as postulações psicanalíticas sobre a mulher e alguns(mas) destes(as) apontam, de fato, para a possibilidade de discussão sobre as condições de gênero e feministas, a partir da Psicanálise.

As décadas de 1970 e 80 oferecem um novo palco para rico debate sobre a sexualidade feminina e a Psicanálise, principalmente na França, após esta estrondosa e conturbada contribuição de Lacan. Os avanços empreendidos na direção de uma teoria feminista começam a se esboçar de forma mais consistente. Nos Estados Unidos e na Inglaterra é possível encontrar autoras que, se preocupando e dando privilegiada atenção ao discurso da Psicanálise, buscam uma discussão mais profunda sobre as influências do movimento feminista para a teoria psicanalítica.

Mitchell (1966 e 1974) esteve entre as primeiras feministas que argumentaram a favor da importância de Freud para o desenvolvimento das teorias feministas, a propósito das relações de gênero. A autora argumenta que a teoria freudiana deveria ser entendida como uma contribuição sobre a forma como cada indivíduo adquire a "lei patriarcal" e como essa aquisição vai determinar sua estrutura psíquica e também social. A teoria psicanalítica seria revolucionária em seu conteúdo, porque revelaria, mais profunda e completamente do que qualquer outra teoria psicológica, a miséria da mulher enquanto vivendo sob a "lei do pai". Ao

tratar da dinâmica sociológica das assimetrias entre os relacionamentos de mães/pais/filhos, a autora insiste em declarar que quando a criança torna-se social e adquire cultura, ela o faria através do viés de uma sociedade que seria, eminentemente, patriarcal.

Podemos citar, também, o trabalho de Rubin (1975), antropóloga, que tem uma contribuição importante ao debate das relações de gênero. Para Rubin a Psicanálise permitiria compreender como crianças polimorfas, perversas e ambissexuais seriam transformadas, através dos relacionamentos sociais, em identidades de gênero específicas e em heterossexualidade. Através de uma discussão densa com Marx, Engels, Lévi-Strauss, Freud e Lacan, a autora vai acompanhar as argumentações destes pensadores acerca da natureza e da gênese da opressão feminina e da subordinação social. Ela salienta a importância de Freud e de Lévi-Strauss, comparando-os em importância a Ricardo e a Smith — na teoria econômica —, no que diz respeito à falta de interesse presente em todos eles sobre as consequências daquilo que eles haviam escrito; resgata uma reconstrução das estruturas de parentesco na forma das modernas identidades de gênero e, neste sentido, será uma das primeiras autoras a propor o conceito de sistema "sexo/gênero", colocando, formalmente, a noção de gênero como imposta socialmente.

Chodorow (1978) e Dinnerstein (1976) ofereceram contribuições relevantes a propósito da importância do inconsciente, seu poder e sua centralidade na vida humana, especialmente na família e na produção e reprodução das relações de gênero. Para Chodorow, os cuidados com a maternagem, o próprio fato de a mulher ser, social e historicamente, a responsável pelo cuidado com as crianças, seria profundamente influente nas relações sociais de gênero, assim como uma orientação "relacional" tida como típica das mulheres, onde os outros não seriam vistos como ameaças a sua integridade, mas seriam essenciais a

sua organização. Dinnerstein apresenta uma perspectiva feminista sobre o desenvolvimento do eu, onde a figura da mãe para o menino se sobressairia como "o primeiro e esmagador adversário" da vontade, o primeiro representante da autoridade com que ele se defrontaria, podendo a autoridade masculina ser entendida como um refúgio ao temeroso poder materno; e para buscar uma base de equidade nos relacionamentos políticos presentes na criação dos filhos, ambas vão propor, como o fez o movimento feminista, a maior participação dos homens nos cuidados com as crianças, principalmente em seus momentos mais precoces.

Gallop (1982) vai tentar articular a psicanálise francesa com o feminismo, se apropriando mais especificamente da teoria lacaniana para empreender uma grande revisão da Psicanálise na França, a partir da teoria feminista e demonstrar a existência de uma relação de sedução entre o feminismo — visto como a filha — e a Psicanálise — entendida como o pai. Ela salienta a contribuição de Lacan que parte de "um falo simbolizado pelo gozo não mediado", que por sua vez deveria faltar a qualquer sujeito — homem ou mulher —, sendo este uma condição para o ingresso na linguagem. Reforça também o caráter necessário e essencial do enfrentamento da castração, meta lacaniana definitiva para o sujeito, seja ele masculino ou feminino e desta maneira reforça uma defesa feminista de Lacan que, abertamente, exporia a realidade do poder masculino, em vez de escondê-lo sob o rótulo de "imparcialidade" ou "neutralidade". Nesse enfoque ela vai procurar questionar as relações de poder existentes entre os dois saberes e propor que este encontro poderia trazer ambos aos seus potenciais mais radicais.

Flax (1990) vai articular a Psicanálise, as teorias feministas e a Filosofia pós-moderna, tratando-as como "formas de pensamento transicional", onde cada uma a seu modo poderia gerar *insights* sobre temas sociais e sobre a cultura em que vi-

vemos. A partir de uma visão onde o conhecimento, o eu, o gênero e a voz são pensados como intimamente interconectados, Flax em sua condição de pensadora da pós-modernidade, procura relevar a possibilidade de intelegibilidade e razão que não passariam por um conhecimento instrumental/racional. Ela resgata no jogo, na estética e na empatia alguns exemplos de fontes concretas para a significação, o sentido e o entendimento.

Brennan (1992) discute, especialmente, a situação das mulheres em análise. Para ela, estas comentariam, de forma mais exaustiva e profunda, os sentimentos e explorariam mais estes aspectos na análise, enquanto o processo para os homens seria mais verbal. Ela afirma que Freud procurou construir uma teoria sobre a subjetividade, a partir de um modelo energético — termodinâmico — que teria uma dimensão intersubjetiva e que possuiria originalmente sua própria energia. Ao enfatizar este aspecto, a autora vai procurar, através de um estudo da teoria da feminilidade (*femininity*) e da teoria da sedução em Freud, conceituar a primeira mais no sentido econômico, proposto pela metapsicologia freudiana. Ela procura entender o campo de formação da feminilidade e da masculinidade como uma arena onde se defrontariam a inércia, a ansiedade e onde as várias ordens de hostilidades seriam projetadas. Ela termina por apontar que a feminilidade ainda é um problema — e para ambos os sexos —, mesmo nos dias de hoje, onde nos deparamos com muita dependência pela imagem do outro, com bastante inabilidade para agir, com um senso mais fraco de justiça, com dificuldades para manter uma chave lógica e unívoca de pensamento etc.

A contribuição ao debate feminismo/Psicanálise é ainda muito mais extensa, se enveredando, inclusive, por uma "teoria da clínica" com as terapias feministas (cf. Mander e Rush, 1974; Williams, 1977; Eichenbaum e Orbach, 1983) e ainda por outros tópicos, como o do corpo feminino e da saúde mental

da mulher (cf. Hite, 1977; Williams, 1977; Chesler, 1984; Orbach, 1978 e 1982). Bastam, entretanto, estes exemplos para termos idéia do campo de debate que se configura, e ao qual, até então, a literatura brasileira deu pouca ou nenhuma contribuição.

As Possibilidades de Retomada da Teoria Psicanalítica a Partir de um Olhar Feminista

De modo geral, podemos dizer que o instrumental conceitual forjado pela Psicanálise vê como importantes para a explicação da sexualidade da mulher: o complexo de Édipo, a autoridade paterna — com conseqüente inveja do pênis —, o monismo fálico, bem como uma equação inconsciente *pênis-falo-bebê* que se articula com um desejo feminino no negativo — marcado pela falta e pela oposição. Brevemente estes conceitos apontam para a menina que se defronta com a ausência de um pênis, cujo valor ultrapassa o órgão sexual para se referir ao falo. De acordo com a teoria do monismo fálico, este vai se constituir no organizador primordial da sexualidade e a sua ausência na mulher enfatiza a dimensão negativa da sexualidade feminina. A ela — a menina — é oferecida uma possibilidade de resolução para seus conflitos por via do deslocamento na cadeia inconsciente em que pênis é igual a falo, que é igual a bebê. É através do bebê, principalmente de sexo masculino, que ela encontra o seu lugar em relação à vivência de amor ao pai — tematizado no complexo de Édipo. A dissertação de uma das autoras deste presente artigo — Almeida (1993) — teve como um de seus maiores objetivos rebater esta relevância — principalmente dentro da organização da subjetividade feminina e de sua sexualidade — e procurar encontrar no próprio escopo psicanalítico uma ordem de sistematização e de argumentação que permitissem destacar a *positividade* da sexuali-

dade feminina e a importância do *desejo materno*, não apenas por um bebê do sexo masculino, por um filho, mas e sobretudo por uma *filha*. Aponta, portanto, para a possibilidade da Psicanálise de valorizar muito das contribuições feministas atuais.

Desta forma se dá um descentramento da abordagem exclusivista sobre a proposta de um monismo fálico. Tomando como *parti pris* a negação da diversidade (Devereux, 1982) — presente nesta versão da Psicanálise que situa o pai (ainda que simbólico) como eixo fundamental para a subjetividade —, que seria também um fator de reprodução da linhagem autoritária e sexista, se procura resgatar o universo do desejo materno pela figura de uma filha como definitivamente fundamental para a organização das subjetividades e da sexualidade de ambas — mãe e filha (Almeida, 1993). Este mesmo caminho já havia sido apontado pelo próprio Freud.

É importante destacar que ele mesmo também ressaltou uma forma na qual questões que vão se referir à especificidade das mulheres — aquilo que podemos chamar aqui de uma dimensão de gênero na Psicanálise — podem e devem ser tratadas pela Psicanálise. Em 1933, ele aponta:

"De acordo com sua natureza peculiar, a Psicanálise não tenta descrever o que é uma mulher — seria esta uma tarefa difícil de cumprir —, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a infância de disposição bissexual" (p. 144, destaque nosso).

Interessam, pois, à Psicanálise questões que se refiram à singularidade do sexo feminino — das mulheres —, na medida em que estas afetam a sua construção subjetiva. Ao contrário do que vimos afirmado principalmente por algumas vertentes do movimento psicanalítico, como dissemos anteriormente, é da *mulher* que Freud trata, não de uma subjetividade neutra,

inconscientemente assexuada. Em 1931, ao descartar a existência de um "paralelismo nítido" entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino, Freud aponta como fundamental no entendimento da mulher a presença dos acontecimentos *pré-edípicos* — ou seja, estes que se referem à sexualidade e não a remetem à exclusividade do falo.

Freud vai oscilar entre dois pontos diversos: sugerir uma novidade teórica — esse *pré-edípico* — ou retomar seus antigos conceitos — Édipo e Castração; ou seja, ao mesmo tempo que critica a vertente da igualdade entre os sexos, ao enfatizar o *pré-edípico* procura relevar, justamente, aquilo que diminui suas diferenças, e neste ponto volta à referência ao falo.

Neste momento específico de sua obra, Freud se preocupou em marcar a importância das experiências *pré-edípicas*, no que se referiria ao desenvolvimento psicosssexual da mulher. O que queremos demonstrar é que é possível tomar esta fonte preciosa de entendimento da dimensão feminina do humano, para estabelecer uma nova perspectiva ao debate Psicanálise/feminismo (cf. Almeida, 1993).

A hipótese inicial trata do funcionamento sexual *pré-edípico* feminino: em vez da presença do falo, é o desejo materno pela filha visto como fundante de um erotismo no feminino e para uma identidade sexual feminina precoce, "herdada" da feminilidade da mãe. Almeida sugere, portanto, que se faça um questionamento a respeito da diferenciação sexual e o "amor dos começos" na vida de homens e mulheres mas e, principalmente, das mulheres (cf. Almeida, 1993, pp. 150-195).

Corolárias a estes questionamentos podem ser feitas críticas a uma Psicanálise que privilegia a fase *edípica* e relega para segundo plano o poder da primeira relação de objeto do ser humano — correndo o risco de replicar um modelo de cultura patriarcal, o que, em termos do caso do Brasil, seria ainda mais fácil de replicar.

Quando Freud constata a diferenciação sexual, o que vemos é seu reconhecimento de uma "diferença anatômica entre os sexos" que também vem marcada de uma hierarquização social. A diferenciação para a menina vem marcada pelos sentimentos de perda e de falta. O órgão masculino é supervalorizado em detrimento do da menina. Este tipo de teorização, já tão questionado — principalmente pelo movimento de mulheres —, pode ser visto como fruto muito mais da posição sexista do teórico que as formula do que de "construções teóricas corretas" (Freud, 1927).

A identificação primária da mãe com a filha e o investimento libidinal parcial e parcializante experienciados nestes momentos iniciais de formação do subjetivo nas mulheres formariam e constituiriam uma "zona de cuidados" muito específica ao funcionamento do psiquismo feminino. O processo de libidinização do corpo da mulher far-se-ia de modo bastante diverso daquele no corpo de um menino, evidenciando-se a experiência de um erotismo entre mãe e filha cujos alcances e consequências posteriores certamente iriam em direção da possibilidade de um pensamento psicanalítico que valoriza os enfoques feministas.

Outro tema, que foi retomado por Almeida, é o da maternidade e o do cuidado com as crianças. Podemos, de suas afirmações, realçar a tentativa de argumentar que os arranjos sociais para o cuidado com as crianças seriam elementos centrais na construção da identidade do gênero e do sujeito, bem como estariam na base da reprodução da dominação masculina. A maternidade passou a ser questionada, inquirida na forma do desejo da mãe, pela maneira como a mulher/mãe reproduz em sua filha esse mesmo desejo de maternagem e as possíveis influências que este aspecto pode ter, tanto no contexto do psiquismo feminino, quanto em sua inserção no mundo da cultura.

A partir destas considerações, um universo infinito de ou-

tras questões podem ser retomadas: tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista da prática clínica, do dia-a-dia dos consultórios. Poucos analistas se perguntam se o processo de trabalho analítico tem realmente dado conta das experiências e das angústias que sofrem as mulheres ou em que sentido o fato de ser mulher afeta esse processo terapêutico.

O que podemos ver extraído desta outra perspectiva da teoria psicanalítica, informada por um olhar feminista, é uma busca de inteligibilidade e significado, que não coincidem com nenhuma imposição de razão. Elas apontam para a possibilidade de uma busca de significação que não passa pelo exclusivo meio da racionalidade científica e instrumental masculinas. O material que começa a aparecer se entrelaça com a maneira como o conhecimento pode ser apreendido — não apenas pela razão mas também através do afeto —, refere-se ao projeto terapêutico da Psicanálise, à natureza da sociedade em que vivemos e às relações entre nós, que são a base última desses, ainda hoje, desastrosos arranjos de gênero. É fácil, pois, observar onde, a partir de um enfoque feminista, a criatividade teórica poderia nos levar.

Conclusão

As relações possíveis entre Psicanálise e feminismo têm, portanto, formulações que ainda se encontram em aberto. Com o exemplo acima, esperamos ter deixado clara a possibilidade de enriquecimento mútuo pela aproximação e o diálogo entre estes dois saberes. Ainda no Brasil precisamos romper barreiras: as teóricas, as ideológicas, as da experiência clínica, as de gênero etc. Esperamos que num momento posterior a esse, de nova avaliação e diagnóstico, outras contribuições — desta vez brasileiras — possam ser descritas e retomadas, a partir desse veio

riquíssimo que se constitui a tensão entre os saberes psicanalítico e feminista.

Um olhar feminista nos oferece uma visão de como os homens e as mulheres são formados através dos sistemas de gênero, que discriminam uns e privilegiam outros. Enquanto analistas, seria importante que também atentássemos para este olhar, e através dele compreendêssemos ainda melhor como os questionamentos, tanto sobre o desenvolvimento dos homens quanto o das mulheres, podem estar marcados por formas complexas e algumas vezes inconscientes de determinações baseadas no gênero. Uma Psicanálise que ultrapasse as barreiras do preconceito em relação ao gênero pode nos oferecer um recorte mais rico dos desenvolvimentos subjetivos de ambos os sexos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marlise M. Matos (1993), "A Psicanálise e a Mulher: Feminino Plural". Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, T. de (1963), *Social Change in Brazil*. University of California Press.
- BIRKE, L. (1980), *Alice Through the Microscope— The Power of Science over Women's Lives*. London, Virago.
- BRENNAN, Theresa (1992), *The Interpretation of the Flesh*. University of California Press.
- BRUN, Daniëlle (1989), *Figurações do Feminino*. São Paulo, Editora Escuta Ltda.
- CÂNDIDO, A (1951), "The Brazilian Family", in TL. Smith & A. Marcham (orgs.), *Brazil: Portrait of Half a Continent*, New York.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine (1964), *A Sexualidade Feminina— Uma Abordagem Psicanalítica Contemporânea*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- (1986), *As Duas Árvores do Jardim — Ensaios Psicanalíticos sobre o Papel do Pai e da Mãe no Psiquismo*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- CHESLER, Phylles (1984), *Women and Madness*, London.
- CHODOROW, Nancy (1990), *Psicanálise da Maternidade*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
- DINNERSTEIN, Dorothy (1976), *The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise*. New York, Harper and Row.

- EICHENBAUM, Louise e ORBACH, Susie (1983), *Outside in Inside Out — Women Psychology: a Feminist Psychoanalytic Approach*. Harmondsworth, Penguin Books.
- FLAX, Jane (1990), *Thinking Fragments*. California, University of California Press.
- FREUD, Sigmund (1931) Sexualidade Feminina. ESB, Vol. XXI.
- . (1933), *Conferência XXXIII: A Feminilidade*. ESB, Vol. XXII.
- . (1937), *Análise Terminável e Interminável*. ESB, Vol. XXIII.
- GALLOP, Jane (1982), *Feminism and Psychoanalysis: The Daughter's Seduction*. London, Stephen Heath and Colin MacCabe.
- GAY, Peter (1989), *Freud: Uma Vida para Nosso Tempo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HITE, Shere (1977), *The Hite Report*. New York.
- IRIGARAY, Lucy (1987), *Sexes et Parentés*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- . (1977), *Ce Sexe qu'en Est pas Un*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- . (1984), *Étique de la Différence Sexuelle*. Paris, les Éditions de Minuit.
- . (1985), *Parler n'est Jamais Neutre*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- JORDANOVA, L. J. (1980), "Natural Facts: a Historical Perspective on Science and Sexuality", in: C. MacCormack et alii (orgs.), *Nature, Culture and Gender*, Cambridge University Press.
- LACAN, Jacques (1958), "A Significação do Falo", in *Escritos*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- . (1964), *Propôs directifs pour un congrès sur la sexualité féminine*, Versão não Oficial.
- . (1966), "La Science et La Vérité", in *Écrits*, Paris, Seuil.
- . (1972[1973]), *Seminário XX: Mais, Ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- . (1991), *Le Séminaire — Livre 8 (Le Transfert)*, Paris, Seuil.
- MARINI, Marcelle (1986), *Lacan: A Trajetória de seu Ensino*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- MANDER, Anica Vesel e RUSH, Anne Kant (1974), *Feminism as Therapy*. New York, Berkeley, Random House.
- MITCHELL, Juliet (1974), *Psychoanalysis and Feminism*. London, Penguin Books.
- . (1966), *Psicanálise da Sexualidade Feminina*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.
- MONTRELAY, Michèle (1977), *L'Ombre et le Nom*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- ORBACH, Susie (1978 [1982]), *Fat Is a Feminist Issue*. vols. I e II, Harmondsworth, Penguin Books.
- PERRIER, François (1992), *Ensaio de Clínica Psicanalítica*. São Paulo, Editora Escuta.
- RIVIÈRE, Joan (1929), "La Féminité en tant que Mascarade", in — *La Psychanalyse*, n° 7 Paris, P.U.F
- SHEPPARD, J. (1982), "Feminist Critique of Science", in *Radical Science Journal*, n° 12.
- WAGLEY, C. (1968), "Kinship Patterns in Brazil: the Persistence of a Cultural Tradition", in *The Latin American Tradition*, New York, Columbia University Press.

- WALLSGROVE, R. (1980), "The Masculine Face of Science", in *Alice Through the Microscope*, London, Virago.
- WILLIAMS, Elisabeth (1977), *Notes of A Feminist Therapist*. New York, Random House.
- WILLEMS, E. (1954), "A Estrutura da Família Brasileira", in *Sociologia*, XVI, vol. 4.

A MULHER COMO OBJETO DA TEORIA ECONÔMICA

Hildete Pereira de Melo

Universidade Federal Fluminense

Franklin Serrano

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

O objetivo central destas notas é examinar criticamente o modo pelo qual as principais abordagens da teoria econômica contemporânea tentaram incorporar em suas análises o papel do trabalho doméstico na reprodução da economia de mercado e do sistema capitalista. O trabalho doméstico nas sociedades modernas tem sido — e apesar de tudo continua sendo — uma tarefa que a sociedade faz caber predominantemente às mulheres; estudar o modo no qual a teoria econômica trata o trabalho doméstico acaba sendo a mesma coisa que estudar como os economistas pensam o papel da mulher no funcionamento do sistema, como vêem uma atividade predominantemente feminina como objeto de análise.

É importante deixar claro o que não será discutido neste trabalho. São dois os principais temas que escapam ao escopo — limitado — destas notas. O primeiro tema se refere

à importante questão sobre o porquê do trabalho doméstico ser executado predominantemente por mulheres. Sobre isso a teoria *econômica per se* tem pouco ou nada a dizer e as análises econômicas tampouco avançam além das idéias e preconceitos pessoais de seus autores. A segunda importante questão que não será discutida aqui diz respeito ao problema da discriminação e da desigualdade por gênero no mercado de trabalho formal capitalista. Sobre isso os economistas têm muito a dizer, mas esta discussão, por sua importância e abrangência, deve ficar para um outro trabalho, pois aqui queremos discutir apenas o problema do trabalho doméstico.

Desde o ressurgimento do movimento feminista internacional, na segunda metade deste século, trava-se um debate sobre a leitura biológica que as Ciências Sociais fazem da condição feminina. A teoria econômica não fogia à regra e levou, como veremos abaixo, tanto as feministas-marxistas como os autores neoclássicos contemporâneos a tentarem reduzir a questão do trabalho doméstico e da reprodução social à lógica da produção de mercadorias. Claro que com as melhores das intenções, buscando erguer o véu que vela o papel feminino na ordem econômica capitalista.

Procuraremos argumentar que infelizmente estes enfoques adotam um instrumental de análise inadequado, seja usando a teoria clássico-marxista do valor e distribuição, seja através das noções neoclássicas — ou marginalistas — de escassez e funções de oferta e demanda por produtos e fatores de produção. Tentaremos mostrar que estes conceitos que foram pensados originalmente e só podem exprimir a realidade do mundo do mercado capitalista não podem ser usados para explicar o papel da mulher, na família, no trabalho doméstico e na reprodução da sociedade, pois estas relações estão fora do mercado capitalista.

O restante deste trabalho está organizado da seguinte for-

ma. Na segunda seção analisamos como a questão do trabalho doméstico tem sido discutida no âmbito da abordagem clássico-marxista. Na terceira seção faz-se a discussão deste tema no âmbito da tradição neoclássica. Na última seção são feitas breves observações finais.

A Tradição Clássico-Marxista

John Stuart Mill, Marx e a Mulher

A teoria econômica surgiu como um novo ramo de estudo nos séculos 18 e 19 e, de forma análoga ao liberalismo político, refletia a separação das relações de parentesco e Estado. Os escritos de Adam Smith, David Ricardo e Marx forjam os postulados dessa nova ciência no mundo transformado pela Revolução Industrial. A teoria econômica, que se constituía historicamente com a generalização das relações mercantis, construiu seu objeto sobre o terreno de sua gênese: a sociedade mercantil. Smith foi quem colocou pela primeira vez os fundamentos racionais da nova ciência e estudou o processo de socialização regido pelo mercado, no qual a regra básica é a noção de valor de troca.¹ Como a família — como forma social — não é objeto de troca, este tipo de questão foi abandonada, e a consequência foi a ocultação de seu papel. Isto também implicou negar a existência de uma inscrição particular das mulheres nas relações sociais.

Smith, Ricardo e mais tarde também os economistas marginalistas — Jevons, Walras e Menger —, na perspectiva liberal tradicional da separação da família, Estado e Economia, reforçaram os pressupostos da autonomia do econômico fren-

¹ Smith, Adam, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 61.

te aos outros aspectos da vida humana. Neste contexto a contribuição de um economista do período de transição entre a abordagem clássica e a marginalista deve ser destacada. John Stuart Mill, que em seus escritos econômicos permaneceu nos marcos da teoria econômica, ousou falar da posição subalterna da mulher na vida produzida pelo industrialismo. Seu livro de denúncia foi publicado em 1869 com o título *de A Sujeição das Mulheres*. O fio condutor da crítica de Stuart Mill era o ataque aos argumentos de inspiração darwinista, que baseavam na força natural a sujeição das mulheres, a obra era um libelo pela igualdade e justiça, numa visão exacerbada da perspectiva liberal sobre a condição feminina. Este ensaio e "Mulheres e Economia", de Charlotte Perkins (1891)², são considerados os marcos iniciais da reflexão na teoria econômica sobre a condição feminina e os inspiradores da luta travada pelas mulheres por igualdade jurídica, política e econômica³.

Sucedendo-se aos clássicos, porém numa direção totalmente oposta à ortodoxia econômica que entrava no período marginalista, temos a contribuição de Marx. A tradição marxista, baseada na extensão e crítica da obra dos economistas clássicos até Ricardo, veio a ter enorme importância nos escritos feministas contemporâneos e por isto será tratada com mais detalhe abaixo. Para a teoria econômica marxista "a condição de existência do capital é o assalariamento. E este baseia-se exclusivamente sobre a concorrência dos operários entre si" (Manifesto do Partido Comunista). Qual o sexo dos operários? Não importa para o processo de valorização capitalista. A esse

²Charlotte Perkins, também Charlotte Perkins Gilman, publicou numerosos estudos teóricos sobre Economia e Sociologia, analisando a condição feminina e a luta por sua libertação. Pode encontrar-se uma biografia dessa autora e extratos de seus trabalhos em Alice S. Rossi (editora), *The Feminist Papers*, Nova York, Columbia University Press, 1973.

³Neste artigo estamos preocupados em separar a literatura econômica que procura entender o papel da mulher da questão do engajamento feminista de alguns autores, assim como a teoria econômica marxista não se reduz nem se confunde com o movimento operário.

nível de abstração, o trabalho é uma forma de mercadoria cega ao sexo.

A visão da vida humana e da organização social de Marx é seu conceito de produção: "A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como de vida nova na procriação, surge agora como um duplo relacionamento: por um lado, como relacionamento natural, por outro, como relacionamento social" (Ideologia Alemã). Com tanta ambiguidade, Marx em sua principal obra *O Capital* não faz referência à questão da família e a reprodução dos seres humanos permanece nebulosa.

Embora o próprio Marx não se tenha aprofundado no processo pelo qual a força de trabalho se reproduz, tanto ao nível biológico quanto no sentido social mais amplo, nas últimas décadas surgiram alguns estudos marxistas-feministas que argumentam que as mulheres na esfera doméstica são exploradas por seus companheiros, sejam eles trabalhadores ou até capitalistas, pois o trabalho doméstico é o tipo mais comum de trabalho não-pago. Estas análises partem da idéia de Marx de que a força de trabalho é uma mercadoria especial, cujo valor de uso é produzir valor — de troca. No processo de (re)produção desta mercadoria especial ocorre um segundo tipo de exploração pois o trabalho doméstico, invariavelmente feito por mulheres, não é pago nem reconhecido socialmente. Estas análises, apesar de sugestivas, sofrem de sérias deficiências analíticas.

Para facilitar nossa discussão vamos separar estas críticas em duas partes: a primeira diz respeito a dificuldades intrínsecas da própria idéia de se considerar a força de trabalho uma mercadoria; a segunda está ligada à idéia de considerar o trabalho doméstico como semelhante ou análogo à relação de trabalho assalariado.

A Força de Trabalho Como Mercadoria "Especial"

Vamos começar pela idéia de que a força de trabalho é uma mercadoria. Um dos principais conceitos do Livro I de *O Capital* é o de força de trabalho, que é o conceito básico da teoria marxista da exploração. Marx distingue claramente a mais-valia do lucro mercantil; este surgiria na esfera da circulação, fruto de monopólio ou da exploração direta, via coação política. A mais-valia, por outro lado, é definida como o excedente em valor que surge quando a norma que regula as trocas é a equivalência — i.e. todos os produtos são vendidos por seus respectivos valores⁴. A mais-valia não pode ser confundida com o lucro mercantil, porque sua origem na esfera da produção independe da existência de trocas desiguais. Se todas as mercadorias recebem exatamente seu valor, como pode surgir um excedente em valor e haver exploração? Marx resolve esta questão introduzindo em sua análise da sociedade capitalista uma mercadoria especial: a força de trabalho. O caráter especial desta mercadoria reside em que seu valor de uso para o capitalista é gerar valor de troca ou valor comercial. Como o tempo de trabalho necessário para produzir o valor da força de trabalho é menor do que a duração total da jornada de trabalho, o capitalista, mesmo seguindo a norma de equivalência, se apropria desta diferença que é a mais-valia. Assim, na esfera das trocas reina uma aparente igualdade de todos os possuidores de mercadorias. A noção de força de trabalho enquanto mercadoria especial é portanto o conceito fundamental da teoria da mais-valia, tanto ao nível conceitual, pois é esta mercadoria que distingue sua teoria

⁴Para os propósitos deste trabalho vamos supor que todos os setores da Economia têm a mesma composição orgânica. Neste caso, como se sabe, os preços de produção correspondem exatamente a seus valores em termos de trabalho abstrato direta e indiretamente necessários à produção e não precisamos nos preocupar com o chamado problema da transformação.

do valor da dos economistas clássicos, quanto ao nível quantitativo, pois é o valor desta que permite determinar o montante de mais-valia no sistema. Marx discute em *O Capital* as condições históricas e sociais que permitiram que a força de trabalho se transformasse em mercadoria, isto é, que levaram à separação dos trabalhadores dos meios de produção e à necessidade da venda da força de trabalho. Entretanto, Marx não analisa detalhadamente em termos teóricos e conceituais esta questão.

Marx define o conceito de mercadoria a partir de três propriedades fundamentais⁵. É mercadoria tudo que: a) for produto do trabalho humano; b) for um não-valor de uso para seu proprietário, mas tiver valor de uso para os outros e; c) for produzido com objetivo de obter valor de troca. Um produto só é mercadoria se preencher simultaneamente todas as três condições enumeradas acima. Assim, a terra e os recursos naturais não são considerados na análise marxista como mercadoria.

Vejam agora se a força de trabalho preenche as três condições que a tornariam uma mercadoria. Com relação à primeira condição é necessário discutir qual o significado preciso desta expressão. É evidente que o processo de reprodução é uma atividade humana, mas é discutível considerá-lo como um processo de "trabalho" que gera um "produto" no sentido usual de esforço humano, aliado a uma dada técnica e conhecimentos, que visa racionalmente à obtenção de um resultado objetivo. A segunda condição, ter valor de uso para outros, é obviamente

⁵Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho (...). Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu trabalho satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. E não é só para outros simplesmente. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca" (Marx, vol. I, cap. 1, 1983).

preenchida pela mera constatação da existência de demanda por trabalhadores assalariados por parte dos capitalistas.

Se a aplicabilidade da primeira condição é discutível e a segunda é trivial, a da terceira é sem dúvida extremamente questionável. A idéia de que a força de trabalho é produzida — ou reproduzida — por um processo que visa à obtenção de valores de troca é problemática, seja qual for o sentido em que se pense este processo de reprodução. No sentido da reprodução biológica é evidente que, como notou Schumpeter (1942), a decisão de ter filhos não é guiada por cálculos racionais de preços e custos. Pensando o processo de reprodução da força de trabalho como o processo social pelo qual uma sociedade perpetua a relação de assalariamento, também não faz sentido considerar que este complexo processo político-institucional e cultural pode ser guiado pela simples lógica econômica. Trata-se de um processo no qual interagem a esfera capitalista de produção e instituições sociais tais como o Estado e a família, cujo comportamento não pode ser reduzido à produção de mercadorias em busca do lucro. Isto não implica negar que a organização e a forma de atuação das diversas instituições ligadas a este processo, como o Estado e a família, estejam de alguma forma voltadas para a perpetuação da relação de assalariamento. Esta rejeição significa apenas enfatizar que o comportamento destas instituições e seus mecanismos de ação não são guiados por uma lógica empresarial e que o processo de reprodução da força de trabalho é externo ao âmbito da teoria do valor. Assim como o processo de reprodução da força de trabalho não é um processo de produção mercantil, não podemos, seguindo a definição estrita de Marx, considerar a força de trabalho como uma mercadoria, independente do presumido caráter especial de seu valor de uso.

O Papel do Trabalho Doméstico

Suponhamos que de alguma forma, a despeito das dificuldades acima, continuemos a ver a força de trabalho como uma mercadoria. Neste caso temos que examinar o processo de (re)produção desta mercadoria especial, o que inclui necessariamente o trabalho doméstico⁶. Segundo Lautier & Tortajada (1981), pode-se encontrar em *O Capital* duas definições do valor da força de trabalho: a primeira diz que o valor da força de trabalho é composto pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da classe trabalhadora⁷, a segunda leva em conta que o trabalho doméstico não é produzido em condições capitalistas restringindo o valor da força de trabalho à soma do valor dos bens e serviços comprados pelos trabalhadores no setor capitalista.

A primeira definição acaba colocando o problema no argumento, como qualquer outro baseado na idéia da troca desigual⁸, mas esta é incompatível com a noção de mais-valia, que é um excedente de valor surgido na vigência estrita da norma de equivalência. O tempo de trabalho do setor doméstico necessário à reprodução dos seres humanos não tem como ser cobrado aos diferentes segmentos da sociedade de acordo com a lei do valor. Considerando-se o tempo de trabalho do setor doméstico como trabalho abstrato, tem-se que os trabalhadores domésticos recebem exatamente o valor de suas forças de trabalho e os serviços por eles produzidos entram

Veja sobre este assunto Lopes, F.R. & Serrano, F.L.P., "Marx e a Mercadoria Força de Trabalho", trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Brasília, 1986 e publicado pelo IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, TD n° 120, julho de 1987.

"Enquanto valor, a força de trabalho representa a quantidade de trabalho social nela realizada." Marx, 1983, vol.1, cap. 4. A segunda diz: "O valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência." Mesma referência anterior.

"Esta crítica à consistência do conceito de troca desigual com a teoria do valor de Marx se aplica com igual força a toda a vasta literatura que enfatiza o papel da troca desigual na geração de mais-valia — e não do excedente — em todas suas versões quais sejam: as teorias marxistas-feministas da superexploração do trabalho doméstico, a do comércio centro-periferia, a do Estado como rebaixador de custos, da funcionalidade do setor informal.

no custo de reprodução com este valor. Haverá um acréscimo na massa de mais-valia no setor capitalista correspondente ao montante do trabalho doméstico não pago. A existência da troca desigual no âmbito do trabalho doméstico rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho para os capitalistas e isto vai contra a noção de exploração com a equivalência. Se entra no custo da reprodução da força de trabalho o valor total do produto do trabalho doméstico, novamente existem duas possibilidades. A primeira delas ocorre quando os trabalhadores domésticos recebem a totalidade do valor do produto de seu trabalho. Neste caso, a massa de mais-valia para os capitalistas também não muda. Como é o próprio trabalhador ou seus familiares que executam os diversos trabalhos domésticos, isto significa que os trabalhadores são capitalistas que se auto-exploram ou a seus familiares. Esta análise pode levar também à consideração das famílias dos trabalhadores como unidades independentes de produção de serviços domésticos.

O "caráter capitalista" do setor doméstico, ou seja, das próprias unidades familiares dos trabalhadores, fica mais evidente quando estes contratam serviços domésticos de outros indivíduos pagando corretamente o valor de sua força de trabalho. Neste caso a família torna-se uma unidade de produção capitalista se apropriando de "mais-valia" e explorando seus contratados.

Todas as estranhas consequências lógicas descritas acima — rompimento da regra de equivalência na formação de mais-valia e surgimento destas atividades não-capitalistas—decorrem da redução indevida do trabalho em instituições não-mercantis, tais como o lar e o Estado, a trabalho abstrato produtor de mercadorias.

Esta redução tem como uma de suas consequências a anulação das diferenças entre trabalhadores e capitalistas, numa linha bastante próxima da teoria neoclássica do capital hu-

mano, porém muito distante das preocupações originais de Marx.

A segunda definição de Marx evita os problemas decorrentes da primeira. Entretanto, a simples compra de bens e serviços do setor capitalista não é suficiente quer para a reprodução biológica dos trabalhadores quer para a reprodução da relação salarial em seu sentido mais amplo. A retirada do trabalho do setor doméstico da formação do valor da força de trabalho não significa que se deva ignorar sua importância, mas sim que temos que admitir que a reprodução da relação salarial transcende o campo da teoria do valor, sendo um processo externo à produção capitalista de mercadorias. Essa é uma boa definição de salário e permite que se leve em conta a exterioridade do processo de reprodução da força de trabalho.

Todavia, ao se definir o valor da força de trabalho dessa forma, não se pode dizer que esta é uma mercadoria. Isto porque um processo externo ao sistema de produção de mercadorias, evidentemente, não é capaz de produzir mercadorias. Por esta definição o que ocorre é um consumo de mercadorias que não gera um novo valor, já que não existe aplicação de novo trabalho abstrato para tal. As mercadorias consumidas não podem ser consideradas geradoras de valor, posto que este já foi realizado no momento de sua troca. Desta forma, se identificarmos o processo de consumo a um processo de produção — geração de valor —, estaremos incorrendo numa dupla contagem da realização dos bens de consumo dos trabalhadores. Nesses termos, a única maneira de produzir novo valor pelo lado consumo é admitindo a incorporação de novo trabalho vivo — abstrato — ao processo, ou seja, reintroduzindo, pelo menos, o trabalho doméstico, o que nos faria cair nos problemas daí decorrentes.

A força de trabalho, portanto, a partir desta segunda definição não pode ser considerada como mercadoria e não possui valor, mas

apenas um custo para o capitalista que é reflexo do valor das mercadorias consumidas⁹.

Voltando à primeira definição que diz que a força de trabalho é uma mercadoria, resta determinar a magnitude de seu valor. Marx define que esta é dada pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, medido em trabalho abstrato. Este tempo é dado pelas condições sociais médias de produção, que estabelecem uma norma à qual todos os produtores tendem a se ajustar através da concorrência.

Estas condições médias, no entanto, só fazem sentido quando a mercadoria produzida por diversos produtores é homogênea e no contexto de uma dada base técnica. Entretanto, forças de trabalho iguais com idêntica qualificação e capacidade são atributos de indivíduos inteiramente diferentes que podem requerer uma "tecnologia" distinta para serem reproduzidos e socializados dentro de uma mesma "base técnica", isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma capacidade de trabalho de indivíduos distintos pode ser radicalmente diferente. Por outro lado a mesma "tecnologia" de reprodução e socialização, quando aplicada a pessoas diferentes, pode gerar qualificações e capacidades bastante diferenciadas.

O problema existe mesmo admitindo capacidade e qualificação médias em indivíduos "médios", porque tanto o processo de reprodução biológico-individual quanto o social-coletivo não são submetidos às condições de concorrência e portanto o processo de ajuste a esta norma ou padrão não pode ser feito de maneira idêntica ao processo de ajuste que a concorrência impõe aos produtores de mercadorias. Sem dúvida o processo de reprodução da força de trabalho se submete, pelo menos em parte, a normas sociais que, entretanto, não

⁹Sobre o assunto veja Lautier & Tortajada (1981), Steedman (1982) e Lippi (1979).

são impostas por mecanismos de mercado e sim por processos políticos, sociais e culturais que não estão sujeitos à lei do valor. Donas de casa não concorrem com suas vizinhas por refeições mais nutritivas da mesma forma que firmas capitalistas.

Além disso, é necessário determinar qual fração do tempo gasto no setor doméstico pode ser considerada como tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução salarial. As tarefas executadas no lar ligadas ao processo de reprodução não se reduzem exclusivamente a este fim, pois nelas se inserem outras atividades. É preciso separar o que é tempo necessário à reprodução e o que é ligado a outros aspectos da vida humana. Esta separação nos parece impossível a menos que seja feita de forma arbitrária. Por exemplo, quanto do tempo que um trabalhador e sua família passam em casa deve ser considerado tempo gasto para reposição e reprodução de suas energias e quanto deve ser visto como tempo livre? Como separar o lazer das atividades necessárias à reprodução durante as refeições, leitura de jornais, programas de TV etc? O mesmo raciocínio é válido para as outras instituições de alguma forma ligadas ao processo de reprodução da força de trabalho tais como escola, o sistema de saúde, órgãos públicos, sistema cultural etc. Pode-se concluir que considerar a força de trabalho como mercadoria leva a dificuldades insuperáveis na determinação de seu valor¹⁰.

A Exterioridade do Processo de Reprodução

Pode-se concluir que a "troca" entre capital e trabalho não é uma relação mercantil e não é possível explicar o surgimento do lucro e a reprodução da relação salarial exclusivamente no

¹⁰Sobre o assunto veja Castoriadis (1981).

âmbito da produção e circulação de mercadorias. A exterioridade deste processo significa exatamente a presença de instituições sociais coercitivas e normativas. O próprio surgimento do lucro só é possível porque a força de trabalho se reproduz externamente, o que permite que ela apareça apenas como um custo para os capitalistas, que deve ser deduzido do valor das mercadorias produzidas para chegarmos ao lucro. Não há equivalência na "troca" entre capital e trabalho, mas apenas uma igualdade de estatuto jurídico em sua relação contratual. Não é uma relação de troca entre portadores de mercadorias, e sim uma relação desigual de poder garantida e regulada pelo Estado.¹¹

Desta forma, o exame dessa questão implica uma análise não-economicista do capitalismo. A esse nível de abstração, o trabalho é cego ao sexo; como a sociedade mercantil se baseia na concorrência intra e intercapitalistas e trabalhadores, o sexo, juntamente com a raça e a educação, consistiria um dos fatores de clivagem dessa concorrência, funcionando como álibi para a discriminação. Na realidade, o capital em geral tenta reproduzir as condições de estabilidade do organismo social. Mas o movimento é contraditório e, como disse Kalecki (1979), "os capitalistas não agem como classe"; quando a dinâmica da acumulação se choca com a ordem social preexistente, o capitalismo a destrói. A acelerada incorporação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas ilustra essa problemática.

Como a produção doméstica é de valores de uso não há em *O Capital* referência à questão da família; a reprodução dos seres humanos permanece nebulosa. Pensar esta questão envolve incorporar a produção doméstica não-mercantil aos postulados da teoria econômica. Esta permite a reprodução dos

¹¹Ver Bennetti & Cartelier (1981), Cartelier (1980), De Vroey (1984) e Machado & Serrano (1986).

seres humanos, portanto dos trabalhadores para o capital. O ocultamento das tarefas domésticas, como algo que foge ao escopo da teoria, porque não é objeto de troca na sociedade, foi tratado pelas feministas marxistas como a construção da imagem partida da mulher, da cidadã de segunda categoria. Para nós a diferença entre valor de uso e valor de troca ou trabalho concreto e trabalho assalariado não é pequena e é fundamental tratá-los separadamente. Isto é agravado pelo fato de não haver nenhum estudo bem-feito tratando a questão da reprodução, trabalho doméstico, socialização das crianças e cuidado com os idosos e doentes — tarefas típicas femininas. Estas, que antes eram organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em gênero e classe, são tratadas separadamente no capitalismo e mantêm uma íntima relação com a situação de inferioridade da mulher no mundo atual. Concordamos que estas questões não deviam ser parte do mesmo objeto de estudo da teoria econômica clássica, mas isso não significa ignorá-las.

É preciso ressaltar que as teses de Marx frente a outras correntes econômicas tiveram grande impacto na divulgação de textos sobre a subordinação feminina e inspiraram inúmeros trabalhos na interface da Economia com a Sociologia e a Antropologia. Estas pesquisas partiam da ideia de que a subordinação das mulheres é explicada pela exclusão do mundo mercantil, analisavam os impactos da industrialização sobre a vida das mulheres, focalizando a ótica da produção mas, seguindo a tradição, deixavam de lado seu papel reprodutivo. Os trabalhos mais representativos dessa ótica são os de Juliet Mitchell e Margareth Benston.¹² Assim, as correntes econômicas clássica e marxista obscurecem as relações de gênero nas interpretações dos conceitos de produção e reprodução no capitalismo.

¹²Veja sobre o assunto ainda Michel, A. (1978); Meillassoux, C. (1979); Nicholson, L. (1987); Tahahite, F-H. (1984); Saffiotti, H.I.B. (1969).

A Tradição Neoclássica

A Visão Neoclássica do Mecanismo de Mercado

A escola marginalista ou neoclássica surge da integração entre o liberalismo clássico e o moderno, cujo conceito central é o "mercado". Este é definido como o lugar onde, de maneira racional e autônoma, "agentes" anônimos se encontram para comprar e vender mercadorias. Num mercado ideal os "agentes" fazem suas escolhas de acordo com o princípio da maximização e plena informação, o que leva a resultados eficientes na alocação de recursos. O mercado típico é aquele no qual os bens tangíveis ou trabalho são trocados, com a moeda facilitando as transações e no qual os "agentes" são indivíduos. O protótipo de uma pesquisa em Economia nesta linha seria o estudo do comportamento do mercado usando instrumental matemático para formalizar um modelo teórico, acompanhado de uma análise econométrica dos dados no capítulo empírico. O "agente" tanto pode ser uma dona de casa, como uma firma, como um país. A definição de economia é bastante ampla para incluir tanto investigações sobre o mercado de trabalho, papel do governo, finanças, distribuição da riqueza, capital humano, fertilidade, barganha, otimização e muitas outras áreas, embora algumas áreas sejam consideradas mais importantes que outras.

Os Neoclássicos e a Mulher

Para a teoria neoclássica a produção e o consumo de mercadorias são expressões do progresso econômico e de melhores níveis de vida da população; as atividades remuneradas de homens e mulheres entram todas no circuito da produção mercantil e,

assim, da riqueza; correlatamente, a produção doméstica na família, porque não está integrada no mercado ou foi ignorada pelos indicadores econômicos—que medem valores de troca —, nas últimas décadas passaram a participar do escopo teórico neoclássico nas teorias "tipo" Gary Becker.¹³

No interior desta corrente podem-se distinguir os trabalhos que colocam em evidência a enorme contribuição das mulheres na produção dos serviços domésticos, realizados no seio da família e não objeto de troca no mercado, daqueles que procuram construir uma estrutura analítica adequada para estender a teoria econômica para campos não-convencionais: casamento, divórcio, discriminação racial, família, crimes, vícios.

Como símbolo da primeira abordagem destacamos o artigo de Galbraith (1975) "O Consumo e o Conceito de Família", publicado em *A Economia e o Objetivo Público* do mesmo autor. Galbraith ressalta que a exclusão da produção doméstica do circuito da troca não deveria implicar, necessariamente, a negação do papel econômico do trabalho doméstico na sociedade. Nessa versão liberal e na fronteira entre Economia e Sociologia destacam-se as pesquisas sobre a subordinação das mulheres no mundo capitalista realizadas por Betty Friedan e Germaine Greer.

Gary Becker e a Economia Doméstica

A segunda abordagem tem em Gary Becker sua maior expressão. Este define que "a abordagem econômica do comportamento humano é uma abordagem includente, que é aplicável a todo o comportamento humano, envolva este preços monetários ou preços-sombras — custo de oportunidade —,

¹³ O economista Gary Becker ganhou, em 1992, o prêmio Nobel de Economia pela Academia Real de Ciências da Suécia, por suas pesquisas nesta linha de raciocínio.

decisões repetidas ou pouco frequentes, decisões fundamentais ou não, com fins emocionais ou mecânicos, de pessoas ricas ou pobres, homens ou mulheres, adultos ou crianças, pessoas estúpidas ou brilhantes, homens de negócios ou políticos, professores ou estudantes" (Becker, 1976). O que diferencia a Economia das outras Ciências Sociais não é seu objeto, mas o método de análise. A Economia neoclássica parte do pressuposto de que as pessoas fazem suas escolhas de maneira racional, visando ao benefício próprio, e que tais escolhas são afetadas pelos incentivos económicos que recebem (Becker, 1991).

Em seus estudos sobre a família, casamento, divórcio, Becker, partindo de uma visão essencialmente econômica, analisa o motivo pelos quais as pessoas casam, com quem, quando e por que se separam. O casamento é visto como uma relação contratual entre homens e mulheres e estas decisões — casar ou separar — só irão ocorrer se, e somente se, ambos atingirem uma utilidade melhor na nova situação. Na realidade, embora trate de questões pertinentes ao papel feminino, a análise de Becker não significa a incorporação da temática da desigualdade nem traz qualquer contribuição ao melhor entendimento de por que esta situação existe. "O ponto central de meu argumento é que o comportamento humano não é compartimentalizado, algumas vezes baseado sobre a maximização, algumas vezes não, algumas vezes motivado por preferências estáveis, algumas vezes por preferências voláteis" (Becker, 1986, p. 110).

Falsas Analogias

A visão neoclássica do trabalho doméstico analisada por Becker, apesar de sua crescente popularidade inclusive no Brasil, padece de algumas sérias dificuldades teóricas. Passemos a dis-

cutir as duas dificuldades mais graves. Estas dizem respeito às hipóteses de otimização e à da particular noção de equilíbrio utilizada por ele. Para isto precisamos começar relembrando a origem e o papel destas hipóteses na análise neoclássica do mecanismo de mercado. A idéia do agente econômico otimizador está baseada na concepção de que a concorrência intercapitalista é um processo de seleção que impele as empresas a tentarem maximizar seu lucro. No caso dos consumidores está baseada na perspectiva de que os indivíduos são individualista e utilitaristas.

Levando isto em conta, fica difícil justificar a análise do trabalho doméstico a partir da hipótese de otimização. Em primeiro lugar, porque como vimos acima as mulheres obviamente não são nem se comportam como empresas capitalistas. Além disso, somente na mente de um economista neoclássico — e homem — pode passar a noção de que o comportamento de agentes "econômicos", como por exemplo as mães, pode ser analisado a partir da idéia de otimização com base em seu individualismo e utilitarismo, quando é pouco provável que exista relação mais altruísta e não utilitarista do que ter filhos; não porque as mães sejam seres particularmente benevolentes, mas sim porque o comportamento egoísta nesta atividade é absolutamente inviável por motivos estritamente biológicos — i.e. a sobrevivência das crianças.

Há problemas também com a noção de equilíbrio utilizada por Becker. Na teoria neoclássica dos mercados a justificativa para o estudo de posições de equilíbrio do mercado está baseada na idéia de que, em condições competitivas, desequilíbrios entre oferta e demanda fatalmente geram reações das empresas que buscam o lucro. Estas reações tendem a eliminar rapidamente tais discrepâncias. Logo, embora a Economia na realidade jamais esteja de fato em equilíbrio, estará sempre tendendo ao equilíbrio entre oferta e deman-

da. Becker faz suas análises usando a hipótese de que o "mercado" virtual de trabalho doméstico está sempre em equilíbrio, ou seja, que qualquer transação necessariamente é uma transação de equilíbrio entre dois agentes que estão otimizando. Isto aproxima muito sua análise a uma tautologia. Se algo ocorre — por exemplo uma mulher ter um filho —, necessariamente isto foi resultado de uma ação racional da mãe — e também do pai da criança — na qual a utilidade de ter mais um filho se iguala ao custo marginal de criá-lo. Como é impossível testar a validade das hipóteses, o argumento é completamente tautológico. Além disso, como o trabalho doméstico não é feito sob condições de concorrência, estão ausentes as principais forças que justificam a idéia de que a Economia ao menos tende ao equilíbrio.

Observações Finais

Este artigo trata da impossibilidade da teoria econômica, tal como foi formulada — por clássicos/marxistas e neoclássicos —, aplicar seus pressupostos, como concorrência, oferta, demanda, luta de classes etc, conceitos usados para estudar o mercado capitalista e para explicar a condição feminina na nossa sociedade. É necessário outro tipo de instrumental que privilegie instituições, padrões culturais, estratégias de discriminação, questões psicossociais, Antropologia social, a microfísica do poder como definiu o antropólogo Michel Foucault, para desvendar o real sentido do feminino em nossa sociedade.¹⁴

Isto não significa deixar de lado o estudo do trabalho doméstico. Pelo contrário, as pesquisas de orçamento de tempo e a disseminação informática tornam cada vez mais fácil criar

¹⁴Os autores deste artigo já publicaram sobre esta temática: Melo, Hildete P, & Pena, M. Valéria J. (1985); Lopes, ER, & Serrano Franklin (1986).

metodologias que determinem o tempo gasto com as tarefas domésticas realizadas nos lares em função de sua composição e círculo de vida. A questão é saber resistir à tentação economicista de imputar valores monetários a algo que se concretiza noutra esfera do social, fora do circuito monetário. Os indicadores econômicos típicos só fazem sentido para mensurar as categorias da economia mercantil capitalista. Quando se trata da produção de valores de uso deve-se buscar outros parâmetros. O primeiro passo para esta complexa tarefa é entender que, a despeito de suas tendências cada vez mais "imperialistas", a teoria econômica quer em sua vertente crítica — clássico-marxista — ou em sua vertente ortodoxa — neoclássica —, simplesmente não pode nem tem como dar conta desta problemática por estar necessariamente confinada ao mundo "dos negócios", que tradicionalmente foi o mundo "dos homens".

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Gary (1976), *The Economic Approach to Human Behaviour*, Chicago, University of Chicago Press.
- . (1988), "Family Economics and the Macro Behaviour", in *American Economic Review*, vol. 78, nº 1, pp. 1-13.
- . (1991), *A Treatise on the Family*, Harvard University Press.
- BENETTI, C. e CARTELIER, J. (1981), *Marchands, Salarial et Capitalistes*, Paris, Maspero.
- BOULDING, Kenneth E. (1973), *The Economy of Love and Fear*, Belmonte, Califórnia, Wadsworth Publishing Company.
- CARTELIER, L. (1980), "State and Wage Labor", in *Capital and Class*, 18, New York.
- DE VROEY, M. (1984), "La Théorie de la Valeur de Marx: Une Reinterpretation", in *Cahier d'Economie Politique*, 9, Paris.
- GALBRAITH, J. K. (1975), *A Economia e o Objetivo Público*, São Paulo, Livraria Martins Fontes.
- HARDING, Sandra (1986), *The Science Question in Feminism*, Ithaca, Cornell University Press.
- LAUTIER, B. e TORTAJADA, R. (1981), *Force de Travail et Salarial*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

- LIPPI, M. (1979), *Value and Naturalism in Marx*, London, NLB.
- LOPES, F. R. e SERRANO, F. L. P. (1987), "Marx e a Mercadoria Força de Trabalho", trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Brasília, 1986 e TD n° 120, IEI/UFRJ.
- KALECKI, M. (1970), *Essays on Developing Economics*, Sussex, Harvester Press.
- KELLER, Evelyn Fox (1985), *Reflections on Gender and Science*, New Haven, Yale University Press.
- MACHADO, J. e SERRANO, F.L.P. (1986), "Uma Nota sobre a Crise da Teoria Econômica", Rio de Janeiro, in *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, agosto.
- MARX, K. (1983), *O Capital*, São Paulo, Coleção Os Economistas da Editora Abril.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1977), *A Ideologia Alemã*, México, Editorial Grijalbo.
- MEILLASSOUX, Claude (1979), *Femmes, Greniers et Capitaux*, Paris, Maspéro.
- MELO, Hildete Pereira de, & PENA, Maria Valéria J. (1985) "A Condição Feminina e a Teoria Econômica", in *Revista Literatura Econômica*, Ipea/Inpes, 7 (1), fevereiro. Rio de Janeiro.
- NELSON, Julie (1992), "Gender, Metaphor, and the Definition of Economics", in *Economics and Philosophy*, Cambridge University Press, 8 (1992), pp. 103-125.
- MICHEL, Andrée (1978), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MILL, John Stuart (1985), "A Sujeição das Mulheres", in *Ensaio sobre a Igualdade Sexual*, de J. Stuart Mill e Harriet Taylor Mill, editado e introduzido por Alice Rossi, The University of Chicago Press, traduzido por Leila de Souza Mendes Pereira para *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 7 (1), fevereiro.
- NICHOLSON, Linda (1987), "Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico" em BENHABIB, S & CORNEL, D., (editoras), in *Feminismo como Crítica da Modernidade*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
- ROSSI, A. (ed.) (1973), *The Feminist Papers*, New York, Columbia University Press.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. (1969), *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*, São Paulo, Livraria Quatro Artes.
- SCHUMPETER, J. (1942), *Capitalism, Socialism and Democracy*, N. York, Allen & Unwin.
- SEDLACEK, G. e SANTOS, E. (1991), "A Mulher-Cônjuge no Mercado de Trabalho como Estratégia de Geração de Renda Familiar", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, Ipea, vol. 21, n° 3, pp. 449-470, dez.
- STEEDMAN, I. (1982), "Marx on Ricardo" em BRADLEY, I & HOWARD, M., *Classical and Marxian Political Economy: Essays in Honour of R. L. Meek*, London, MacMillan Press.

- SMITH, Adam (1983), *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, São Paulo, Abril Cultural.
- TAHAHITE, Fatiha-Hakili (1984), "*Pour une Problematique du Procès de Travail Domestique*" in *Le Sexe du Travail*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

**PERSPECTIVAS FEMINISTAS E O CONCEITO
DE PATRIARCADO NA SOCIOLOGIA
CLÁSSICA E NO PENSAMENTO
SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO**

Neuma Aguiar
Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Quando se toma como eixo de análise o conceito de patriarcado — ou de clã patriarcal — em Ciências Sociais são grandes — e merecem ser enfrentados — os desafios de uma reflexão conjunta, originários tanto do feminismo, quanto da Sociologia clássica e do pensamento social brasileiro, distinguindo-se, nessas visões teóricas, a relação mantida entre os contextos público e privado, tanto no âmago daquela forma de dominação, quanto no de sua transformação política. No processo analítico do exame da associação entre os dois âmbitos, aproveito uma importante fonte de reflexão acadêmica que vem se constituindo nas Ciências Sociais mediante o levantamento das bases teóricas do pensamento sociopolítico no feminismo. A iniciativa tem possibilitado inúmeros avanços nas tradições disciplinares que dão margem a uma revisão científica, jogando um fecho de luz sobre as mulheres, pois, dessa forma, averigua-se a concepção que os autores clás-

sicos possuem sobre o lugar que elas detêm na sociedade e na política, tornando possível a compreensão das formas históricas de organização social que deram margem às visões de género, embutidas naquelas formulações, observando-se, simultaneamente, os limites de seus enfoques, inclusive no que se refere às pesquisas empíricas que são agora inspiradas por aquelas fontes.

Antecedentes do Projeto

Este projeto vem se iniciando em diversos ramos do conhecimento, porém, a não ser pelo exame da relação entre feminismo e marxismo, o experimento pouco tem avançado em Sociologia, perfazendo uma ponte entre as perspectivas feministas e as bases teóricas das Ciências Sociais. Não procurarei aqui retomar o debate realizado pelo feminismo com o marxismo — este sim, bastante coberto pela literatura internacional e nacional. Dentro deste veio situa-se a questão do trabalho feminino no Brasil, tal como problematizada no congresso sobre *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina* (Aguiar, 1984), endereçada não só ao marxismo, mas a outras correntes clássicas como a tradição weberiana — retorno a esta última no presente texto. No momento, contudo, farei apenas um breve relato dos termos da proposta no que ela gerou polémica: naquela oportunidade avancei a perspectiva de que o trabalho só poderia ser bem analisado quando fosse rompida a oposição entre âmbito doméstico e produção de mercadorias, incluindo-se, assim, as jornadas de ocupação — feminina e masculina — em sua totalidade, incorporando-se, simultaneamente, o tempo e os esforços despendidos, tanto no domicílio quanto fora dele — quer este último espaço fosse compreendido como de produção ou de mercado (Aguiar, 1984). Desta forma, o trabalho doméstico não

poderia ser visto como uma reserva para o adquirido na esfera capitalista, mas como um condicionante desta última atividade, uma vez que as relações de serviço no matrimônio são regidas por princípios diferentes dos que predominam na ordem de assalariamento no capitalismo. Além disso, o ingresso nesta última esfera não elimina a realização de afazeres domésticos.

Outra contribuição importante daquele evento consiste na observação de que muitas pesquisas ainda obtêm informações sobre a sociedade, tomando o grupo doméstico com chefia masculina como padrão de organização social, o que as sujeita à crítica, porque referem-se à divisão do trabalho por gênero como ponto de partida para o levantamento das atividades das mulheres. Na proposta de melhores formas de apreensão do trabalho feminino, observou-se a associação entre o conceito de patriarcado e o de grupo doméstico com chefia masculina. As questões relativas à mensuração da participação das mulheres no mercado de trabalho podem ser hoje estendidas ao campo da estratificação social, observando-se que todos estes temas — patriarcado, estratificação de acordo com a posição de mercado, ou relativa ao *status* social — formam objeto de interesse na obra de Max Weber (Aguiar, 1980).

O debate com o marxismo, e com a Sociologia empírica, no entanto, é insuficiente para estabelecer as contribuições do feminismo para com as Ciências Sociais, sendo necessário percorrer as variadas correntes clássicas e contemporâneas, bem como as do pensamento social brasileiro, reorganizando portanto o eixo deste debate, porém incorporando outros avanços ocorridos no campo dos estudos de gênero, procurando ir bem além da questão do trabalho.

A Importância da Análise Contemporânea do Patriarcado para as Ciências Sociais e para o Feminismo

Com a análise da constituição do lugar da mulher no pensamento clássico, pode-se pesquisar os fundamentos sociopolíticos do movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, observar os limites das diferentes correntes de pensamento, em Ciências Sociais, para o estudo de mulheres e das relações de gênero.

Já quando se trata do pensamento sociológico brasileiro, a escassez de análises feministas sobre a forma como as Ciências Sociais dão conta da condição de vida das mulheres é substantivamente maior, embora importantes semelhanças — e diferenças — tenham sido traçadas entre os clássicos da disciplina e os do pensamento sociopolítico brasileiro. Entretanto, mesmo com a possibilidade de avançar sobre discussões já iniciadas em outros contextos, há pouco progresso. Conceitos hoje amplamente discutidos pela literatura feminista internacional, como o de patriarcado, não são discutidos no contexto da produção acadêmica de autores nacionais, tais como Gilberto Freyre (1973), Oliveira Vianna (1949), Nestor Duarte (1966), Fernando de Azevedo (1949) e Raimundo Faoro (1958), para citar alguns exemplos que deles fizeram vasto uso em suas obras. O efeito proporcionado por esta omissão é o de desconsiderar o contexto histórico em que as demandas feministas ocorrem, enquanto movimento político que combate o autoritarismo em variados campos.

A partir dos clássicos e do pensamento social brasileiro, pesquisas empíricas têm sido efetuadas guardando os pressupostos do patriarcado. Quando surgem mudanças nas relações de gênero, essas metodologias também necessitam de uma revisão. A questão tem gerado um grande debate na análise das desigualdades sociais no Brasil e no mundo; o que será apre-

sentado na última parte, demonstrando as contribuições e desafios do feminismo para a Sociologia, não apenas enquanto perspectiva teórica, mas, também, como colaboração para com a pesquisa empírica.

Liberalismo, Domesticidade e Feminismo

A reflexão acadêmica possibilitou a identificação de pelo menos duas correntes de pensamento, influentes no movimento feminista norte-americano, o liberalismo e o marxismo. Uma autora observa as possibilidades de constituição de uma ampla aliança entre liberais e socialistas, pela revisão radical da perspectiva liberal pelo movimento feminista (Eisenstein, 1981). Outras pensadoras feministas, que se sucederam no exame crítico dessa mesma visão, conseguiram documentar, por um lado, as raízes liberais das práticas daquela parcela do movimento (Butler, 1978; Pateman, 1988), e por outro, os limites desse credo político para contemplar as demandas dele surgidas no sentido de assegurar às mulheres as possibilidades de alcance da liberdade política.

Nas democracias liberais, autoras de orientação feminista elaboraram uma reflexão sobre as bases liberais do movimento de mulheres. No contexto político brasileiro, o conceito de liberalismo aparece eivado de forte carga ideológica. Diferenciamos, contudo, liberalismo político e liberalismo econômico, uma vez que o primeiro ganhou força, no Brasil, com o projeto de democratização política, enquanto que o último tem representado uma série de estratégias de repasse à iniciativa privada, de empreendimentos econômicos estabelecidos pelo Estado. Ainda no campo político, na busca de rompimento com o Estado autoritário, muitas são as propostas de institucionalização do liberalismo político, só que raramente elas apa-

recém acopladas à questão da autonomia feminina em relação a seus parceiros. Vejamos primeiro como essas práticas se apresentaram nos países de orientação liberal-democrática.

Em vários países industrializados com regimes políticos liberais, as mulheres começam a se organizar quando se vêem compelidas ao exercício de atividades econômicas, enquanto continuam com as costumeiras atribuições domésticas. Os processos de desenvolvimento socioeconômico trazem dificuldades à vida cotidiana das mulheres.

Porém, em muitos outros países, ao lado dos serviços domésticos, a sexualidade também é vista como serviço, ou dever conjugal, e de seu uso, com frequência, resulta numerosa prole. Do ponto de vista político, estes mesmos países estabelecem pactos sociais que garantem as liberdades individuais. A revolução liberal, contudo, parou a meio do caminho, tendo deixado de fora as relações entre marido e mulher (Pateman, 1988). A separação entre as esferas privada e pública, aponta aquela autora, deixa intocado o arbítrio nas relações de poder dentro de casa, dominadas pelo homem, membro do grupo doméstico que também prepondera na alocação de sua força de trabalho no mercado. Esta alocação diferencial representa, na esfera doméstica, maiores autonomia masculina e subordinação feminina. Como o sistema capitalista sofre crises periódicas, as mulheres, nessas ocasiões, podem ser duplamente restringidas: pelas atribuições domésticas e, em condições adversas, pela busca de trabalho remunerado. Nesse contexto, por conseguinte, surgem as demandas de repartição do trabalho doméstico, questionando a relação de serviço, sem reciprocidade, como herança intocada do patriarcado.

A revolução liberal, em comparação com o sistema absolutista de governo, emancipou os filhos adultos do jugo doméstico, mas não modificou a condição de subordinação das mulheres. Sendo assim, o desenvolvimento capitalista acentuou

as contradições do sistema liberal de governo, com relação às mulheres, dando margem a um radicalismo crítico neste campo. No entanto, esta perspectiva sobre a falta de regulação das relações entre homens e mulheres origina-se dos países de tradição política liberal. Outras formas de relacionamento entre Economia, Estado e sociedade civil precisam ser estudadas mediante uma análise de seus componentes de gênero, uma vez que nem todos os sistemas de governo são liberais, e as relações de poder arbitrárias não se referem, exclusivamente, às que ocorrem entre homens e mulheres. Resta, assim, analisar, de forma comparativa, as relações de dominação de gênero em distintos sistemas políticos quer sejam autoritários ou liberais. Essa diferenciação é importante porque na crítica aos regimes autoritários vem se destacando a perspectiva de que, nesse estilo de governo, predomina a apropriação do espaço público pelo privado, o que resulta num tipo particular de administração pública, incapaz de resolver as desigualdades sociais, uma vez que as regras de relacionamento entre sociedade e poder público não se universalizam, dificultando o combate à pobreza, e outras formas de má distribuição de recursos nacionais.

A análise das relações de poder nessa forma de arranjo político indicam que o público é tomado como privado. Esta perspectiva pode ser contrastada com a questão que é levantada pelo movimento feminista na esfera dos direitos civis quando suas participantes reivindicam uma atuação mais efetiva do Estado na esfera doméstica, observando que o privado também é público. Com isto as feministas querem dizer que suas dificuldades políticas ocorrem quando elas se deparam com o outro, com o qual mantém diferenças derivadas de sua condição de subordinação, enquanto privado. A ausência de diálogo entre estas estratégias analíticas deixa entrever que a crítica ao autoritarismo refere-se exatamente à relação entre Estado e sociedade civil, quando militantes do movimento feminista de-

mandam que as mulheres tenham garantida por lei a autonomia decisória sobre seus corpos. Neste caso, a violência doméstica, os serviços domésticos gratuitos, a autonomia decisória sobre a sexualidade e a reprodução passam a ser palco de disputa política. Cabe, portanto, destrinchar o significado das demandas do movimento de mulheres no contexto da esfera pública, elaborando uma análise de gênero das relações entre o Estado e as mulheres, como parcela da sociedade em luta por direitos civis.

Patriarcalismo e Racionalidade Econômica na Teoria Liberal Clássica

A teoria do patriarcado tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam à emergência do sistema capitalista. Enquanto relação de poder, teóricos do liberalismo desenvolvem esta perspectiva para discutir formas alternativas de processo decisório na relação entre Estado e sociedade civil. Ao poder absoluto do rei, argumenta-se que todo sujeito adulto não mais necessita ser governado por uma autoridade que se assemelha à do pai de família. No próprio contexto doméstico, versa o argumento, os filhos se emancipam com sua chegada à idade da razão (Locke, 1967). Por possuir discernimento, os indivíduos livres usam a racionalidade para resolver suas diferenças, constituindo uma autoridade política com esse propósito. Locke foi autor de uma das primeiras formulações sobre a separação entre esfera pública e privada, em polêmica com Sir Robert Filmer, defensor do patriarcado como modelo absolutista de governo.

Uma das questões que torna o patriarcado uma instituição peculiar é o direito de propriedade sobre os bens da família. Pelo poder patriarcal (*Patria potestas*) o único a ter esse direito é o pai. Locke, todavia, avançou um argumento contrário, se-

gundo o qual a primeira propriedade existente é a que cada um exerce sobre si próprio. Cada um é dono de seu corpo, de suas mãos, de seu trabalho. Embora nada tenha sido dito sobre o aparelho reprodutivo, esta questão foi posteriormente retomada pelo feminismo. Locke afirmou ainda que propriedade é tudo o que é transformado a partir da apropriação da natureza pelo trabalho. Tudo o que é assim obtido é excluído do direito dos outros. O autor, entretanto, deixou preservada a autoridade patriarcal sobre o grupo doméstico, uma vez que o trabalho da esposa, filhos e filhas continuou sob a jurisdição do pai de família e, portanto, sob o domínio patriarcal. Em casos de divórcio, contudo, é apontada uma jurisprudência para a divisão de propriedade e o cuidado com o bem-estar dos filhos.

As críticas mais contundentes a esta modalidade de análise observam que as relações de poder patriarcal foram apenas parcialmente transformadas pelos sistemas políticos baseados no credo liberal. De fato, várias teóricas do feminismo identificam a separação das esferas pública e privada como o eixo central do problema das relações patriarcais, quando do processo de emancipação dos filhos adultos; com relação à autoridade do chefe de família, foi mantida a subordinação das mulheres, enquanto esposas também sujeitas ao mesmo sistema de dominação. Esse rompimento teria consequências acentuadas pela emergência do sistema capitalista. Observe-se, porém que, dentro de uma visão da transformação histórica das sociedades, o patriarcalismo se refere a um estágio anterior ao advento do sistema capitalista. A discussão sobre as relações entre patriarcalismo e capitalismo continua, mesmo hoje, tomando distintos rumos na teoria política — no que diz respeito às formas de dominação na construção dos Estados nacionais — e na teoria das relações de gênero. Uma das contribuições do feminismo consiste em debater esta perspectiva de desenvolvimento histórico, observando que a racionalidade econômica

pode acentuar a dominação patriarcal no campo privado. Entretanto a contextualização dessa crítica no âmbito da disciplina pode melhorar a ação comunicativa, e propiciar o avanço do conhecimento sociológico.

O presente trabalho constitui uma tentativa de elucidar as contradições e percalços desses dois eixos de discussão — que não se cruzam — no contexto brasileiro. Apesar desta análise referir-se ao Brasil, acredito que o seu estudo poderá concorrer para colocar questões pertinentes a outros países que vivenciam um processo de democratização, quando o credo liberal apresenta-se com bastante força e, onde, simultaneamente são discutidas as formas de organização da sociedade civil e de sua relação com o Estado. No caso brasileiro, por exemplo, discutem-se as estratégias de desenvolvimento iniciadas pelo governo, a partir da existência de uma constante imbricação entre público e privado, efeito cultural derivado da colonização portuguesa, associada à religião. Isto se contrasta com situações históricas em que o credo liberal se desenvolveu, como nos casos da Inglaterra e dos EUA, quando esfera pública e privada se separaram, com a prevalência da economia privada. De forma significativa, principalmente pelo contraste com o debate feminista, a análise destaca a associação de esferas no sistema público administrativo brasileiro, quando suas dificuldades são diagnosticadas como decorrentes desta indiferenciação. Essa análise política, entretanto, negligencia a dimensão de gênero no estabelecimento de alianças políticas para o exercício da administração pública, quando o parentesco e as relações pessoais são a base das contratações e promoções de carreira. Há limites deste sistema como base de sustentação da eficácia do sistema administrativo, provocando sua decadência (Adams, 1994, pp. 505-540).

A perspectiva feminista concede destaque aos problemas derivados da separação entre estas duas esferas, quando observa

como as mulheres apresentam dificuldades de constituir sua própria identidade, se elas são vistas como um sujeito englobado pela família. Começa-se aqui a perceber uma peculiar falta de comunicação entre as várias visões derivadas do feminismo ou das Ciências Sociais.

A Organização do Grupo Doméstico Patriarcal e Seu Desenvolvimento

A Base do Poder Patriarcal: A Tradição

O poder patriarcal é caracterizado por Max Weber (1947, p. 346) como sendo um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada forma, porque isto sempre ocorre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição. A modalidade, por excelência, da relação de poder inquestionável é a do poder patriarcal, uma vez que, historicamente, não havia possibilidade de que a autoridade paterna fosse questionada por intermédio da Justiça. Todavia, o sistema patriarcal pode constranger o senhor a tratar seus súditos de forma protetora, o que o distingue das relações que ocorrem com a exploração racional da força de trabalho sob o sistema capitalista.

As relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade pessoal. Weber (1947, p. 396) contrasta esta forma de dominação com a que ocorre nas sociedades capitalistas, quando o processo de racionalização, resultante do desenvolvimento da ciência e da tecnologia dá origem a um sistema de normas abstratas e impessoais, sob as quais os funcionários das burocracias se organizam. Essas normas estabelecem que a pessoa no poder possui autoridade legítima

para acionar regras, em circunstâncias determinadas (Weber, 1978, p. 1006). Já no sistema patriarcal, a autoridade é garantida pela sujeição pessoal. A forma de dominação é assemelhada por Weber à escravidão. As mulheres, aponta Weber (1978, p. 1009), por vezes podem compartilhar com o patriarca deste tipo de autoridade baseada na tradição, quando funcionam como agente econômico, provendo alimentos pelo cultivo da terra e pelo processamento de seus produtos. Neste caso, literalmente, observa: funciona a divisão sexual do trabalho (Weber, 1978, p. 1009). O autor não analisa, porém, como se dão as relações de poder entre homens e mulheres que repartem entre si esta autoridade sobre os demais membros do grupo doméstico (Weber, p. 1007). Quando as mulheres são sujeitas aos homens, contudo, o patriarca possui o poder de reconhecer ou repudiar as crianças que teve com elas, não importando se essas mães são esposas ou escravas, e também sua paternidade biológica. O controle sobre as mulheres é semelhante ao exercido sobre os animais, quando os direitos do senhor se estendem sobre todos os filhos tidos, dependendo exclusivamente de seu reconhecimento para que possam ser por ele sustentados. A relação de dependência parece ser atribuída pelo autor à natureza, quando enumera *a superior força física e inteligência dos homens*, em comparação com as características das mulheres. Entretanto, de fato, o padrão de dominação se deriva do controle social que o pai exerce sobre a reprodução.

O grupo doméstico torna-se mais diferenciado quando a escravidão se torna uma instituição regular e as relações de consanguinidade se destacam, pois as crianças livres se distinguem dos filhos dos escravos. O patriarca, assim, podia tornar escravos livres, ou herdeiros, ou, ainda, vender seus próprios filhos como escravos (Weber, 1978, p. 1007).

A codificação dos costumes tradicionais pode dar margem ao aparecimento de uma constituição, porém esta representa

muito mais uma sistematização das leis tradicionais, do que uma fonte de interpretação da ordem legal (Weber, 1978, p. 1009).

O patrimonialismo consiste em uma forma sucedânea ao patriarcado, produto de sua diferenciação (Weber, 1978, pp. 1006-1069). O beneficiário de patrimônio a partir do soberano pode receber os seguintes tipos de dotações: compartilhar da mesa do chefe; receber bens de seu chefe, em espécie ou em dinheiro; receber usufruto de terras, em troca de serviços; ganhar o direito de se apropriar de taxas, impostos, propriedade ou renda; ganhar feudos (Weber, 1947, p. 351). Um estado patrimonial pode se desenvolver quando o soberano estende seu poder político sobre áreas extrapatrimoniais e sobre outros sujeitos políticos. Isto se dá quando um senhor domina os outros senhores. A autoridade militar e jurídica do senhor é exercida sobre os demais súditos, ampliando-se para uma esfera mais abrangente. Este poder, todavia, não é exatamente semelhante ao que o pai detém sobre a família, uma vez que as relações extrafamiliares são afetivamente atenuadas, em comparação com as internas à instituição, pois no caso da ampliação territorial do poder, a convivência é restrita, e o território consignado pela autoridade representa não apenas uma maior distância, mas, também, um acréscimo de autonomia dos súditos que recebem residência, terras, ou benefícios equivalentes, em troca de fidelidade ao senhor.

Patriarcalismo, Racionalidade e Mudança pelo Processo de Diferenciação

O patriarcalismo como sistema de poder se caracteriza pela distância social ímpar que separa o patriarca das condições de vida dos demais membros do grupo doméstico. Outra marca desta forma de organização social consiste no grau de depen-

dência econômica e social que os membros do grupo doméstico possuem em relação à autoridade familiar.

Weber empregou ainda as análises jurídicas de Maine sobre as civilizações antigas para caracterizar as distâncias sociais no patriarcado, quando este autor concede destaque à relação de *patria potestas* naquela ordenação. O pai detém o poder sobre a propriedade familiar, sobrepujando-se aos demais membros da família que permanecem sob sua dependência. A autoridade é extrema quando os outros participantes do grupo doméstico não podem deter, autonomamente, nenhum bem: o patriarca dispõe a seu bel-prazer dos bens daqueles que dele dependem. Por outro lado, cabe-lhe, também, responder pelos delitos de seus subordinados. Sendo assim, a propriedade sobre os bens dos dependentes representa, ao mesmo tempo, a obrigação de prover-lhes a subsistência. A morte do patriarca propicia a transferência da guarda dos dependentes para outro membro da família em situação mantenedora da condição de tutela das mulheres.

O direito de *patria potestas* na Roma antiga compreendia, ainda, o poder de vida do patriarca sobre seus dependentes, e mais: o direito de impor castigos corporais; o de dar uma mulher ao filho e de casar a filha; o de divorciar os filhos; o de transferi-los e vendê-los para outras famílias. Tal poder despótico foi paulatinamente sendo substituído, observa Maine (1970, pp. 108-165), por regras contratuais, embora sem observar as relações arbitrárias que permaneceram no contrato sexual (Pateman, 1988).

A superação do patriarcado para Max Weber se dá mediante o processo de diferenciação das esferas econômica e política, quando a empresa capitalista e a esfera administrativa se separam do grupo doméstico, criando um sistema de regras impessoais que regulam as decisões de investimento ou de taxações, bem como o recrutamento eficiente da força de trabalho e do funcionalismo estatal. Embora o patriarcalismo se

caracterize, na esfera econômica, por ser um sistema de produção baseado na organização familiar, ele também se apresenta na esfera política como um sistema de comando que reproduz a autoridade do patriarca no interior da família, isto é, pela ausência de normas impessoais que regulem as relações de poder, mantendo, assim, um certo grau de arbítrio, derivado do afeto particularista, em detrimento de práticas que garantam a eficiência e o tratamento igualitário a todo e qualquer cliente dos serviços públicos. A teoria feminista tem contribuído para esta constatação ao discutir a previsão weberiana sobre a predominância de regras universalistas na Economia e na esfera administrativa que eliminariam critérios particularistas no setor capitalista e na esfera estatal, ante a notável evidência de discriminações contra as mulheres, produto das relações de gênero, ou, em outras palavras, de relações patriarcais que ainda se sustentam na vida contemporânea.

Patriarcado, Política e Religião

Além da condição jurídica do patriarca e de seus dependentes, Weber analisou as relações de dominação nos sistemas religiosos. Existe uma associação entre patriarcalismo, patrimonialismo, militarismo e religião quando os sacerdotes recebem recursos, e dependem, para sua manutenção, dessa subvenção governamental. Como o patrimonialismo pode constituir-se por intermédio da guerra — quando o soberano busca manter um exército central de guerreiros para defesa de seus territórios — este também pode ser mantido por dotações do soberano. O entrelaçamento entre religião, exército e poder político patrimonial pode ser observado pela existência do culto religioso da morte heróica, em época de guerra. Weber observa, todavia, que quanto mais a religião busca se organizar de for-

ma autônoma na relação com o soberano, menos aparece esta relação entre culto da guerra e sistema religioso, que é substituída por uma ética de solidariedade. Quando mais desenvolvida esta ética, mais o sistema religioso aproxima-se de uma religião de povos dominados, isto é, de um sistema de crenças que enfatiza as virtudes da resignação e da humildade, com especial atenção para as qualidades de grupos socialmente subjugados, como o das mulheres, aponta o autor (Weber, 1978, p. 225).

Weber (1964, pp. 223-245) ressalta, ainda, que os sistemas religiosos estabelecem uma relação íntima entre sociedade, sexualidade e erotismo, uma vez que estes sistemas religiosos são também sistemas de controle da sexualidade e da reprodução/Associando sexualidade com práticas mágicas, e com o comportamento religioso comunal, o autor observa que tanto as religiões místicas quanto as ascéticas são hostis à sexualidade, apresentando-lhes satisfações substitutivas. A castidade é religiosamente vista como um tipo de comportamento que possibilita o desenvolvimento de qualidades carismáticas. Com isso impede que ao mesmo tempo os sacerdotes tenham filhos e faz com que os bens acumulados pela Igreja não sejam transferidos por herança. A religião, portanto, procura eliminar, vetando socialmente, tudo o que considera como sendo orgia sexual, ao enfatizar a abstinência como uma forma mística de alcançar a salvação. Propõe, também, a evitação da emotividade que caracteriza o ato sexual, ao recomendar sua substituição pelo ascetismo vigilante, autocontrole e planejamento metódico da vida. A religião, portanto, enquanto substituta da magia, racionaliza o comportamento social pela regulação da sexualidade.

A religião elimina as relações sexuais livres no interesse da regulação e legitimação do casamento (Weber, 1964, pp. 237-238). Para que este controle social se efetue, nos sistemas religiosos, as mulheres são caracterizadas como criaturas irra-

cionais — ou de difícil autocontrole —, isto é, com grande capacidade de emotividade que as leva a se descontrolarem, ou ainda como seres capazes de causar emoção nos que as circundam, inclusive pelos desejos que podem despertar (Weber, 1964, p. 238). O controle muitas vezes se estabelece por regras a respeito das vestimentas, cobrindo as partes do corpo feminino que podem despertar fantasias nos homens. Em suma, se por um lado a religião enfatiza o exercício da sexualidade dentro do casamento, prescreve, também, o ascetismo religioso com a abstenção sexual pelos sacerdotes. O sistema religioso, portanto, é dominado por homens que estabelecem práticas de controle da sexualidade particularmente voltadas para a interdição do acesso e até mesmo da visão do corpo feminino.

Patriarcado e o Pensamento Social Brasileiro

Podemos agora analisar a questão do patriarcado no pensamento social brasileiro, para caracterizar esta sociedade. É importante observar que a perspectiva teórica inspirada pelo feminismo para a análise sobre as formas de dominação masculina nos países industrializados, regidos por um sistema democrático-liberal, distingue que o patriarcado permanece e se acentua com o avanço do capitalismo, embora este adquira características distintas, no novo contexto. Desta forma, o patriarcado deixa de ser uma dimensão das sociedades tradicionais e passa a ser uma característica das sociedades modernas, ou do processo de modernização, observado como um capitalismo patriarcal ou um patriarcalismo do Estado-debem-estar-social. Duas ponderações são aqui suscitadas como problemas para a teoria feminista do patriarcado: ou ela consiste em uma perspectiva funcionalista que surge com explicação sobre as formas de dominação masculina, sem que se-

jam apontadas as tendências de mudança, quaisquer que sejam as modalidades de organização social em que a forma de dominação se instala, ou bem ela é uma característica do capitalismo, e portanto nova, o que deixaria uma interrogação em aberto sobre o patriarcado e o sistema de dominação feminina em contextos políticos não-liberais — e pré-capitalistas. A saída desse dilema reside na especificação das características do patriarcado, com amplo uso de todas as teorias que o empregaram, particularmente as que enfocam distintos contextos.

É importante, neste ponto, destacar que o feminismo contribuiu para a teoria sociológica ao levantar a questão de que a racionalização económica da sociedade, com a separação entre produção para o mercado e esfera doméstica, acentuou o processo de dominação masculina nas instituições sociais; sendo assim, o processo de diferenciação e racionalização das várias esferas — política e económica — não tem um sentido único, pois em lugar de um sistema universalista, fundado no mérito, particularismos baseados na ordem patriarcal continuam sob a forma de discriminações. A exclusão das mulheres das possibilidades de contratação e os contratos salariais diferenciados para homens e mulheres são exemplos desse particularismo. Porém, a teoria feminista que levanta estas considerações deixou de lado o caso dos países onde o patriarcado e o patrimonialismo têm sido a base de organização política da sociedade, quando discute apenas o caso dos países que adotaram os princípios do liberalismo, em contraposição aos do absolutismo. Deixa-se, assim, de analisar os particularismos dos sistemas de gênero, em países cujo autoritarismo permeia as várias esferas da vida política, derivados, por exemplo, da transição para outras formas de poder autoritário.

Juntamente com Oliveira Vianna, podemos classificar em dois tipos as perspectivas sobre o patriarcado, desenvolvidas

pelo pensamento social brasileiro: as teorias que advogam o liberalismo como solução para os problemas de governabilidade e as que vêem o patriarcado como impedimento ao exercício de uma autoridade mais ampla — como modelo de poder que se estende da esfera doméstica à política. O próprio Oliveira Vianna situa-se dentro da corrente que critica o liberalismo político, efetuando a proposta normativa de um corporativismo, como sistema político substitutivo ao patriarcado, tomado este último pelo autor quase como um sinônimo de feudalismo. Todavia, o patrimonialismo — sistema alternativo ao feudalismo como tipo de organização econômica e política — marca a natureza do Estado Nacional pela associação que mantém com o sistema de relações familiares, resultando na dominação masculina, no que se refere à ordem política. Em síntese, qualquer que seja a preferência política do autor, todos concordam que o patriarcado é a base inicial da organização social brasileira. Em situações de descentralização política esta seria a unidade sociológica de análise. Em situações de centralização política, há discordância sobre a caracterização da organização política nacional. Enquanto uns preconizam a intervenção autoritária do Estado para o estabelecimento da ordem nacional, outros argumentam que a falta de governabilidade é decorrência da preponderante influência do patrimonialismo nas instituições públicas, resultado das estratégias centralizadoras da organização política nacional. O patriarcado, nesta visão, pouco teria a ver com a ordem econômica capitalista, uma vez que, quando ele se diferencia, tornando-se um sistema patrimonial, as iniciativas econômicas se organizam a partir do Estado. Nessa ordem impera o arbítrio, produto da peculiar fusão da Economia com a política. Em lugar de contratações baseadas no mérito ou na experiência, decorrente do processo geral de racionalização, o recrutamento para as funções administrativas se baseia no parentesco.

Um dos autores que mais se deteve na análise da sociedade patriarcal brasileira foi Gilberto Freyre. Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor destaca que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra trabalhadora para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava nesse processo de povoamento. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. Apesar do uso que Gilberto Freyre faz da religião em sua análise da ordem doméstica, o patriarcado não se efetua pela dominação religiosa, a não ser pela influência que esta exerce nas relações familiares dentro do grupo doméstico. O poder da religiosidade aparece limitado para conter a liberdade sexual masculina e o abuso sexual da mão-de-obra escrava. Para Freyre, portanto, esse abuso consiste na própria essência do patriarcado. Padres portugueses por vezes abandonam o ascetismo religioso e aderem ao patriarcado, observa Freyre (1973, p. 447), que deixa de ser, assim, em contraste com a perspectiva weberiana, uma forma de racionalidade instituída pelo sistema religioso, para ser uma forma de racionalidade econômica e demográfica, como estratégia de povoamento e aliciamento de mão-de-obra. Já dois outros autores, que se inspiraram em Freyre, destacam a importância da religião na contenção dos costumes (Azevedo, 1949, pp. 69-71; Duarte, 1966, pp. 76-77). Na análise de Freyre, sobre o sistema de dominação, não há brechas para rebeliões, porém os arquivos históricos documentam recusas da mão-de-obra escrava em dar à luz os filhos do estupro, um material que mereceria uma atenção cuidadosa na análise crítica do patriar-

cado. Uma análise mais recente das teses de Freyre documenta a adesão do autor às teses da modernização ao apontar que o processo de urbanização modifica as características do patriarcado (Benzaquem, 1994).

Patriarcalismo e Estado Nacional

Para Raimundo Faoro, a principal característica da colonização portuguesa consistiu na forma de dominação estabelecida pelo papel do governo central na condução das iniciativas econômicas, inibindo qualquer tentativa de desenvolvimento econômico autônomo pelas unidades econômicas. Isso, aponta Faoro, representa um contraste com a organização econômica do feudalismo, cuja característica primordial é a da descentralização econômica. Na Inglaterra, uma ilha mais afastada das ameaças de invasão pelos povos vizinhos, predominou um sistema econômico descentralizado. Tal não é o caso de Portugal, em que o Estado absolutista é também um Estado patrimonial. As atividades econômicas independentes do governo central, aponta o autor, eram pesadamente taxadas.

Como o império português se constituiu com base nas instituições militares que iniciavam guerras para a ampliação do domínio, o rei de Portugal necessitava obter fundos para remunerar seus soldados, vencer batalhas e conquistar novos territórios. O soberano, portanto, não era apenas o chefe administrativo, mas, também, o principal empreendedor econômico. Para manter a posição o patriarca necessitava fundar cidades, oferecer incentivos aos que lá fossem residir e estabelecer tarifas protecionistas.

A economia independente que se desenvolve com base em plantações de finalidades comerciais, objeto das análises de Gilberto Freyre, é a forma que se adequa ao tipo de estraté-

gia administrativa empregada no processo de colonização, estudada por Faoro. A transferência da coroa portuguesa para o Brasil acentuou a tendência centralizadora e, embora ocorreram iniciativas de caráter liberal em algumas regiões brasileiras, predomina, de modo genérico, a ordem patrimonial. A principal característica deste sistema de dominação é a relação mantida entre público e privado. Podemos agora contrastar essa análise liberal com a do feminismo. Enquanto este último propõe um tratamento conjunto das duas esferas, a crítica liberal estabelece que o problema político consiste exatamente nessa íntima relação entre público e privado. O feminismo, nessa visão, seria apenas uma outra forma de particularismo, incapaz, portanto, de avançar uma perspectiva democratizante para o conjunto da sociedade. Devido à autoridade do chefe de família, a dependência dos demais membros, sua iniciativa econômica e influência política, o caráter do poder é arbitrário.

Apesar do ponto de partida distinto do abraçado por Faoro, ao preconizar uma maior intervenção do Estado na sociedade civil, Oliveira Vianna concorda com o diagnóstico elaborado por aquele autor de que na sociedade brasileira predominam a patronagem e o clientelismo político, derivados da importância pregressa do patriarcado na vida social. A observação desse último autor, no entanto, diz respeito à ausência de laços de solidariedade entre os clãs patriarcais. Organizados com base em uma imensa distância social entre patriarca e dependentes, os laços de proteção, assim criados, são resultado da ausência de alternativas políticas. Para obter garantias o povo-massa adere ao senhor, em busca de proteção social. Inexistem instituições democráticas e predominam demandas de tratamento especial pelos chefes políticos que competem por favores. Oliveira Vianna critica a proposta de descentralização política, ao argumentar que, nas condições institucionais brasileiras, o liberalismo político representa-

ria exatamente a preponderância do poder local, sem garantias redistributivas de poder para o povo-massa, que permaneceria vulnerável ao poder dos clãs patriarcais. As mulheres seriam parte desse povo-massa que adeririam ao poder dos chefes na ausência de poder político. A proposta de construção de instituições políticas, todavia, tem como base as corporações de trabalho. As análises contemporâneas da institucionalização do corporativismo como sistema de participação política apontam como esta forma de organização social resultou em um sistema de privilégios com base na representação de classes e preponderância burocrática no processo decisório. O sistema corporativo, embora tendo se baseado em uma crítica à relação entre público e privado que ocorre com a preponderância política dos clãs patriarcais, criou outra forma de distribuição de benefícios públicos, tendo inibido os mecanismos de representação partidária, e, pela vulnerabilidade à estrutura de privilégios locais, colocou-se como um mecanismo que poderia ampliar as bases decisórias. Dadas as estratégias natalistas que preponderaram durante o Estado Novo, o corporativismo foi adotado em um momento no qual a participação das mulheres no mercado de trabalho decresceu. As bases organizacionais do processo decisório sobre o desenvolvimento brasileiro, neste sistema de representação, também se mostraram excludentes das mulheres, tendo o combate aos mecanismos de dominação local representado outra forma de marginalização: a política.

Quando se discute hoje as formas de organização da sociedade e os mecanismos de representação política, volta-se a questionar o lugar do Estado na regulação das instituições da sociedade civil, os mecanismos de patronagem política, derivados da organização patriarcal e o papel da burocracia pública, organizada dentro de um sistema de privilégios políticos, em contraposição a um sistema universalista na intermediação de interesses. O exame sociopolítico dos me-

canismos de representação também aponta que o público é o privado. Com isto mostra-se que há uma apropriação privada dos mecanismos de governo. Já o movimento feminista propõe que o privado é o político, demandando intervenção pública, em uma situação de desequilíbrio de poder. Os dois diagnósticos devem ser elucidados para que as propostas políticas sejam distinguidas, o que se pode realizar mediante uma análise crítica do patriarcado como um sistema político contextualizado.

Sabe-se que a descentralização política possibilita a participação das mulheres, como demonstra o acesso às prefeituras. Parte delas, pelo menos, ascende ao poder pelos mecanismos familiares, outra parte ascende pelas vias de modernização que se abrem nos grandes centros urbanos. No sistema jurídico há evidências derivadas da atuação de algumas juízas — e juízes — que tomam decisões fundamentadas em outra perspectiva — não particularista — sobre o bem público. Cabe observar que tornar público o que é privado também significa dar às mulheres acesso ao processo decisório, ao mesmo tempo em que a base de participação passa a se organizar sob princípios mais universalistas, isto é, em bases autônomas, em contraste com as relações de dependência na ordem patriarcal.

Enquanto as perspectivas feministas apontam para o sistema de privilégios políticos que se organizam pela dominação masculina, a análise das relações entre sociedade civil e Estado apontam para os particularismos derivados da autoridade patriarcal. Separando-se público e privado dever-se-ia chegar a princípios redistributivos de poder mais universalistas, hipotetiza-se, a partir de uma análise dentro da tradição weberiana. Todavia, ante a ausência de instituições políticas, e dado o papel marcante do Estado, inicia-se um projeto corporativo que, ao separar público e privado, resulta em outra estrutura excludente. A longa vivência, pela po-

pulação, de um Estado autoritário e a proposta de descentralização política, que lhe sucede, recolocam a questão entre Estado e sociedade civil. A visão feminista deve ser detalhadamente debatida em relação a cada uma destas propostas de reorganização social e administrativa, caso o separatismo teórico, segundo o modelo de prática política, não resulte na marginalização dessa perspectiva. Isto ocorre quando se diz que o feminismo nada mais é que um particularismo, descartando-o como perspectiva redefinidora das relações sociais.

Patriarcado e Pesquisa Sociológica

Questões teóricas levantadas sobre o patriarcado possuem implicações importantes para a análise das desigualdades sociais, geralmente efetuadas por intermédio de amostras dos Censos e das Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar —uma importante fonte para os estudos de estratificação social e uma das bases de conhecimento empírico sobre as disparidades na sociedade brasileira. Quando se busca melhorar os indicadores da participação da mulher na força de trabalho no Brasil, é necessário estabelecer críticas com relação ao modo de levantamento de dados que tomam como modelo a família nuclear, ou estendida, formada com a divisão do trabalho por gênero, isto é, com o homem representando o domicílio, sendo, também, seu provedor, e a mulher como administradora do lar, e dependente dos rendimentos do marido para o sustento da família. Com aquelas críticas, busca-se dar maior visibilidade ao trabalho feminino, como uma atividade transformadora. Partindo-se de uma posição situada fora do mercado, muitas atividades efetuadas no domicílio destinam-se à obtenção de rendimentos. Conclui-se que é necessário, em lugar da quase automática designação da mulher para a condição ina-

tiva, como dona de casa, oferecer um cuidado metodológico maior para caracterizar adequadamente a geração de renda, de modo a distingui-la da atividade sem remuneração (Aguiar, 1984).

Essa discussão sobre a forma de organização social do grupo doméstico tem grande vigência na análise corrente das desigualdades sociais, objeto do campo de estudos da estratificação social. Se o homem é o provedor e a posição dos demais membros do grupo doméstico no sistema de estratificação social é representada a partir desse lugar — uma vez que ao papel social do homem, exclusivamente, caberia participar do mercado de trabalho —, tem-se que o lugar da mulher no sistema de estratificação social é dado por sua posição, não com relação ao mercado, mas com relação a seu marido. A participação das mulheres no mercado de trabalho é desconsiderada, ou porque estas exercem atividades que propiciam menores rendimentos à família, ou porque não possuem rendimentos, ou, ainda, por suas várias entradas e saídas do mercado de trabalho derivadas de suas obrigações domésticas. Esta situação equivale à de *patria potestas*, uma vez que os recursos da família são detidos por um chefe, representante e gestor dos bens do domicílio. A única vez, em que a posição das mulheres é considerada em si, consiste na situação onde não há um homem a quem se atribua o lugar de chefe, o que ocorre quando ela reside só, ou com a família, sem cônjuge! As dificuldades tornam-se óbvias na estratégia de análise das desigualdades, quando a posição dos homens no sistema de estratificação ocupacional é tomada como preponderante na situação da classe média. As famílias com divisão do trabalho por gênero, isto é, com o homem provedor e a mulher dona de casa, são distintas das que possuem carreira dual, isto é, quando marido e mulher estão regularmente inseridos no mercado de trabalho. Por sua vez, as famílias chefiadas por mulheres são distintas das outras em que está presente um casal — com ou sem divi-

são do trabalho por gênero. A distinção se apresenta exatamente na oportunidade individual ou conjunta de aquisição de bens e serviços e no acesso ao mercado de trabalho.

Para a análise da estratificação restariam os seguintes recursos: tomar exclusivamente os homens como objeto de análise da estratificação social, esquecendo a família ou os demais membros; tomar somente indivíduos com acesso ao mercado como objeto de estratificação — isso incluiria tanto homens como mulheres.

Uma terceira estratégia avançada pelo debate tem sido a de utilizar algum indicador composto da participação de homens e mulheres na força de trabalho. A dificuldade é grande quando se trata de estudar a estratificação ocupacional, uma vez que variáveis categóricas são de difícil composição ponderada. Além disto, seria necessário considerar a posição de dona de casa como atividade ocupacional, uma condição social, todavia, que não tem valor de mercado, embora afete a situação econômica de quem a exerce, bem como a do parceiro. Para considerar esta dimensão, seria importante agregar a análise da posição de cada indivíduo, homens e/ou mulheres, no mercado, e da dimensão do uso do tempo de cada um em atividades domésticas.

Quando a posição dos homens é a única levada em consideração, as dificuldades não residem apenas na classificação das atividades das mulheres de forma individualizada, mas, também, no grau de detalhamento das categorias. As especificações possibilitariam identificar onde se encontram as mulheres que trabalham com rendimentos próprios (Dale, Gilbert e Arber, 1985; Aguiar, Silva, Oliveira e Teixeira, 1994).

Um intenso debate sobre a posição das mulheres no sistema de estratificação e mobilidade social foi empreendido por sociólogos ingleses, tendo um grande clássico desta modalidade de estudos entrado no debate. O autor assumiu primei-

ramente a defesa da visão convencional de análise da estratificação social, situando a posição do chefe como representante da condição de classe da família e discutindo apenas o casamento como uma possível fonte de mobilidade social para mulheres. Subsequentemente, contudo, Goldthorpe vem considerando outras possibilidades analíticas, explorando diferentes estratégias quando o indivíduo — homem ou mulher — é tomado como unidade de observação, ou quando a posição de um ou de outro é a dominante na família, abrindo, assim, o campo de possibilidades de estudo. Uma excelente contribuição do feminismo para a Sociologia, por ter iniciado o debate.

Conclusões

No presente trabalho apresentamos a falta de diálogo entre o feminismo e a Sociologia brasileira, buscando indicar alguns pontos de intercessão entre estas perspectivas. Foram destacados os usos do conceito de patriarcado e o da análise da relação entre público e privado, demonstrando-se as incongruências que já podem ser revistas à luz dos dilemas que se apresentam por uma e outra visão. Destacou-se, assim, como seria possível enriquecer o conceito avançado pelo feminismo, examinando-se seu uso tradicional empregado por clássicos como Filmer, Locke, Maine e Weber, entre outros, bem como por autores contemporâneos do pensamento social brasileiro. Simultaneamente a literatura clássica e a brasileira sobre o patriarcado se beneficiariam se a análise incorporasse uma dimensão de conflito e resistência femininas ausentes naquela perspectiva sobre a dominação masculina.

A variedade de questões avançadas pelos autores clássicos e do pensamento sociopolítico brasileiro sobre a dominação patriarcal incluem os seguintes temas que são enriquecidos quan-

do vistos em conjunto com as discussões contemporâneas avançadas pelo feminismo: propriedade econômica; propriedade e comando sobre o corpo e a sexualidade; relação entre autoridade patriarcal e a racionalidade religiosa na gestão sobre a sexualidade e a reprodução; relação entre dominação patriarcal e poder político na esfera nacional e local; políticas de aliança em bases patrimoniais e seus limites.

Destaca-se, ainda, as contribuições do feminismo para o debate que se articula no campo da estratificação social, em volta da relação entre classe, estratificação e relações de gênero, a partir do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que provoca uma demanda pela revisão dos sistemas de categorias de atividade e da unidade de referência na esfera doméstica, vertendo os pressupostos derivados da relação jurídica *de patria potestas* por uma nova perspectiva de investigação que possibilite verificar a inserção diferenciada de homens e mulheres na distribuição ocupacional.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOT, P. (1987), "Women's Social Class Identification: Does Husband's Occupation Make a Difference?", in *Socióloga*, n° 21/91-103.
- ACKER, J. (1973), "Women and Stratification: A Case of Intellectual Sexism", in *American Journal of Sociology*, n° 78/936-45.
- . (1980), "Women and Stratification: A Review of the Literature", in *Contemporary Sociology*, January, n° 9/25-39.
- ADAMS, Júlia (1994). "The Familial State; Elite Family Practices and State-Making in the Early Modern Netherlands", in *Theory and Society*, 23/24, August.
- AGUIAR, Neuma (org.) (1984), *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro, Vozes.
- AZEVEDO, Fernando de (1949), *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos.
- BUTLER, Melissa A. (1978), "Early Liberal Roots of Feminism: John Locke and the Attack on Patriarchy", in *American Political Science Review*, n° 72.

- COWARD, Rosalind (1983), *Patriarchal Precedents: Sexuality and Social Relations*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- CROMPTON, Rosemary (1993), *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates*. Cambridge, The Polity Press.
- DALE, A; GILBERT, G.N. e ARBER, S. (1985), "Integrating Women into Class Theory", in *Sociology*, n° 19/384-409.
- DUARTE, Nestor (1966), *Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- EISENSTEIN, Zillah (1979), *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York, Monthly Review Press.
- . (1981), *The Radical Future of Liberal Feminism*. New York, Longman.
- ERIKSON, R. (1984), "Social Class of Men, Women and Families", in *Sociology*, n° 18/500-514.
- FAORO, Raimundo (1958), *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo.
- GARNSEY, E. (1978), "Women's Work and Theories of Class Stratification", in *Sociology*, n° 12/224-43.
- GOLDTHORPE, J. (1983), "Women and Class Analysis", in *Sociology*, n° 17/465-58.
- . (1984), "Women and Class Analysis; A Reply to Replies", in *Sociology*, n° 18/491-99.
- GOLDTHORPE, J. e PAYNE, C. (1986), "On the Class Mobility of Women: Results from Different Approaches to the Analysis in Recent British Data", in *Sociology*, n° 12/531-55.
- HAUG, M. (1973), "Social Class Measurement and Women's Occupational Roles", in *Social Forces*, n° 52/86-98.
- HEATH, A. e BRITTEN, N. (1984), "Women's Jobs Do Make a Difference: A Reply to Goldthorpe", in *Sociology*, n° 18/475-88.
- LAND, H. (1980), "The Family Wage", in *Feminist Review*, n° 6/55-77.
- LEIULSFRUD, H. e WOODWARD, A. E. (1988), "Women at Class Crossroads: Repudiating Conventional Theories of Family Class", in *Sociology*, n° 21/393-412.
- . (1987), "Women at Class Crossroads: A Critical Reply to Erikson and Goldthorpe's Note", in *Sociology*, n° 22/554-62.
- LOCKE, John (1967), *Two Treatises of Government*, P. Laslett (org.), Cambridge, Cambridge University Press.
- MAINE, Henry Sumner (1970), *Ancient Law*. Gloucester, Mass, Peter Smith.
- MILKMAN, Ruth (1987), *Gender at Work; The Dynamics of Job Segregation by Sex during World War II*. Urbana e Chicago, The University of Illinois Press.
- PATEMAN, Carole (1988), *The Sexual Contract*. Stanford, Califórnia, Stanford University Press.
- VAITSMAN, Jeni (1994), *Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro, Rocco.
- VIANNA, Oliveira (1938), *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- . (1955), *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

- WALBY, Silvia (1990), *Theorizing Patriarchy*. Oxford, Brasil Blackwell.
- WEBER, Max (1947), *The Theory of Social and Economic Organization*, T. Parsons (org.), Glencoe-III, The Free Press e The Falcon Wing Press.
- . (1964), *Sociology of Religion*. Boston, Beacon Press.
- . (1978), *Economy and Society*, Guenther Roth e Claus Wittich (orgs.), Berkeley, The University of California Press, 2 vols.
- . (1961), *General Economic History*. New York, Collier Books.

Se estiver interessado em receber sem compromisso, *grátis* e pelo correio, notícias sobre os novos lançamentos da Record e ofertas especiais dos nossos livros, escreva para

RP Record

Caixa Postal 23.052

Rio de Janeiro, RJ - CEP 20922-970

dando seu nome e endereço completos, para efetuarmos sua inclusão imediata no cadastro de *Leitores Preferenciais*.

Seja bem-vindo.

Válido somente no Brasil.